

REVISTA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA

V. 3 - N. 4
Setembro 2007

ISSN 1809 - 2632



ABIN - 2007
Brasília / DF



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL
AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA**

REVISTA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA

ISSN 1809-2632

R. Bras. Intelig.	Brasília, DF	v. 3	n. 4	p. 1-153	set. 2007
-------------------	--------------	------	------	----------	-----------

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Presidente Luiz Inácio Lula da Silva

GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL

Ministro Jorge Armando Felix

AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA

Diretor-Geral Márcio Paulo Buzanelli

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO

Secretário Wilson Roberto Trezza

Comissão Editorial da Revista Brasileira de Inteligência

Ana Beatriz Feijó Rocha Lima e Maria Cristina Moraes Pereira (CGDI) - Coordenação;
Edílson Fernandes da Cruz e Eliete Maria de Paiva (Esint); Gecy Tenório de Trancoso (Acom);
Orlando Alvarez de Souza e Olívia Leite Vieira (DI); Glauco Costa de Moraes (DA)

Jornalista Responsável

Gecy Tenório de Trancoso – DRT DF 10251/92

Capa

Carlos Pereira de Sousa e Wander Rener de Araujo

Editoração Gráfica

Jairo Brito Marques

Revisão

Lúcia Penha Negri de Castro; Caio Márcio Pereira Lírio; Luiz Cesar Cunha Lima

Catálogo bibliográfico internacional, normalização e editoração

Coordenação-Geral de Documentação e Informação – CGDI/SEPC

Disponível em: <http://www.abin.gov.br>

Contatos:

SPO Área 5, quadra 1, bloco K

Cep: 70610-905 Brasília – DF

Telefone(s): 61-3445.8164 / 61-3445.8427

E-mail: revista@abin.gov.br

Tiragem desta edição: 3.000 exemplares.

Impressão

Gráfica – Abin

Os artigos desta publicação são de inteira responsabilidade de seus autores. As opiniões emitidas não exprimem, necessariamente, o ponto de vista da Abin.

É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta revista, desde que citada a fonte.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Revista Brasileira de Inteligência / Agência Brasileira de Inteligência.

– Vol. 3, n. 4 (set. 2007) – Brasília : Abin, 2005 -


Quadrimestral

ISSN 1809-2632

1. Atividade de Inteligência – Periódicos I. Agência Brasileira de Inteligência.

CDU: 355.40(81)(051)

Sumário

 Editorial	5
Uma cartilha para melhor entender o terrorismo internacional: conceitos e definições Cmt. Int. Paulo de Tarso Resende Paniago e outros	13
O papel dos serviços de Inteligência na prevenção e no combate ao terrorismo internacional Cmt. Int. Paulo de Tarso Resende Paniago	23
Ensaio sobre as distinções entre organizações guerrilheiras e terroristas 3º Of. Int. Carolina Souza Barcellos	29
O desafio do terrorismo internacional Cmt. Int. Paulo de Tarso Resende Paniago	35
Terrorismo e contraterrorismo: desafio do século XXI 2º Of. Int. Álisson Campos Raposo	39
Por uma outra visão do terrorismo 3º Of. Int. Thiago Lourenço Carvalho	57
Terrorismo cibernético e cenários especulativos Tecnologista Sênior Eduardo Müssnich Barreto.....	63
O Hizballah e a evolução do quadro no Oriente Médio Cmt. Int. Romulo Rodrigues Dantas	77

Repercussões da contenção da ameaça do terrorismo internacional na economia brasileira

Cmt. Adj. Int. Ricardo Zonato Esteves 93

O partido de Deus no Líbano: histórico e atividades

Cmt. Int. Eliane Schroder de Moura 99

Uso da Internet por Grupos Extremistas

Cmt. Int. Rômulo Baptista de Souza 105

 **Resumo**

At the center of the storm: my years at the CIA

Cmt. Int. Romulo Rodrigues Dantas 109

 **Caso histórico**

A Batalha de Argel 115

 **Livros Recomendados** 131

 **Cartas do Leitor** 145

 **Normas Editoriais** 149

A ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA NA PREVENÇÃO DA AMEAÇA TERRORISTA

A Agência Brasileira de Inteligência (Abin) tem como uma de suas prioridades a prevenção do terrorismo no Brasil. Trabalhando ativamente para neutralizar essa forma de ameaça à sociedade e ao Estado, a Abin conseguiu, ao longo dos últimos anos, acumular capacidade e experiência ímpar no tratamento dessa questão. Divulgando essa experiência, em dezembro de 2006, promoveu, em Brasília, o II Seminário Internacional sobre o Terrorismo, com a presença de representantes de mais de vinte países com vivência no enfrentamento dessa ameaça. Os oficiais de inteligência da ABIN têm igualmente se especializado, no país e no exterior, para melhor compreender e analisar tal fenômeno. Em concomitância, participam das várias iniciativas do Governo brasileiro, em especial as que buscam a modernização de estruturas e do aparato legal referentes ao tema, bem como tratativas no plano internacional que alinham o Brasil com as nações mais engajadas na luta contra essa forma de crime transnacional.

Entretanto – e, diga-se, afortunadamente -, dado o exotismo do fenômeno terrorista em nosso país, verifica-se uma conseqüente dificuldade de considerá-lo uma ameaça real. Não obstante, uma das competências atribuídas pela Lei 9.883, de 07 de dezembro de 1999¹, à ABIN, é a de “avaliar as ameaças internas e externas à

¹ Lei que criou o SISBIN e instituiu a ABIN, aprovada após vinte e sete meses de tramitação no Legislativo, em projeto precedido por vinte e cinco meses de estudos e adequação no âmbito do Executivo.

ordem constitucional”, o que determina a necessidade de exame permanente dos indicadores de ameaça terrorista e dos possíveis cenários decorrentes.

Um dos elementos básicos da guerra assimétrica é a obtenção do elemento surpresa, que garante ao agressor a capacidade de determinar onde, quando e como este executará sua ação. Isso lhe confere a necessária iniciativa estratégica (operacional ou tática, de acordo com o nível de engajamento) e a conseqüente imprevisibilidade. Outro aspecto importante é o que se refere à amplitude de sua ação operacional: em época de globalização, o mundo inteiro pode se converter em teatro de operações. Com efeito, os alvos do terrorismo podem ser atingidos em todos os quadrantes e a estratégia de ação indireta lhe impele a golpear o inimigo principal em teatros de operações secundários, onde as medidas de segurança sejam menos rígidas e as facilidades operacionais otimizadas. Fortalece a opção pela ação em áreas periféricas a constatação de que o efeito demonstração e a visibilidade do ato – uma necessidade do terrorismo – são, no mundo globalizado, imediatamente alcançáveis pela televisão, internet e outros meios de informação.

Ao contrário do que se imagina, os atentados de 11 de setembro de 2001, nos EUA, não foram uma trovoadas em céu azul. Embora as dimensões da ação e o elevado número de vítimas, essa nova forma de terrorismo já se evidenciava anos antes, nos atentados contra o próprio World Trade Center e contra embaixadas norte-americanas em países africanos. Conforme demonstraram os vários relatórios e inquéritos conduzidos nos Estados Unidos, pós 11 de setembro, falhou a inteligência em identificar os vários indícios de atividade terrorista; falhou, igualmente, em compartilhar, entre as diferentes agências, as evidências disponíveis; por último, embora não menos importante, falhou em atribuir demasiada importância à captação de dados por meios eletrônicos e, em descompasso, dedicar menor relevância às fontes humanas.

As novas tendências do terrorismo internacional são claramente delineadas e apontam para cenários que mostram a crescente dificuldade para assinalar os agentes do terrorismo, devido à sua dispersão e, principalmente, autonomia, bem como à sua arquitetura organizacional não-estruturada, ao contrário das organizações terroristas atuantes nos anos setenta e oitenta, baseadas em modelos ideológicos e com objetivos revolucionários e independentistas. Mesmo o *modus-operandi* da Al-Qaeda e grupos associados está se modificando de forma perceptível num curto intervalo de seis anos, desde os atentados nos EUA.

Com efeito, não são mais os integrantes do núcleo central da Al-Qaeda que praticam as ações, porém pessoas que estão na periferia da organização e mesmo outras que não têm qualquer contato com a mesma, porém emulados por suas ações e pelo desejo de atingir os que, no seu entender, conspiram contra seu credo religioso e cultural, associam-se em pequenas células e se auto-imolam em ações punitivas.

Oportuno, nesse contexto, é o estudo feito por Marc Sageman² com base em estatísticas de material biográfico de mais de quatrocentos terroristas da Al-Qaeda, que derruba, de forma definitiva, alguns mitos sobre o terrorismo. De acordo com as evidências reunidas por aquele autor, a maioria dos praticantes dos principais atos terroristas dos últimos sete anos não veio do Oriente Médio, mas já estava radicada no Ocidente há vários anos; não eram pobres, nem ignorantes ou mesmo jovens ingênuos recrutados em “madrassas”³, porém pessoas de classe média, em famílias razoavelmente bem estabelecidas, muitos com cursos universitários, empregos fixos e, em sua maioria, recrutados por amigos ou familiares com histórias de luta ou envolvimento com organizações “jihadistas”. Por último, Sageman conclui que, ao contrário da crença geral de que se tratavam de desajustados, criminosos comuns ou indivíduos com transtornos de personalidade, eram, em sua maioria, pessoas sem antecedentes criminais e nenhum caso de doen-

² “Understanding Terror Networks” _ University of Pennsylvania Press – 2004.

³ “madrassas”: escolas de estudos corânicos.

ça mental registrado. Muitos dos novos terroristas são jovens nascidos no Ocidente, de famílias islâmicas ou convertidos, com menos de vinte anos e foram atraídos pela internet. Por fim, outra perceptível tendência do terrorismo é a que aponta para a probabilidade de maior letalidade das ações e o possível uso de armas de destruição em massa e, especialmente, do que se convencionou chamar de dispositivos de dispersão radiológica ou “bombas sujas”. Cabe mencionar igualmente a tendência da ampliação do uso da internet para comunicações e recrutamento.

Entretanto, não são as modificações e a surpreendente resiliência que garantem a manutenção ou o aumento da ameaça terrorista, apesar do imenso aparato militar, tecnológico e de inteligência mobilizado pelos países centrais para a sua destruição. A principal causa para o recrudescimento do terrorismo ainda é o desconhecimento do Ocidente quanto aos valores fundamentais da cultura, história e religião; o tratamento diferenciado em relação aos países do Oriente Médio e o profundo sentimento de injustiça com relação aos direitos nacionais na região. O apoio a governantes despóticos, a prolongada ocupação do Iraque e do Afeganistão e a irracional “islamofobia” são igualmente fatores determinantes no avivamento da ameaça terrorista. A crença de que está em curso um choque de civilizações, como defende Samuel Huntington⁴, somente fortalece aqueles que, também nos países islâmicos, acreditam na existência de dois campos opostos: de um lado os “crentes” e, do outro, os denominados “cruzados” e seus “aliados sionistas”. A “divisão do mundo” em campos opostos favorece as posições defendidas pelos extremistas de ambos os lados e é tão equivocada quanto à dissipada tese do fim da História⁵, há alguns anos apresentada, quando do colapso do socialismo real na Europa. Cair na tentação fácil de julgar o Islã responsável pelo terrorismo é um equívoco inaceitável e sem fundamento.

E, nesse contexto, como fica o Brasil? É, afinal, possível um atentado no Brasil, um país com oito milhões de árabes e seus

⁴ “O Choque das Civilizações” – Samuel Huntington.

⁵ “O Fim da História e o Último Homem” - Francis Fukuyama.

descendentes e cerca de um milhão de islâmicos, segundo dados da World Assembly of Muslim Youth (WAMY), e onde a tolerância e a integração são fatores de força e não de fragilidade nacional? Com efeito, poucos países no mundo detêm um estágio tão avançado de integração entre etnias, nacionalidades e confissões religiosas como o Brasil. Há mais descendentes de libaneses no Brasil que a própria população do Líbano, o que faz com que, em nosso país, as comunidades síria e libanesa tenham grande importância política, econômica e cultural. Em função disso é que se mostra incompatível trabalhar com listas de organizações terroristas, porque não é admissível impedir a visita a essas comunidades de parlamentares eleitos pelo Hizballah, afinal um partido legal e com representatividade no parlamento libanês. Da mesma forma, mostra-se difícil precisar a diferença entre a contribuição devida por todo islâmico, a título de “zakat”⁶, e remetida para o Líbano, bem como as remessas financeiras que todos os imigrantes fazem para as famílias que continuam na terra natal e supostas ações de financiamento do terrorismo.

Como sabemos, brasileiros já foram vítimas de atentados terroristas: estiveram entre as vítimas do World Trade Center, em Nova York, em 11 de setembro de 2001; um sargento brasileiro a serviço da ONU, estava entre as vítimas em Bali; havia brasileiros nos trens de Madrid, em 11 de março de 2004; e brasileiros foram vítimas no Iraque, em Bagdá e em Beiji. Não foram vítimas por serem brasileiros, mas, em função de terrorismo indiscriminado, foram atingidos por serem circunstantes, isto é, por estarem circunstancialmente nos sítios de atentados, como poderiam estar também, como turistas, em outros locais onde ocorreram ações terroristas, como no Balneário de Sharm El-Sheik ou no sítio histórico de Luxor, por exemplo.

Atentados, em tese, podem ocorrer no Brasil, em função das já mencionadas condições de presumível inadequação das medi-

⁶ “zakat” é a contribuição anual e espontânea devida por todo islâmico, segundo suas posses. Não se trata de caridade. Constitui um dos cinco pilares do islamismo, ao lado da “shahada” (o credo ou testemunho) ; o “salat” (as cinco preces diárias); o “hajj” (a peregrinação a Meca); e a abstinência no mês do “Ramadã”.

das antiterroristas, da vulnerabilidade e permeabilidade das extensas fronteiras nacionais e da existência de alvos em número significativo. Assim, o Brasil pode ser, sempre em tese, palco de um atentado contra alvos tradicionais do terrorismo aqui estabelecidos (representações diplomáticas, estabelecimentos religiosos, culturais e educacionais de comunidades-alvo) ou em trânsito (autoridades estrangeiras em visita ou com presença temporária). Atentados podem acontecer por ocasião de grandes eventos, que proporcionem grande visibilidade, como os recentes Jogos Pan-Americanos de 2007⁷, no Rio de Janeiro. Podem, ainda, visar a infraestrutura crítica do país ou, em outra situação, buscar atingir autoridades ou personalidades importantes, produzindo comoção nacional. Casos de magnicídio já ocorreram na História do Brasil⁸, não somente por motivos políticos, mas também pelo praticante, agindo por impulso, buscar notoriedade súbita ou associar seu nome ao da vítima ilustre⁹.

Embora não tenha – felizmente – sido alvo direto ou mesmo palco de atentados, como a vizinha Argentina, em 1992 e 1994¹⁰, O Brasil, assim como outros países, pode-se dizer, tem sido atingido pelas conseqüências das medidas antiterroristas adotadas pelos países centrais, com custos significativos em termos de investi-

⁷ Nos Jogos Pan-Americanos do Rio de Janeiro, a ABIN ativou e coordenou as ações de 27 órgãos federais, estaduais e municipais de inteligência e segurança, no chamado Centro de Inteligência dos Jogos (CIJ), contribuindo efetivamente para a segurança dos Jogos.

⁸ O Imperador Dom Pedro II foi alvo de um atentado a tiros em 15 de julho de 1889, quando saía do Teatro Santana, no Rio de Janeiro. O Presidente Prudente de Moraes foi vítima de uma tentativa de assassinato quando passava em revista tropas que retornavam da Campanha de Canudos, no Rio de Janeiro. Na ocasião, atravessando a frente do assassino, em defesa do presidente, foi atingido mortalmente o então Ministro da Guerra, Marechal Machado Bittencourt, depois Patrono do Serviço de Intendência do Exército.

⁹ John Wilkes Booth tornou-se famoso por assassinar o Presidente Lincoln, assim como Mehmet Ali Agca por atirar no Papa João Paulo II; Sirhan Sirhan (Robert Kennedy) e, certamente o mais famoso, Gavrilo Princip, o assassino do Arquiduque Franz Ferdinand de Habsburgo, em Sarajevo, em 28 de julho de 1914, em ação que, associada a outras, desencadeou a I Guerra Mundial.

¹⁰ Respectivamente, atentados contra a Embaixada israelense em Buenos Aires, em 12 de março de 1992, e contra a Associação Mutual Israelense-Argentina, em 16 de julho de 1994.

mentos nas áreas de segurança, visando a adequação de portos e do transporte marítimo e de aeroportos e aeronaves, bem como de produtos de exportação, notadamente alimentos para os EUA¹¹.

Em paralelo à adequação às normas estabelecidas pelas Convenções da ONU e da OEA contra o terrorismo, firmadas e ratificadas pelo Brasil, há uma série de medidas a adotar em função de acordos bilaterais e multilaterais celebrados no sentido de restringir ou neutralizar o apoio ao terrorismo, em especial o seu financiamento e a movimentação de suspeitos. Há uma clara percepção da importância da segurança multidimensional na agenda internacional, bem como consciência de que as relações internacionais não podem mais deixar de contemplar as ações de determinados atores não estatais¹², ao mesmo tempo em que a primazia das medidas antiterroristas deve forçosamente fazer sentido, mesmo para aqueles países ainda não atingidos pelo fenômeno.

Embora exaustivamente investigadas, inexistem, até aqui, evidências concretas acerca da presença, do trânsito ou da utilização do território nacional como área de recrutamento, financiamento ou mesmo para o homizio de terroristas procurados internacionalmente. Claro está, não significa que tais situações não possam vir a acontecer no futuro. Assim, avulta de importância a adoção de medidas antiterroristas, visando, sobretudo – e sem alarmismo – prevenir tal ameaça. Entre tais medidas, despontam o aperfeiçoamento dos controles e a maior fiscalização de fronteiras e estrangeiros; a adequação da legislação pertinente, em decorrência da plena adesão às Convenções internacionais e às iniciativas multilaterais, assim como a adoção de mecanismos para pô-las em prática.

Ainda na área de prevenção são fundamentais: a criação de estruturas de integração das ações antiterroristas e resposta contraterrorista, com o devido aprestamento e sob comando único e centralizado; a maior integração entre os órgãos de Inteligência

¹¹ Respectivamente, as imposições da IMO (ISPS-Code) e da OACI e as determinações do Bioterrorism Act, nos EUA.

¹² Como, no Oriente Médio, a Al-Qaeda e o Hizballah, entre outros.

no âmbito do Sistema Brasileiro de Inteligência, sob a coordenação da ABIN; a ampliação da cooperação internacional na área de Inteligência; e o fortalecimento da capacidade dos órgãos de inteligência, em especial do órgão central do Sistema, para prevenir a ocorrência de ações terroristas em território brasileiro ou contra interesses nacionais no exterior, inclusive com melhor adequação legal para o cumprimento de sua destinação institucional.

A ABIN, consciente de seu papel ativo em defesa dos interesses nacionais, da integridade nacional e do Estado Democrático de Direito, entende que para melhor enfrentar qualquer tipo de ameaça é necessário antes bem conhecê-la. O conhecimento prévio da ameaça, de sua extensão e capacidade de infligir danos pertence ao campo de Inteligência e é fundamental para seu enfrentamento bem sucedido. É nesse contexto que se realizou o II Seminário Internacional sobre o Terrorismo Internacional, em dezembro de 2006, as sistemáticas apresentações sobre o tema para estudantes universitários em conferências dentro do Programa Universidade Encontra a ABIN e, agora, com esta edição especial da Revista Brasileira de Inteligência, totalmente consagrada ao tema terrorismo.

No ano em que a ABIN, herdeira direta dos oitenta anos da atividade de inteligência no país, comemora oito anos de existência, esta iniciativa busca ocupar o devido espaço na bibliografia especializada nacional e, igualmente, reafirmar o importante papel da atividade de inteligência na prevenção do terrorismo doméstico e internacional.

Cmt. Int. Márcio Paulo Buzanelli
Diretor-Geral da ABIN

* * *
EM DEFESA DO BRASIL

UMA CARTILHA PARA MELHOR ENTENDER O TERRORISMO INTERNACIONAL

Conceitos e Definições

Cmt. Int. Paulo de Tarso Resende Paniago e outros
Abin

Apresentação

No contexto atual das relações internacionais, salienta-se o fenômeno do terrorismo como ameaça à segurança internacional. Não obstante a magnitude dessa forma de ameaça, o conhecimento a seu respeito é ainda reduzido e marcado por estereótipos e mesmo por visões preconceituosas e maniqueístas. Trata-se de tema que, se abordado de modo impróprio, pode comprometer a imagem e os interesses do País. É necessário uma tentativa de esclarecimento para compreensão da matéria.

O que é “terrorismo”?

Não existe consenso acerca da definição de terrorismo. Em 2000, foi estabelecido um Comitê Especial no âmbito da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) a fim de negociar uma Convenção Global sobre Terrorismo Internacional, entretanto ainda não foi estabelecido um critério único para todos os países. Tendo em vista que uma determinada definição de terrorismo adotada pode servir a interesses políticos, algumas vezes, desfavoráveis a outros Estados, o estabelecimento de um consenso acerca do tema fica prejudicado.

O Art. 2º do projeto da referida Convenção prescreve a seguinte definição universal de terrorismo:

quando o propósito da conduta, por sua natureza ou contexto, é intimidar uma população, ou obrigar um governo ou uma organização internacional a que faça ou se abstenha de fazer qualquer ato. Toda pessoa nessas circunstâncias comete um delito sob o alcance da referida Convenção, se essa pessoa, por qualquer meio, ilícita e intencionalmente, produz: (a) a morte ou lesões corporais graves a uma pessoa ou; (b) danos graves à propriedade pública ou privada, incluindo um lugar de uso público, uma instalação pública ou de governo, uma rede de transporte público, uma instalação de infra-estrutura, ou ao meio ambiente ou; (c) danos aos bens, aos locais, às instalações ou às redes mencionadas no parágrafo 1 (b) desse artigo, quando resultarem ou possam resultar em perdas econômicas relevantes.

Que definição de terrorismo tem sido adotada pelo Brasil?

O Grupo de Trabalho (GT) constituído pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (Creden), do Conselho de Governo (organismo do Poder Executivo), composta por integrantes de vários ministérios civis e militares, – que tem a atribuição de analisar, estudar e propor soluções de governo para temas de segurança –, elaborou três definições de terrorismo, que ainda estão em estudo. A definição genérica elaborada pelo GT da Creden classifica como terrorismo todo “ato com motivação política ou religiosa, que emprega força ou violência física ou psicológica, para infundir terror, intimidando ou coagindo as instituições nacionais, a população ou um segmento da sociedade”.

A Abin segue a definição específica elaborada pela Creden. Nela, define-se terrorismo como:

ato de devastar, saquear, explodir bombas, seqüestrar, incendiar, depredar ou praticar atentado pessoal ou sabotagem, causando perigo efetivo ou dano a pessoas ou bens, por indivíduos ou grupos, com emprego da força ou violência, física ou psicológica, por motivo de facciosismo político, religioso, étnico/racial ou ideológico, para infundir terror com o propósito de intimidar ou coagir um governo, a população civil ou um segmento da sociedade, a fim de alcançar objetivos políticos ou sociais.

Também é o ato de:

Apoderar-se ou exercer o controle, total ou parcialmente, definitiva ou temporariamente, de meios de comunicação ao público ou de transporte, portos, aeroportos, estações ferroviárias ou rodoviárias, instalações públicas ou estabelecimentos destinados ao abastecimento de água, luz, combustíveis ou alimentos, ou à satisfação de necessidades gerais e impreteríveis da população. Trata-se de ação premeditada, sistemática e imprevisível, de caráter transnacional ou não, que pode ser apoiada por Estados, realizada por grupo político organizado com emprego de violência, não importando a orientação religiosa, a causa ideológica ou a motivação política, geralmente visando destruir a segurança social, intimidar a população ou influir em decisões governamentais.

Há uma instituição central responsável pela prevenção e pelo combate ao terrorismo no Brasil?

Atualmente, no Brasil, não há uma instituição específica responsável pela prevenção e pelo combate ao terrorismo. No entanto, existem estudos, no âmbito do Executivo, para criação de um ente que possa centralizar as ações preventivas e repressivas no que se refere a este ilícito. A prevenção do terrorismo internacional é realizada pela Abin. Cabem ao Departamento de Polícia Federal (DPF) ações de repressão policial, bem como competem ao Comando do Exército/Ministério da Defesa (MD), por meio de sua Brigada de Operações Especiais (BOE), sediada em Goiânia/GO, medidas militares de caráter repressivo.

Qual a diferença entre ato terrorista e grupo terrorista?

Ato terrorista é qualquer expediente utilizado por pessoa, grupo de pessoas ou Estado que emprega força ou violência física ou psicológica, para infundir o medo generalizado entre a população e, com isso, atingir seus objetivos.

Grupo terrorista é uma congregação de pessoas que emprega, preferencialmente, atos terroristas para alcançar um objetivo político ou ideológico.

As Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc) e outras guerrilhas latino-americanas são grupos terroristas?

O Brasil compreende que essas organizações não devem ser classificadas como grupos terroristas, pois têm estruturas, área de atuação e históricos próprios que os diferenciam dos grupos terroristas. Essas distinções não permitiriam que esses grupos fossem igualados. As guerrilhas possuem uma estrutura de milícia hierarquizada com diversas frentes de batalha e respondem a um comando centralizado. A área de atuação das guerrilhas é basicamente nacional e contra um governo instituído. Por fim, as origens históricas das guerrilhas remontam aos movimentos revolucionários de esquerda dos anos 1960 e se inspiram em líderes como: Simón Bolívar, Che Guevara, Mao Zedong¹ e Lenin.

O Brasil pode ser alvo do terrorismo?

Apesar de nunca ter ocorrido um atentado em solo nacional, o País pode ser palco de um ataque, tendo em vista, principalmente, a presença de representações diplomáticas e empresariais de países considerados inimigos por organizações terroristas internacionais. Além disso, o País atualmente tem interesses em vários continentes, em sociedade com empreendimentos de países considerados alvos do terrorismo.

Assim, o Brasil não pode descuidar do acompanhamento da atuação de grupos extremistas internacionais e a cooperação com outros Estados é crucial para prevenir e combater o fenômeno do terrorismo. Ressalta-se que as organizações terroristas não reconhecem fronteiras, logo, nenhum país estaria livre dessa ameaça.

¹Mao Zedong: em *Pinyin transliteration*; Mao Tse-Tung: em *Wade-giles transliteration*.

Cabe observar que nacionais já foram vítimas, de modo indireto, do terrorismo ou das ações de combate a ele. Em 2002, os brasileiros Alexandre Watake e Marco Antônio Farias estavam entre as vítimas dos atentados à bomba que mataram 212 pessoas em Bali/Indonésia. Em agosto de 2003, o diplomata brasileiro Sérgio Vieira de Mello, representante da ONU no Iraque, foi vítima de atentado terrorista em Bagdá. No início de 2005, o engenheiro João José Vasconcellos foi seqüestrado e morto naquele país. Em julho do referido ano, Jean Charles de Menezes foi assassinado no metrô de Londres/Inglaterra, ao ser confundido com um terrorista pela Polícia Metropolitana daquela capital.

Existem terroristas no Brasil?

Não há evidências de células terroristas em atividade no Brasil. Todas as denúncias sobre existência de campos de treinamento e de células “adormecidas” têm sido investigadas e não foram encontrados sinais desse tipo de atividade em nosso País, principalmente na região da Tríplice Fronteira. Atualmente, é objeto de trabalho conjunto dos três países, Argentina, Brasil e Paraguai, mais os Estados Unidos da América, no âmbito do Grupo 3+1 (mecanismo criado em 2002 para trabalhar em uma única visão sobre problemas relacionados àquela área fronteira).

Existe narcoterrorismo no Brasil?

Narcoterrorismo é a associação direta entre o tráfico de drogas e o terrorismo. Uma vez que as organizações criminosas têm o lucro como motivação principal, não devem ser classificadas como terroristas mesmo que empreguem métodos típicos do terrorismo. No que concerne ao Brasil, é, portanto, inapropriado o uso do termo narcoterrorismo.

Organizações terroristas são organizações criminosas?

Apesar de ambas serem organizações que se voltam para a execução de atividades ilícitas, seus objetivos são bastante distin-

tos. Uma organização criminosa visa, com sua atividade, benefícios econômicos e obtenção de lucro. Uma organização terrorista almeja objetivos políticos e ideológicos. Essa distinção de finalidade de cada tipo de organização interfere na maneira como esses grupos se organizam internamente e em como atuam para atingir seus objetivos. Como signatário das principais convenções internacionais contra o terrorismo, o Brasil também entende o terrorismo como uma forma de crime organizado transnacional.

Diferenças entre grupo guerrilheiro, grupo terrorista e organização criminosa

	Grupo Guerrilheiro	Grupo Terrorista	Organizações Criminosas
Modo de atuação	1. Guerrilha rural e urbana; 2. Aniquilamento seletivo de autoridades; 3. Seqüestro; e 4. Atos terroristas.	Atos terroristas de modo geral.	Emprego de violência generalizada, podendo abranger, algumas vezes, atos que visem a aterrorizar a população.
Motivação	Política ou ideológica.	Política ou ideológica.	Econômica.
Área de atuação	Nacional ou Regional	Internacional e Nacional	Internacional e Nacional
Estrutura	Hierarquia militar centralizada	Células descentralizadas	Hierarquia centralizada

O Brasil acompanha o terrorismo internacional?

A Abin acompanha e analisa os grupos terroristas internacionais, estuda seu *modus operandi* e os reflexos de sua atuação para o Brasil. O País não adota, entretanto, uma lista específica de organizações consideradas terroristas.

O que é o fundamentalismo religioso?

Movimento que mantém a estrita observância aos princípios fundamentais de uma determinada fé. No estudo comparativo das religiões, fundamentalismo pode se referir a idéias antimodernistas,

à busca pelos “fundamentos” de uma religião. O fundamentalismo religioso pode englobar cristãos, judeus, muçulmanos, hindus.

Existe diferença entre árabe e muçulmano?

Muçulmano é o cumpridor dos preceitos do Islã. Naturalmente, nem todo árabe é muçulmano e nem todo muçulmano é árabe. A origem árabe baseia-se, sobretudo, em aspectos étnicos e culturais. Neste caso, a língua tem importância crucial. São membros da Liga dos Estados Árabes 22 países: Arábia Saudita, Argélia, Bahrain, Comoros, Djibouti, Egito, Emirados Árabes Unidos, Iêmen, Iraque, Jordânia, Kuaite, Líbano, Líbia, Marrocos, Mauritânia, Omã, Palestina, Qatar, Síria, Somália, Sudão e Tunísia. Ao contrário do pensamento comum, Afeganistão, Indonésia, Irã, Bangladesh, Paquistão e Malásia, embora sejam países de população majoritariamente muçulmana, não são árabes.

Qual a diferença entre sunita e xiita?

Os sunitas professam a Suna, a tradição islâmica baseada nos atos e falas do Profeta Maomé. Seguem líderes religiosos escolhidos por seu conhecimento e devoção, mas que não são, necessariamente, descendentes do profeta. Os xiitas, por sua vez, seguem guias espirituais considerados descendentes de Maomé, por intermédio do primo e genro deste, Ali Ibn Abi Talib, o quarto califa, assassinado no ano de 661 DC. Há várias correntes xiitas, sendo a mais importante a Duodecimalista, com predominância no sul do Iraque, Iêmen e Sul e Leste do Líbano.

O Brasil subscreveu os acordos, convenções ou tratados contra o terrorismo?

No âmbito da ONU e da Organização dos Estados Americanos (OEA), o Brasil assinou e ratificou todas as convenções internacionais sobre terrorismo. Apenas a Convenção Internacional para a Supressão de Atos de Terrorismo Nuclear (da ONU) não foi, até

o momento, ratificada pelo País. Esse foi um instrumento apresentado durante a realização de Assembléia Geral da ONU, em setembro de 2005.

Legislação Internacional Sobre Terrorismo

Título	Celebração	Entrada em vigor	Entrada em vigor no Brasil	Decreto executivo
Convenção relativas às Infrações e certos outros atos cometidos a bordo de Aeronaves	14/9/1963	4/12/1969	14/4/1970	66520/70
Convenção para Repressão ao Apoderamento Ilícito de Aeronaves	16/12/1970	14/10/1971	14/2/1972	70201/72
Convenção para Prevenir e Punir os Atos de Terrorismo Configurados em Delitos contra as Pessoas e a Extorsão Conexa Quando Tiverem Eles Trancendência Internacional	2/2/1971	16/10/1973	5/2/1999	3018/99
Convenção para a Repressão de Atos Ilícitos contra a Segurança da Aviação Civil	23/9/1971	26/1/1973	26/1/1973	72383/73
Convenção sobre a Prevenção e Punição de Infrações contra Pessoas que Gozam de Proteção Internacional, incluindo os Agentes Diplomáticos	14/12/1973	20/2/1977	7/6/1999	3167/99
Convenção contra a Tomada de Reféns	18/12/1979	3/6/1983	7/4/2000	3517/00
Convenção sobre a Proteção Física dos Materiais Nucleares	3/3/1980	8/2/1987	8/2/1987	95/91
Protocolo para a Supressão de Atos Ilícitos de Violência nos Aeroportos a Serviço da Aviação Civil	24/2/1988	6/8/1989	8/6/1997	2611/98
Convenção sobre a Marcação dos Explosivos Plásticos para Fins de Detecção	1/3/1991	21/6/1998	3/12/2001	4021/01
Convenção Interamericana Contra a Fabricação e o tráfico Ilícito de armas de Fogo, uniões, explosivos e Outros Materiais Correlatos	14/11/1997	1/7/1998	28/10/1999	3229/99
Convenção Internacional sobre a Supressão de Atentados Terroristas com Bombas (com reserva ao parágrafo 1 do artigo 20).	15/12/1997	23/5/2001	22/9/2002	4394/02
Resolução 1373 (2001) do Conselho de Segurança das Nações Unidas	28/9/2001	28/9/2001	18/10/2001	3976/01
Convenção Internacional para a Supressão do Financiamento do Terrorismo	9/12/1999	10/4/2002	16/10/2005	5640/05
Convenção Interamericana Contra o Terrorismo	3/6/2002	10/7/2003	26/11/2005	5639/05
Convenção para a Supressão de Atos Ilícitos contra a Segurança da Navegação Marítima	10/3/1988	1/3/1992	23/1/2006	-
Protocolo para a Supressão de Atos Ilícitos contra a Segurança de Plataformas Fixas localizadas na Plataforma Continental	10/3/1988	1/3/1992	23/1/2006	-
Convenção Internacional para a Supressão de Atos de Terrorismo Nuclear	13/4/2005	-	-	-

No que concerne ao Mercosul, existe alguma iniciativa plurinacional de prevenção e combate ao terrorismo?

Ao ensejo da Declaração de Ministros da Justiça e do Interior do Mercosul, de 28 de setembro de 2001, assinada em Montevideu/Uruguai, foi criado o Grupo de Trabalho Especializado sobre Terrorismo (GTE), subordinado à Comissão Técnica encarregada de coordenar os GTs especializados do Mercosul.

A referida comissão é presidida, no caso brasileiro, pelo Ministério da Justiça, e a Abin é uma de suas partícipes. As atividades do GTE visam à implementação e à coordenação de ações operacionais, em matéria de terrorismo, tendo por base o Plano Geral de Cooperação e Coordenação Recíproca para a Segurança Regional.

Ademais, há outros dispositivos pertinentes na esfera do Mercosul, como o Protocolo sobre Assistência Judiciária Mútua em Assuntos Penais, de 1996, e o Acordo sobre Extradicação, de 1998. Compõem o GTE os países-membros do Mercosul (Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai), os associados (Bolívia, Chile, Peru e Venezuela) e a Colômbia. Trata-se do principal fórum de cooperação sul-americana sobre terrorismo do qual o Brasil participa.

O que diz a legislação nacional a respeito de terrorismo?

Os principais dispositivos jurídicos brasileiros sobre terrorismo são: a Constituição Federal de 1988; o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); a Lei nº 6.815, de 18 de agosto de 1980 (Estatuto do Estrangeiro); a Lei nº 7.170, de 14 de dezembro de 1983 (Lei de Segurança Nacional); a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, que inclui o terrorismo na categoria de crimes hediondos; a Lei nº 9.112, de 10 de outubro de 1995, que criou a Comissão Interministerial de Controle de Exportações de Bens Sensíveis e dispõe sobre o controle da exportação de serviços e bens de aplicação bélica, bens de uso dual e bens de uso na área nuclear, química e biológica; a Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, que criou o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) e dispõe sobre os crimes de “lavagem” ou ocultação de

bens, direitos e valores provenientes, direta ou indiretamente, de crimes como o terrorismo, e a Lei nº 9.883, de 7 de dezembro de 1999, que instituiu o Sistema Brasileiro de Inteligência (Sisbin), cujo órgão central é a Abin.

Em abril de 2002, o MJ anunciou a elaboração de anteprojeto de lei que não prosperou e que criaria um novo Título, de número XII, no Código Penal, sobre os crimes contra o Estado Democrático de Direito, destinado a substituir a Lei de Segurança Nacional, de 1983. A tipificação do delito, objeto do futuro artigo 371 do Código, segue a tendência de abordá-lo por meio da explicitação de condutas criminais, inclusive as ligadas ao terrorismo cibernético, em vez de buscar uma definição. O texto está consubstanciado no Projeto de Lei nº 6.764/2002.

Existe, ainda, um estudo, que está sendo elaborado no âmbito da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e Lavagem de Dinheiro (Enccla), a ser apresentado como Projeto de Lei no Congresso Nacional, que tipifica crimes relacionados ao terrorismo.

Quais os instrumentos jurídicos internacionais sobre terrorismo adotados pela ONU?

Além das Convenções internacionais sobre terrorismo adotadas pela ONU e das Resoluções do Conselho de Segurança da ONU (CSNU) que tratam especificamente do ilícito, foram criados o Comitê de Sanções contra a Al-Qaeda e o Talibã (Comitê 1.267); o Comitê Antiterrorismo (CTC), cuja missão é monitorar a implementação da Resolução nº 1.373, adotada pelo CSNU em 28 de setembro de 2001, e fortalecer a capacidade dos Estados no que tange a prevenção e combate ao terrorismo, e o Comitê 1.540, encarregado dos assuntos relativos aos atores não-estatais e às armas de destruição em massa. Continua em negociação na ONU um projeto de convenção abrangente sobre o terrorismo, a fim de sistematizar a prevenção e o combate ao fenômeno, até então disperso em instrumentos jurídicos setoriais.

* * *

EM DEFESA DO BRASIL

O PAPEL DOS SERVIÇOS DE INTELIGÊNCIA NA PREVENÇÃO E NO COMBATE AO TERRORISMO INTERNACIONAL

Cmt. Int. Paulo de Tarso Resende Paniago
Abin

O contexto atual de globalização econômica marcada pela evolução tecnológica, principalmente nas áreas de comunicação e transportes, propiciou o contato entre culturas antes isoladas. A mobilidade de pessoas, a possibilidade de expansão dos negócios, muitos dos quais realizados virtualmente, o advento da internet como ferramenta de acesso a conhecimentos e comunicação quase ilimitados e as crescentes correntes migratórias a partir de países pobres, responsáveis pela formação de expressivas minorias étnicas nas grandes potências da Europa e da América do Norte, fizeram aflorar divergências religiosas e ideológicas que, alimentadas pela intolerância e pelo radicalismo, atingem seu ápice em ações de violência.

O terrorismo se insere nesse processo. O propalado diálogo entre civilizações, notadamente a cristã, a judaica e a muçulmana, vem se tornando mais difícil à medida que países ocidentais estabelecem presença nas terras consideradas sagradas do Islã e, aos olhos dos nativos, profanam o que para eles representam valores a serem preservados. Por outro lado, a forte presença dos adeptos dessa religião no Ocidente não configura aceitação dos valores que os rodeiam. A arma destes, que se consideram mais fracos e injustiçados, passa a ser o terror contra os ocidentais, porque têm consciência de sua condição de inferioridade no campo de batalha militar tradicional.

Em quaisquer situações de antagonismos e conflitos, a atividade de Inteligência torna-se indispensável, e cresce seu grau de importância na mesma proporção em que a situação se agrava.

Se, na época da Guerra Fria, a Inteligência era utilizada para espionagem mútua pelos pólos ideológicos dominantes, na atualidade, os desafios representados pelo terrorismo islâmico estimulam o êxito do trabalho de coleta de informações e elaboração de cenários. Um dos principais aspectos a serem considerados no combate ao terrorismo é a dificuldade em caracterizar o inimigo. No caso do terrorismo de inspiração fundamentalista islâmica, em um universo aproximado de 1,4 bilhão de muçulmanos, qualquer pessoa pode estar a serviço do extremismo e disposta a imolar-se pela causa do Islã. Ao mesmo tempo, os serviços de Inteligência dos países atingidos, sejam ocidentais ou islâmicos, não devem se deixar levar pela paranóia de considerar todos os fiéis muçulmanos como inimigos.

A inserção do Brasil nesse complicado quadro se faz por meio da presença de comunidades muçulmanas que vivem em várias regiões do País, notadamente em São Paulo/SP, onde há cerca de 1,5 milhão de adeptos da religião, e em Foz do Iguaçu/PR, que conta com uma comunidade de aproximadamente 20 mil membros. No País, há 50 mesquitas e diversas entidades de ensino e de divulgação da cultura islâmica, tanto da corrente sunita quanto da xiita. Os projetos dessas comunidades de construção de novos centros e mesquitas evidenciam sua predisposição em permanecer e ampliarem sua presença no Brasil, pátria considerada hospitaleira e tolerante com estrangeiros e confissões religiosas. O principal contingente de muçulmanos radicados no Brasil é de libaneses xiitas, mas também há palestinos e libaneses sunitas.

Os atentados terroristas ocorridos na Embaixada de Israel em 1992 e na Associação Mutual Israelita da Argentina (Amia) em 1994, ambos em Buenos Aires, ativaram, pela primeira vez, o alerta do órgão de Inteligência do Brasil no tocante à presença e à atuação de terroristas na América do Sul. Diante das afirmações de organismos congêneres de outros países de que os mencionados atos tiveram como base de apoio o território nacional, o País sofre pressões para a adoção de medidas que visem a neutralizar eventuais ameaças terroristas, incluindo o aprimoramento do controle de estrangeiros e do envio de recursos financeiros ao exterior.

Em 1999, o governo brasileiro criou a Agência Brasileira de Inteligência (Abin), que, entre outras funções, recebeu a incumbência de participar das ações de prevenção de atos terroristas por meio de operações próprias, análises estratégicas e intercâmbio de dados e informações com serviços de Inteligência aliados e órgãos de segurança nacionais. O esforço brasileiro nesse sentido mostrou-se compatível com a conjuntura internacional, uma vez que, com os atentados terroristas ocorridos em Nova Iorque e Washington, em 2001, o tema tornou-se prioridade máxima dos Estados Unidos da América (EUA) e de outros países europeus, à medida que esses também passaram a ser ameaçados e atingidos.

A Abin, como o principal órgão nacional de prevenção ao terrorismo, assumiu um papel fundamental no acompanhamento, em território brasileiro, de suspeitos de serem membros de organizações extremistas ou de lhes prestar apoio financeiro, logístico ou de recursos humanos. No âmbito do intenso processo de globalização, anteriormente mencionado, a Inteligência vem observando a movimentação de religiosos entre o Brasil, os países do Oriente Médio e vizinhos da América do Sul, principalmente a Argentina e o Paraguai, com os quais se forma a Tríplice Fronteira, local considerado pelos EUA como problemático do ponto de vista de suposto financiamento do terrorismo pelos muçulmanos ali radicados.

A resposta da Abin a essa ameaça tem sido a implementação de ações sistemáticas na Tríplice Fronteira e em São Paulo para o acompanhamento das atividades e dos contatos de pessoas consideradas suspeitas. Esse trabalho também visa a obter elementos que possam assessorar o governo brasileiro no posicionamento internacional a respeito do tema.

Outro ponto importante é o intercâmbio de informações com serviços estrangeiros.

O Brasil, por intermédio de delegações multissetoriais, participa de fóruns multilaterais de âmbito regional e supra-regional, onde a cooperação contra o terrorismo é tema dos trabalhos. Entre os principais, estão o Grupo de Trabalho Especializado (GTE)

do Mercosul; o Grupo 3+1, que inclui os países da Tríplice Fronteira e os EUA; o Comitê Interamericano Contra o Terrorismo (Cicte), da Organização dos Estados Americanos (OEA) e o Grupo de Atuação Financeira Internacional (Gafi), que trata da lavagem de dinheiro e do financiamento do terrorismo.

Internamente, a institucionalização do Sistema Brasileiro de Inteligência (Sisbin), criado em 1999, do qual a Abin é o órgão central, possibilita permanente interação para troca de informações, experiências e consolidação de parcerias.

Dessa forma, o Brasil vem criando condições para cumprir as recomendações contidas na Resolução nº 1.373, de 28 set. 2001, do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU), que inclui um conjunto de regras para o controle de operações financeiras, combate à lavagem de dinheiro ligada ao financiamento do terrorismo, fiscalização das fronteiras e certificação de segurança de portos e aeroportos. Ainda no âmbito dos instrumentos normativos da ONU e da Organização dos Estados Americanos (OEA), o Brasil aderiu a todas as convenções sobre combate ao terrorismo.

Embora não exista uma lista que reconheça as organizações que o País considera terroristas, sua condição de membro da ONU e signatário da citada resolução o impele a seguir a lista da organização, onde estão inseridos a Al-Qaeda e o grupo talibã.

Um campo de atuação ainda a ser explorado em profundidade é o financiamento ao terrorismo. A falta de pessoal especializado em número suficiente e o acesso deficiente aos dados do sistema financeiro impedem que se conheça em detalhes as operações suspeitas. Essa lacuna tem sido suprida por meio do Conselho de Controle das Atividades Financeiras (Coaf), do Ministério da Fazenda, criado em 1998.

Cumpram-se, entretanto, que essa fragilidade é verificada em muitos países. Especialistas acreditam que, devido ao imenso volume de operações financeiras realizadas todos os dias no mundo, o rastreamento dessas movimentações deve ser feito apenas nos casos de pessoas suspeitas e tão-somente com o intuito de

corroborar ou refutar indícios, visto ser muito difícil caracterizar o financiamento do terrorismo, devido ao fato de que as organizações extremistas, muitas vezes, escondem-se sob a fachada de instituições de caridade, empresas, fundações e associações.

A Inteligência está cada vez mais voltada para a aquisição de capacidade para antecipar ameaças terroristas. Para o sucesso de suas ações, entretanto, existem algumas condições fundamentais:

- estudo contínuo de organizações terroristas bem como de movimentos guerrilheiros, grupos e indivíduos de alguma forma relacionados a esta atividade, abrangendo seus antecedentes históricos, motivações, estrutura, bases de apoio e tendências;

- implantação de banco de dados específico, voltado ao acompanhamento e identificação de organizações e grupos suspeitos;

- controle da movimentação de alvos de interesse, dentro de um país e internacionalmente;

- formação de uma rede de informantes, sobretudo nas áreas que tenham colônias de etnias, migrantes e/ou refugiados, em cujo país de origem existam atividades terroristas;

- infiltração de agentes em organizações e grupos terroristas, ou de apoio a ações terroristas;

- desinformação de dados de interesse para as organizações terroristas com a finalidade de iludir, confundir e/ou conduzir ao erro aquelas organizações, facilitando a detecção de seus componentes, assim como o acompanhamento de suas ações;

- contrapropaganda, que será de especial relevância na formação da opinião pública em favor das ações de Inteligência; e

- detenção de pessoas para interrogatório e possibilidade de deportação, desde que mediante fundamentação e com controle externo voltado à prevenção de excessos.

A Inteligência brasileira tem se adaptado às condições econômicas, políticas e sociais do País. O crescimento das suspeitas de financiamento do terrorismo, o proselitismo religioso radical feito por clérigos vindos de países muçulmanos, o homizio, em

território nacional, de pessoas supostamente ligadas a grupos extremistas e a possibilidade de recrutamento de combatentes brasileiros convertidos ao Islã demandam o incremento das ações da Abin nesse campo com a conseqüente necessidade de adequação do aporte financeiro, de pessoal e tecnologia. Além desses aspectos, a atualização da legislação brasileira e o respeito aos direitos humanos vêm se impondo como uma necessidade.

As pressões internacionais para que o Brasil seja um parceiro ativo das grandes potências no combate ao terrorismo internacional já são sensíveis e tendem a crescer. A participação nesse processo vai ao encontro dos interesses do País, de maior presença no cenário mundial, inclusive com assento permanente no Conselho de Segurança da ONU.

A Inteligência é um dos principais instrumentos para o Brasil atender as demandas e enfrentar tais pressões. Todavia, para que isso ocorra, é necessário que esse setor governamental esteja preparado e equipado para cumprir sua missão de forma satisfatória, caso contrário, podem tornar-se comuns ações adversas de serviços estrangeiros em território nacional, em flagrante desrespeito à soberania do Estado brasileiro.

* * *
EM DEFESA DO BRASIL

ENSAIO SOBRE AS DISTINÇÕES ENTRE ORGANIZAÇÕES GUERRILHEIRAS E TERRORISTAS

3º Of. Int. Carolina Souza Barcellos
Abin

Após os atentados terroristas de 11 de setembro de 2001, muitos países passaram a rever seus conceitos para a classificação de uma organização como terrorista. Esse revisionismo, motivado não só pelo temor como também pela melhor compreensão da problemática contemporânea, fez com que muitos países reavaliassem o *status* de diversos grupos extremistas em atuação no mundo. Apesar de esse processo de conceituação denotar um viés científico à discussão da tipologia desse ilícito, as diferentes definições de terrorismo adotadas pelos países respondem mais às demandas políticas e estratégicas de cada Estado que ao consenso acadêmico sobre o assunto.

Entre os países que alteraram a classificação de alguns grupos extremistas encontra-se a Colômbia, que passou a considerar como organizações terroristas os grupos guerrilheiros que assolam o país, aliando, assim, sua classificação à estadunidense. O Brasil não adotou essa política e manteve a definição de guerrilha para grupos dessa natureza, como as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc) e o Exército de Libertação Nacional (ELN).

A redefinição de conceitos em diversos países, apesar de parecer bastante acertada, suscitou dúvidas sobre quais fatores distinguem movimentos guerrilheiros de uma organização terrorista. Ou ainda, se esses dois tipos não seriam apenas formatos variados de uma mesma realidade. Este pequeno ensaio tem por objetivo oferecer uma reflexão sobre esse debate e tentar apre-

sentar alguns conceitos teóricos que estariam por trás da decisão brasileira de manter a classificação de grupos como as Farc como guerrilha. Nesse sentido, serão apresentados os principais pontos que diferenciam um grupo guerrilheiro de uma organização terrorista.

Entre os indicadores que distinguem guerrilha de terrorismo, talvez o mais proeminente seja o relativo a sua organização interna. Os grupos guerrilheiros utilizam uma estrutura militarizada com hierarquias definidas e com arcabouço de comando piramidal. Em outras palavras, os militantes iniciam suas carreiras nos postos mais baixos da hierarquia “militar” do grupo, como combatentes, e ascendem segundo critérios de tempo e excelência, tal como em um exército regular. Os combatentes são divididos em frentes e blocos que se assemelham à organização militar de pelotões, companhias e batalhões. As guerrilhas organizam sua campanha armada de modo que cada frente atinja objetivos específicos próprios, mas que correspondam ao planejamento estratégico definido pelo comandante-geral.

Em um exército regular, há especializações técnicas entre os diferentes segmentos da Força para atender a necessidades e formas de emprego tático específicos. Essa mesma lógica de especialização tenta ser reproduzida em algumas frentes e blocos da guerrilha¹. Do mesmo modo que em um exército, as diferentes operações táticas estão vinculadas a uma linha de comando única e estratificada. Em certa medida, a utilização de hierarquia “militar” acaba sendo fundamental para a organização de uma guerrilha. Isso porque um grupo guerrilheiro é formado por quantidade de militantes² difícil de se articular na ausência de um comando centralizado.

¹ As Farc, por exemplo, têm frentes especializadas em ações “militares”, de seqüestro, de logística, de finanças etc.

² Atualmente, acredita-se que as Farc tenham em suas fileiras, cerca de 17 mil guerrilheiros; para o ELN, as estimativas são de cerca de 4 mil militantes.

Enquanto as guerrilhas se organizam sobre uma estrutura militar hierarquizada, não há uma estrutura organizacional comum aos distintos grupos terroristas. Uma forma cada vez mais empregada é de células descentralizadas, compostas de poucos membros, que realizam ações coordenadas por uma liderança central. Entretanto, não há uma hierarquia clara e definida entre as células que participam, direta ou indiretamente, de um atentado ou de sua preparação. Enquanto as guerrilhas procuram se aproximar ao máximo da estrutura militar de comando e obediência, as organizações terroristas não compartilham de um tipo preferencial de estrutura organizacional.

Outra diferenciação comumente apontada para distinguir guerrilha de terrorismo baseia-se na atuação operacional. A guerra de guerrilhas é um tipo de combate usualmente empregado em conflitos assimétricos ou por exércitos regulares, quando se deseja aplicar uma técnica que proporcione à tropa grande agilidade e mobilidade no terreno. Essa tática é, por excelência, a mais executada por organizações como as Farc, e consiste em atacar, em ações rápidas, tropa regular em momentos em que se acham vulneráveis. Após o ataque, a organização guerrilheira abandona o local o mais rapidamente possível para evitar um contra-ataque. Além desse tipo de ação, as guerrilhas atuam ainda em assassinato seletivo de autoridades, seqüestro e ações terroristas.

Os movimentos insurgentes apresentam quatro linhas operacionais claras, sendo a ação guerrilheira a essencial, ao passo que as organizações terroristas possuem apenas uma: a disseminação indiscriminada do pânico. Com essa tática, as organizações terroristas procuram criar, na população, a sensação de que o Estado é frágil frente à ameaça e de que não é capaz de garantir a paz social. Nesse sentido, as organizações terroristas procuram utilizar esse sentimento de impotência do país para dobrar os governos a seu favor.

Essa distinção de *modus operandii* acaba refletindo também nos alvos principais de cada uma dessas organizações. Enquanto as guerrilhas alvejam preferencialmente instalações militares, exér-

bitos regulares, autoridades públicas e infra-estruturas físicas, os terroristas optam pela população civil, normalmente de forma indiscriminada. O ataque à população civil é fundamental para que a tática de disseminação do medo tenha sucesso. Nesse sentido, quanto mais violento e inusitado um ataque, maior será sua capacidade de disseminar o caos. Devido a esse tipo de atuação, as organizações terroristas não costumam contar com apoio da população civil, considerada alvo do grupo.

Os dois tipos estudados também se diferenciam quanto ao apoio da população. No início de sua formação, um movimento guerrilheiro necessita do apoio, ou pelo menos da não-rejeição da população, ao passo que uma organização terrorista independe desse quesito para seu nascimento e manutenção. Por esse motivo, não é interessante, política ou estrategicamente, para um movimento guerrilheiro empreender ataques indiscriminados contra a população civil.

Outro aspecto de distinção oriundo dos *modus operandii* singular a cada tipo de organização é a questão espacial que existe no cerne dos grupos guerrilheiros e não apresenta a mesma relevância para as organizações terroristas. A guerra de guerrilhas é uma luta armada com avanço territorial, em que o espaço é gradualmente conquistado, ocupado e defendido pelas tropas guerrilheiras. Em contrapartida, as organizações terroristas não se empenham na busca de avanço territorial. Mesmo grupos terroristas de viés separatista, como o Irish Republican Army (IRA) e a Euskadi Ta Askatasuna (ETA) – que, em basco, significa Pátria Basca e Liberdade –, não utilizaram o avanço territorial físico de frações armadas, como o fazem as Farc e o ELN na Colômbia.

As guerrilhas também apresentam outra característica militar não compartilhada pelos grupos terroristas: a utilização de uniformes e armamentos convencionais³. Além de usarem farda para a identificação da organização como um grupo beligerante regular,

³ Por armamentos convencionais compreende-se a utilização de armamento comum aos utilizados por exércitos regulares, tais como, fuzis, metralhadoras, morteiros, granadas, minas terrestres etc. Em outras palavras, as guerrilhas praticamente não empregam artifícios como ataques suicidas.

os guerrilheiros adotam armas de combate militar, como fuzis, granadas, morteiros etc. Essa escolha é feita porque a guerrilha pretende ser uma organização armada representante dos interesses de uma parcela da população; logo, sua identificação como grupo (por meio de uniformes, hinos, insígnias etc.) acaba sendo fundamental para sua formação e propaganda de sua força. Além disso, como seus alvos preferenciais são militares, visto se considerarem “militarmente” capazes de enfrentar o aparato militar do Estado, é necessária a utilização de armamento convencional para que seu esforço de guerra possa obter sucesso.

Contrariamente a essa lógica, os membros de uma organização terrorista não buscam sua identificação com uniformes e afins, nem empregam armas convencionais de uso militar. Uma característica marcante do terrorismo é a ausência de rosto. Qualquer um pode ser um terrorista. O trunfo do terrorismo é justamente tentar mostrar a impotência do Estado frente a seus atos; assim, um terrorista não pode atuar devidamente identificado, como normalmente o faz um guerrilheiro. Além disso, como o *modus operandii* desse tipo de organização busca disseminar o medo, as armas militares de uso regular não seriam as mais adequadas para espalhar o caos na população.

As organizações terroristas e guerrilheiras compartilham a motivação ideológica⁴ como fator preponderante para formação e manutenção do grupo. Em outras palavras, o que impulsiona os integrantes desses movimentos é a crença de estarem atuando em prol de um objetivo que consideram nobre. Apesar dessa intercessão, o objetivo almejado não é comum. As guerrilhas buscam o poder político. Seu objetivo é obter o poder pela força e instaurar um novo governo. A criação de um novo país, por meio de um movimento separatista, não é um objetivo que perpassa diferentes movimentos guerrilheiros, porém a conquista de poder político é o foco central da ação armada desses grupos. As organizações terroristas, por sua vez, não compartilham um objetivo comum.

⁴ A motivação ideológica é entendida aqui em seu sentido amplo, isto é, a ideologia é vista como o conjunto de idéias que os indivíduos possuem para compreender o mundo. Nesse sentido, a ideologia serve a princípios políticos tanto de esquerda quanto de direita; a princípios tanto teológicos quanto seculares.

Enquanto existem grupos com caráter separatista (IRA e ETA⁵), há os que pregam a destruição de um inimigo (Al-Qaeda) e, ainda, os de viés apocalíptico (Aum Shinrikyo).

Por fim, guerrilha e terrorismo também diferem quanto à fronteira de atuação. Os movimentos guerrilheiros normalmente restringem sua ação aos limites territoriais do país que pretendem reformar. Já as organizações terroristas não costumam se limitar às fronteiras internacionais existentes.

A diferenciação conceitual dos dois tipos de ilícitos tratados nesse ensaio procura elencar algumas das distinções mais amplamente difundidas e apresentá-las como ponto de partida para uma reflexão mais ampla. Ter uma percepção clara dos elementos que aproximam e distanciam esses grupos extremistas é fundamental para a compreensão dos dois fenômenos, guerrilha e terrorismo. Independentemente da classificação adotada por cada país, sem uma compreensão vívida das particularidades que envolvem organizações guerrilheiras e terroristas, o Estado torna-se incapaz de defender-se dessas ameaças.

Referências:

- CLUTTERBUCK, Richard. **Terrorism and guerrilla warfare**. London: Routledge, 1990.
- FERRY, Dobbs. **Terrorism: documents of international and local control**. New York: Oceana Publications, 2001.
- PONTES, Marcos Rosas Degaut. **Terrorismo: características, tipologias e presença nas relações internacionais**. 1999. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Universidade de Brasília, Brasília, 1999.
- STERN, Jéssica. **Terror em nome de Deus: porque os militantes religiosos matam**. São Paulo: Barcarolla, 2004.
- THACKRAH, John Richard. **Encyclopedia of terrorism & political violence**. London: Routledge & Kegan Paul, 1987.
- WARDLAW, Grant. **Political terrorism: theory, tactics, and counter-measures**. 2. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.

* * *
EM DEFESA DO BRASIL

⁵ Cabe ressaltar que tanto o IRA quanto o ETA são grupos católicos.

O DESAFIO DO TERRORISMO INTERNACIONAL

Cmt. Int. Paulo de Tarso Resende Paniago

Abin

Com o advento do século XXI, novas ameaças ganharam relevo no mosaico dos problemas que colocam em risco a segurança dos povos, a estabilidade dos países e a concentração de esforços em favor da paz mundial. O terrorismo internacional, devido a seu poder de infiltração em diferentes regiões e sua capacidade para gerar instabilidade na comunidade internacional, constitui uma das principais ameaças da atualidade.

A expansão do terrorismo internacional na última década está diretamente relacionada ao crescimento de sua vertente islâmica, que, por sua vez, ampliou-se na esteira da disseminação de interpretações radicais do Islã, que se opõem a qualquer tipo de intervenção no universo dos valores muçulmanos e pregam o uso da violência – guerra santa (*jihad*) – como forma de defender, expandir e manter a comunidade islâmica mundial. Nas organizações extremistas islâmicas, em especial do ramo sunita, (aquelas que seguem a suna¹), a pessoa, para ser seu líder, deve ter conhecimento religioso aprofundado, diferentemente das xiitas, que aceitam somente líderes que tenham descendência direta o Profeta Maomé) como a Al-Qaeda e grupos a ela coligados, utilizam o conceito radical de *jihad* para defender a participação ativa em enfrentamentos em que uma das partes se defina como islâmica e se oponha a outra não-islâmica ou ocidentalizante.

Na atualidade, em qualquer parte do mundo, podem se desenvolver atividades de apoio logístico ou de recrutamento ao terrorismo. Isso se deve à sua própria lógica de disseminação transnacional, que busca continuamente novas áreas de atuação

¹ A Suna é a segunda parte doutrinária do islamismo, depois do Alcorão. Trata-se de um conjunto de leis, preceitos e interpretações dos “hadith” (ditos e feitos), um compêndio de textos sobre os ensinamentos, exemplos, tradições e obras do Profeta Maomé.

e, também, às vantagens específicas que cada país pode oferecer a membros de organizações extremistas, como facilidades de obtenção de documentos falsos ou de acesso a seu território, além de movimentação, refúgio e acesso a bens de natureza material e tecnológica.

A descentralização das organizações extremistas amplia sua capacidade operacional e lhes permite realizar atentados quando as circunstâncias lhes forem favoráveis e onde menos se espera, para potencializar o efeito surpresa e o sentimento de insegurança, objetivos próprios do ato terrorista. Desse modo, cidadãos e interesses de qualquer país, ainda que não sejam os alvos ideais, em termos ideológico-religiosos, podem servir de “pontes” para que organizações extremistas atinjam, embora indiretamente, seus principais oponentes.

Para tanto, impõe-se aos Estados a necessidade de, entre outras, adotar parcerias para efetivamente coibir a atuação do terrorismo em áreas-chave, como o financiamento e o apoio logístico. Isso requer o estabelecimento de acordos bilaterais e multilaterais de combate a esse crime, tanto globais, quanto regionais, bem como o fortalecimento de fóruns multilaterais, para resolver questões conflitantes. Sem o contínuo esforço supranacional para integrar e coordenar ações conjuntas de repressão, o terrorismo internacional continuará a ser fator de ameaça aos interesses da comunidade internacional e à segurança dos povos por tempo indeterminado.

Nesse cenário, os serviços de Inteligência assumem papel fundamental, pois o intercâmbio de informações e o trabalho em parceria são requisitos basilares para o enfrentamento assertivo e solidário dessa ameaça, cujas ramificações e desdobramentos atingem direta ou indiretamente todos os países.

O recrudescimento do terrorismo islâmico atualmente afeta todos os continentes, devido à ação globalizada dos grupos extremistas islâmicos, que possuem redes de apoio não apenas nas

regiões onde atuam, mas também em várias outras, como forma de dificultar a detecção e a neutralização de suas atividades.

Na África, vários países apresentam histórico de presença de organizações terroristas islâmicas. Na Ásia, em especial no Sudeste Asiático e na Ásia Central, localizam-se pontos de enclave do fundamentalismo islâmico. No Afeganistão, persiste quadro de elevada instabilidade e precárias condições de segurança, devido à existência de atividades terroristas conduzidas por membros remanescentes da Al-Qaeda, do Talibã e de integrantes de outros grupos extremistas. No Iraque, a constância e a gravidade dos atentados pressupõem a presença de forças terroristas não-iraquianas atuando no país. Na América do Norte e na Europa, vêm sendo desmanteladas, por ações de Inteligência, redes de apoio a organizações extremistas islâmicas. Na América do Sul, além do histórico de atentados ocorridos em Buenos Aires/Argentina, em 1992 e 1994, há suspeita de trânsito de terroristas e de atividades de financiamento ao terrorismo.

O Oriente Médio, por sua vez, caracteriza-se por apresentar conflitos localizados e focos de tensão entre muçulmanos, judeus e cristãos, e entre as vertentes xiita e sunita do islamismo. Um exemplo do que ocorre atualmente naquela região são as ligações entre organizações de diferentes segmentos do Islã, como o Hizballah (xiita) e o Hamas (sunita), cujos objetivos políticos comuns são o combate ao Estado de Israel e a expansão do islamismo por toda aquela área, havendo ainda vários apoiadores de organizações extremistas islâmicas, o que reflete no equilíbrio da região, cujo complexo quadro de instabilidade requer apreciações específicas.

A análise dos assuntos relativos ao Oriente Médio pelos órgãos de Inteligência faz parte do esforço em acompanhar o fenômeno do terrorismo internacional, tendo em vista, por exemplo, os enfrentamentos, no ano passado, entre Israel e o Hizballah e a possibilidade de que simpatizantes desta organização possam

engajar-se em ações radicais fora do Líbano, como forma de retaliação, contra alvos de interesse de Israel e dos Estados Unidos da América (EUA) ao redor do mundo, inclusive, e de forma potencial, em território brasileiro.



Você sabia?

Que a Abin instituiu o “Diploma do Amigo da Abin” para reconhecer os préstimos de cidadãos brasileiros que contribuíram para o fortalecimento da atividade de Inteligência de Estado no Brasil?

Anualmente, no dia 7 de dezembro, aniversário de criação da Abin, diplomas são concedidos a cidadãos que se destacaram na condução de atividades que resultaram no fortalecimento institucional em diversas áreas.

TERRORISMO E CONTRATERRORISMO: desafio do século XXI¹

2º Of. Int. Álisson Campos Raposo
Abin

Introdução

Dois fatos, historicamente recentes, motivaram profundas mudanças nas relações internacionais contemporâneas: a queda do Muro de Berlim, em 9 de novembro de 1989; e os atentados terroristas de 11 de setembro de 2001. O 9 de novembro marcou o descortinamento de metade do planeta. O 11 de setembro, o erguimento de uma muralha invisível entre os povos que, acreditávamos, estivesse destruída (FRIEDMAN, 2005).

A palavra “terrorismo” deriva do latim *terror*, que significa medo ou horror. Trata-se de termo usado para designar um fenômeno político, de longa data, cuja finalidade é aniquilar ou atemorizar rivais mediante o uso de violência, terror e morte de pessoas inocentes. Sem modificar sua essência, o terrorismo exhibe, na atualidade, cinco aspectos que o distinguem de épocas anteriores: o caráter transnacional; o embasamento religioso e nacionalista; o uso de terroristas suicidas; a alta letalidade dos ataques; e a orientação anti-ocidental, sobretudo nos grupos fundamentalistas² islâmicos. Essas características nos remetem a uma nova modalidade, que poderia ser chamada de neoterrorismo (WITCKER, 2005).

¹ Esse artigo é síntese de monografia apresentada pelo autor no Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia (CAEPE-2006) da Escola Superior de Guerra (ESG), disponível na Coordenação-Geral de Documentação e Informação/SEPC/ABIN.

² Os primeiros a utilizarem o termo “fundamentalistas” foram os protestantes norte-americanos do início do século XX, para distinguir-se de protestantes mais liberais que, em sua opinião, distorciam a fé cristã. Queriam, assim, voltar às suas raízes e ressaltar o “fundamental” da tradição cristã, identificada como a interpretação literal das Escrituras e a aceitação de certas doutrinas básicas. Desde então, aplica-se a palavra “fundamentalismo” a movimentos reformadores de outras religiões.

Os atentados da Al-Qaeda, em 11 de setembro de 2001, nos Estados Unidos da América (EUA), são o divisor de águas desse novo ciclo. Desde então, houve ataques às cidades de Madri, na Espanha; Bali, na Indonésia; e Londres, na Inglaterra, entre outras, com grande número de vítimas. A metodologia, a estratégia e os meios utilizados por terroristas são variados e imprevisíveis. Hoje, há recursos mais poderosos e de acesso mais fácil do que os utilizados no passado. As variantes suicidas dos terroristas e o possível uso de armas de destruição em massa (ADM) mostram o quão vulneráveis são os Estados a toda sorte de ataques. Faz-se urgente a criação de mecanismos que, efetivamente, os contenham.

Considerações Gerais

Não há uma definição de terrorismo que seja aceita por toda a comunidade internacional. Há diversas acepções, que variam conforme o propósito das ações e o entendimento sobre o tema. Em comum, esses conceitos apresentam o uso da violência com motivação política, que os difere das ações unicamente criminosas, motivadas por lucro ou por desvios de comportamento (RAMOS JR., 2003). Essa violência se realiza no âmbito psicológico dos indivíduos e objetiva destruir o moral de suas vítimas. Seu efeito é o terror, isto é, um pavor incontornável.

Freqüentemente, a expressão “terrorismo” é utilizada para definir qualquer tipo de ação violenta, de caráter físico ou psicológico e de natureza “radical”, “fanática” ou “extrema”. Verifica-se, no cotidiano, que rotular um ato ou pessoa como terrorista depende, também, de quem sofre ou pratica a ação.

Terrorismo, portanto, pode ser definido como o uso intencional – ou ameaça de uso – de violência por um grupo político organizado contra “populações não-combatentes”³, de forma a se alcançar objetivos político-ideológicos.

³ Por “populações não-combatentes” devem ser entendidos tanto os civis quanto os militares não engajados em qualquer tipo de guerra, os participantes de missões internacionais de paz ou aqueles lotados no exterior, em lugares onde não existam hostilidades entre o governo anfitrião e o hóspede.

Um ato terrorista pode ser caracterizado, identificando-se a presença de algumas peculiaridades: a natureza indiscriminada; a imprevisibilidade e arbitrariedade; a gravidade de suas consequências; e o caráter amoral e de anomia (WOLOSZYN, 2006).

Sob outro viés, não se percebe a diferença entre as vítimas do terrorismo, aspecto, também, importante para seu entendimento. Podem-se distinguir três tipos:

- a **vítima tática** - é a vítima direta circunstancial – o morto, o mutilado, o seqüestrado – aquele que sofre em si a violência do atentado. Esta pode ter sido escolhida por alguma característica ou ser apenas um alvo aleatório, indiscriminado;

- a **vítima estratégica** - são todos aqueles que sobrevivem ao atentado, mas encontram-se no grupo de risco dos vitimados. Imaginam-se alvos potenciais de um próximo ataque, tornando-se presas do pânico; e

- a **vítima política** - é o Estado. A estrutura que deveria garantir a vida dos seus cidadãos mostra-se impotente ante um inimigo oculto e inesperado.

Considerando-se que o objetivo do terrorismo é provocar pânico, sua vítima preferencial não é a vítima tática, aquela que perde a vida no atentado, por uma questão inequívoca: os mortos não temem. As vítimas buscadas pelo terrorismo são, portanto, aquelas que sobrevivem e se sentem indefesas ante a vontade do terrorista. O fundamento do terror, portanto, não é morte ou aniquilamento, mas a sensação de vulnerabilidade, impotência e desamparo ante o atentado (SAINT-PIERRE, 2005).

O combate ao terrorismo possui duas grandes vertentes: o antiterrorismo e o contraterrorismo. O antiterrorismo compreende medidas eminentemente defensivas, que objetivam a redução das vulnerabilidades aos atentados. O contraterrorismo abrange medidas ofensivas, tendo como alvo os diversos grupos identificados, a fim de prevenir, dissuadir, ou retaliar seus atos (PINHEIRO, 2004). Contudo, a forma como um governo reage às ameaças a suas instituições e a sua população deve estar alinhada aos valores

que se busca proteger e preservar. Estes não podem ser sacrificados em nome de uma “guerra santa” contra o terrorismo (PONTES, 1999).

Arqueologia do terrorismo

O terrorismo não é um fenômeno exclusivo dos nossos dias. Sua história é secular, com numerosas variações de ideologia, estilo, escopo, proporções e violência. Há cerca de 2.500 anos, na imortalizada obra “A Arte da Guerra”, Sun Tzu apontava a essência do terrorismo: “Mate um; amedronte dez mil”.

O primeiro grupo terrorista que se tem registro data do ano seis da era cristã. Era formado por radicais judeus que se opunham à ocupação da Palestina pelo Império Romano. Chamava-se *Sicarii* e assassinava romanos e judeus colaboracionistas. O segundo, os *Nizarins*, surgiu onze séculos depois, no Oriente Médio (SOARES, 2001).

A palavra “terrorismo” surgiu para designar o período da Revolução Francesa conhecido como “Reino do Terror” (1793-1794), quando, sentenciadas por Robespierre, cerca de 17 mil pessoas foram guilhotinadas. Foram os jacobinos⁴ os primeiros a utilizar a violência de forma explícita. Surgia o “terrorismo de Estado”.

No século XIX, com o aperfeiçoamento das armas de fogo e explosivos, os atentados passaram a ter maior potencial destrutivo, e foram usados contra governos opressores. Segundo Pynchon e Burke (apud PONTES, 1999), no século XX, a União Soviética (URSS) tornou-se a principal provedora de organizações extremistas, como: as Brigadas Vermelhas, na Itália; a Facção do Exército Vermelho, na Alemanha; a Frente de Libertação de Moçambique; o Movimento da Esquerda Revolucionária, no Chile; e o Congresso Nacional Africano, na África do Sul.

⁴ Liderados por Robespierre, os jacobinos foram os mais radicais partidários da Revolução de 1789 que, apesar de liderarem a França apenas por um ano, entre 1793 e 1794, deixaram suas marcas sanguinárias. Foram apontados como o primeiro grupo revolucionário moderno, inspirador de uma série de outros movimentos, estendendo sua influência até aos bolcheviques russos de 1917.

Nas décadas de 1960 e 1970, o terrorismo contemporâneo – nacionalista, de extrema-esquerda, de Estado e de extrema-direita – teve seu maior desenvolvimento. Na passagem dos anos de 1980 para os de 1990, duas novas modalidades surgiram: o terrorismo “doméstico”, tipicamente norte-americano, e o terrorismo internacional, dos grupos fundamentalistas islâmicos. Este tem como objetivo lutar contra a expansão e a imposição dos valores – morais, sociais, econômicos e culturais – do mundo ocidental.

No mundo despolarizado, ressurgiram, de forma violenta, problemas étnico-religiosos latentes, em alguns casos, há séculos. Atoos terroristas, insurgências, instabilidades regionais e guerras civis passaram a povoar o noticiário internacional. O ódio decorrente da assimetria social entre os povos vem sendo explorado por grupos extremistas, como decorrência do chamado “Imperialismo Ocidental”.

Nos dois maiores atentados terroristas do início do século XXI – o ataque às torres gêmeas do World Trade Center, em Nova York, em 2001, e a explosão de trens em Madri, em 2003 – as vítimas inocentes passaram a ser contadas às centenas. Só então, a opinião pública internacional despertou para o fato de que o terrorismo tornara-se uma ameaça real para todos.

A logística necessária à realização de ataques dessa monta tem um preço. As organizações terroristas não possuíam o *know-how* necessário à “lavagem do dinheiro”⁵ destinado ao financiamento de atentados e à infra-estrutura necessária. Trata-se de um “sistema econômico” internacional desenvolvido após a II Guerra Mundial, que culminou como surgimento da chamada “Nova Economia do Terror”, que movimentou, na década de 1990, um terço dos cerca de US\$ 1,5 trilhão movimentados, anualmente, por organizações criminosas em todo o mundo (NAPOLEONI, 2004).

⁵ A Lei nº 9.613/98 tipifica o crime de lavagem de dinheiro. Art. 1º: “Ocultar ou dissimular a natureza, origem, localização, disposição, movimentação ou propriedade de bens, direitos ou valores provenientes, direta ou indiretamente, de crime: I - de tráfico ilícito de substâncias entorpecentes ou drogas afins; II - de terrorismo e seu financiamento;...”

O novo cenário geopolítico no Pós-Guerra Fria determinou a redução dos fundos destinados por Estados a grupos terroristas. Após o 11 de setembro, diversos dispositivos legais bloquearam bens e dinheiro de patrocinadores e organizações terroristas. Assim, estas recorreram às atividades criminosas, o que resultou em alianças entre terrorismo e crime organizado. Esses acordos levaram ao intercâmbio de *know-how* específico, como: lavagem de dinheiro, produção de explosivos e contrabando. Hoje, esses grupos possuem características de ambos.

Na Colômbia, as Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia (Farc), entre outros, estão envolvidas em ações terroristas, sobretudo seqüestros e atentados à bomba. Estão, também, comprometidas com o narcotráfico.⁶

No Brasil, fatos recentes apontariam a introdução do *modus operandi* das Farc no País. Suas ações incluiriam o adestramento de líderes de movimentos sociais, além de bandidos do Primeiro Comando da Capital (PCC), de São Paulo, e do Comando Vermelho (CV), do Rio de Janeiro, para a consecução de seqüestros, crime que garante uma receita anual de US\$ 250 milhões para as Farc (VÍDEO mostra Farc..., 2005).

A onda de violência perpetrada pelo PCC em São Paulo, em 2006, que culminou com o seqüestro de repórter da Rede Globo de Televisão, evidencia aquela associação.

O terrorismo não está tipificado na legislação brasileira. Em março de 2007, o Gabinete de Segurança Institucional (GSI) da Presidência da República encaminhou ao Ministério da Justiça o anteprojeto da primeira lei brasileira contra o terrorismo e seu financiamento. Em seguida, a proposta seguirá à Casa Civil, que a encaminhará para votação no Congresso Nacional. Projetos de lei

⁶ No dia 21 de abril de 2001, em operação do Exército Colombiano contra as Farc, foi preso, após confronto armado, Luiz Fernando da Costa, vulgo "Fernandinho Beira-Mar", o maior narcotraficante brasileiro. Na ocasião, "Beira-Mar", responsável pela distribuição de 70% da cocaína vendida no Brasil, trocava 3,5 milhões de cartuchos e 3.000 fuzis AK-47 Kalashnikov, oriundos do Paraguai, por cocaína.

anteriores tiveram sua tramitação bloqueada por alguns parlamentares, que temem que essa tipificação seja, também, utilizada contra as ações de grupos, como o MST (ZANINI, 2006).

O que esperar no século XXI

• Terrorismo suicida

O terrorismo suicida pode ser visto, em princípio, como um gesto de paixão e fanatismo. Todavia, não se pode negar sua racionalidade, premeditação e cálculo, tanto para destruir quanto para aproveitar-se da mídia, sedenta de audiência. Este pode acontecer a qualquer hora, em qualquer parte, e mina qualquer forma eficaz de segurança preventiva. Homens-bomba⁷ continuarão a ser utilizados, por serem de baixo custo e causarem grandes danos materiais e poderoso efeito moral no inimigo mais poderoso, que está preparado apenas para a guerra convencional (LIMA, 2005).

Por meio da ação de Inteligência, autoridades britânicas frustraram, em 10 ago. 2006, planos de terroristas que explodiriam cerca de dez aviões com destino aos EUA. Os extremistas embarcariam nas aeronaves portando substâncias líquidas, imperceptíveis aos aparelhos de raios-x e que, combinadas, tornavam-se explosivos.

Os sectários do terrorismo suicida justificam o uso do terror contra todos os que são considerados inimigos do Islã, a começar por Israel – o “Pequeno Satã” – e pelos Estados Unidos da América (EUA) – o “Grande Satã”. Em segunda escala, vêm todos os “infiéis, corrompidos e decadentes” do mundo ocidental ou pró-ocidental (PONTES, 1999). Entre estes grupos radicais, estão a Brigada dos Mártires de Al Aqsa, o Hamas, o Jihad Islâmica, na Palestina; extremistas como o Hizballah, no Líbano; o Gama al Islamiyya, no Egito; e a Al Qaeda.

⁷ Homens, mulheres, crianças e, até mesmo, animais de carga já foram utilizados como “bombas vivas”.

• Terrorismo Cibernético – “Ciberterrorismo”

A infra-estrutura de informações está progressivamente sob ataque de “cibercriminosos”. O número, o custo e a sofisticação dos ataques estão crescendo a taxas alarmantes. Algumas formas infligem, também, uma crescente ameaça às pessoas e infra-estruturas nacionais críticas (SOFAER; GOODMAN, 2001).

Os grupos terroristas têm utilizado computadores, a fim de facilitar suas tradicionais formas de atuação. *Hackers* com motivações políticas ou religiosas – os chamados “hacktivistas” – são recrutados por extremistas. Nesse cenário, surge o terrorismo cibernético ou “ciberterrorismo”, modalidade de perpetrar o terror, entendida como ataques contra computadores e suas redes, informações armazenadas, serviços essenciais ou infra-estrutura – telecomunicações, sistema bancário, fornecimento de água e energia elétrica, usinas nucleares, refinarias de petróleo etc. – que impliquem pânico, mortes, acidentes, contaminação ambiental ou perdas econômicas.

Denúncias de uso da internet para fins ativistas pelo grupo Hamas, datam de 1996. Em 1999, sob a bandeira de defesa dos direitos humanos, a Legion of the Underground (LoU) declarou uma “ciberguerra” contra a China e o Iraque (VARGAS, 2001). Uma série de ataques chamados de “*Cyber Jihad*” foi deflagrada, entre 1999 e 2001, por *hackers* palestinos, contra alvos no governo e a infra-estrutura israelenses (VATIS, 2001). Especialistas confirmaram que o *worm W32. Blaster* contribuiu para o blecaute nos EUA e no Canadá, em 14 de agosto de 2003. Em outubro de 2006, *hackers* chineses “atacaram” o Bureau of Industry and Security dos EUA. O objetivo seria obter os logins dos usuários da agência, responsável pela infra-estrutura de Tecnologia da Informação (TI) do governo estadunidense.

O Brasil abriga cinco dos dez grupos de *hackers* mais ativos do mundo. O mais agressivo é o chamado “*Silver Lords*”⁸, com

⁸ O “*Silver Lords*” possui, também, membros paquistaneses.

1.172 invasões a *sites*, até agosto de 2004. Segundo estatísticas do Centro de Estudos, Resposta e Tratamento de Incidentes de Segurança do Brasil (Cert.BR)⁹, em 2006, foram reportados 197.892 incidentes de segurança no País, contra 68.000 em 2005, o que representa um acréscimo de 191% em um ano. Até março de 2007, 56.296 incidentes de segurança foram registrados.

Com a morosidade na atualização dos arcaicos dispositivos legais brasileiros e amparados pelo Princípio da Legalidade constitucional, os “cibercriminosos” permanecem atuando e se aperfeiçoando tecnologicamente, semeando um campo fértil para atos de ciberterrorismo contra a população e a infra-estrutura nacionais.

• Terrorismo Nuclear e Radioativo

Embora o terrorismo nuclear seja fonte de especulações e preocupação desde a década de 1970, o fim da Guerra Fria trouxe temores adicionais sobre a aquisição de ADM por atores não-governamentais.

O Dispositivo de Dispersão Radiológica (RDD, do Inglês), ou “bomba suja”¹⁰, é o artefato de mais fácil confecção e de ocorrência mais provável. O ataque a um reator nuclear, com a quebra de sua parede de contenção, provocaria a liberação de grande quantidade de radiação, contaminando uma área de vários quilômetros de raio. Todavia, o roubo de um artefato nuclear ou de material físsil, para a confecção de dispositivo nuclear, representa o risco mais mortal (BOLSHOV; ARUTYNYAN; PAVLOVSKY, 2002).

É sabido que as centrais nucleares são alvos de terroristas: em 3 julho de 2001, Ahmed Ressam, um argelino pertencente à Al Qaeda, revelou à Justiça que as centrais nucleares são alvos potenciais do grupo. Em junho de 2003, o FBI desmantelou um campo de treinamento de ativistas, situado a 30 km da Central Nuclear

⁹ O Cert.BR é o órgão que monitora os incidentes na internet brasileira. É coordenado pelo Comitê Gestor da Internet do Brasil e formado por membros do governo, sociedade civil e meio acadêmico.

¹⁰ Bombas sujas são artefatos explosivos convencionais utilizados para espalhar material radioativo, a fim de provocar contaminação e pânico generalizados.

de Three Mile Island, EUA. Se, nos ataques de 11 de setembro de 2001, uma das 104 instalações nucleares dos EUA fosse atingida, os efeitos seriam devastadores. Além da liberação dos produtos primários de fissão nuclear para a atmosfera, haveria exposição ambiental aos efeitos do Plutônio-239, elemento com meia-vida¹¹ superior a 240 séculos (MARQUES, 2001).

Estima-se que haja cerca de 30 mil armas nucleares em todo o mundo. É improvável que um Estado as forneça, intencionalmente, a terroristas. Todavia, militares ou cientistas, por razões ideológicas ou financeiras, podem fazê-lo. Os países da antiga URSS são uma preocupação em particular, devido às grandes quantidades de material nuclear que possuem, em condições duvidosas (BOLSHOV; ARUTYUNYAN; PAVLOVSKY, 2002).

Mesmo materiais nucleares descartados – o chamado lixo atômico – são valiosos para a fabricação de uma “bomba suja”. Estes estão disponíveis, para grande número de aplicações, nos setores civil e militar. As chamadas fontes radioativas são largamente utilizadas na medicina, por exemplo, mas menos protegidas do que materiais destinados à produção de armas. São, conseqüentemente, mais vulneráveis a grupos terroristas. Essa disponibilidade faz da “bomba suja” o tipo mais acessível de arma nuclear, uma vez que esse artefato pode ser tão simples quanto uma fonte radioterápica colocada em um explosivo convencional.

- **Bioterrorismo**

Os primeiros registros do uso de agentes infecciosos como armas não são recentes e seu emprego como estratégia terrorista data de alguns anos. Em uso recente, ataques ocorridos de 22 de setembro a 21 de novembro de 2001 utilizando o serviço postal estadunidense para o envio de cartas contendo esporos do *Bacillus anthracis* provocaram cinco mortes e 22 outras vítimas não-fatais (HOWITT; PANGI, 2003).

¹¹ Chama-se meia-vida o período necessário para o decaimento de 50% da radioatividade de um isótopo. É necessário um período equivalente a dez meias-vidas para que o isótopo seja considerado inerte.

O *Bacillus anthracis*, o vírus da varíola, a *Yersinia pestis*, a toxina do *Clostridium botulinum*, a *Francisella tularensis*, o vírus ebola e o vírus Marburg estão classificados como *Category A – Highest Priority* pelo U.S. Centers for Disease Control and Prevention (CDC) e considera-se de uso potencial por terroristas. Sergey V. Netesov (2002), da Academia Russa de Ciências, considera que os membros do CDC deveriam ter elencado, nessa lista, o vírus da hepatite A, que causa uma grave enfermidade, é facilmente transmitido por meio oral e mais de 60% da população dos EUA e Europa Ocidental perderam a imunidade à doença. No Brasil, a vacinação é opcional.

A natureza imprevisível do terrorismo não permite que se desconsidere a possibilidade de um ataque utilizando-se armas biológicas. No Brasil, um cenário verossímil seria o da chegada de um ou mais indivíduos infectados em um ato de bioterrorismo ainda não detectado, ocorrido em um aeroporto estadunidense ou europeu. Mesmo um único indivíduo, no período de incubação, transmitiria a doença a muitas pessoas, como ocorrido na Iugoslávia, em 1972¹². Se esse indivíduo for um terrorista, infectado intencionalmente, o número de atingidos seria multiplicado.

Considerando-se o alto risco que a manipulação de microorganismos classificados como *Category A* pelo CDC traria aos próprios terroristas e a necessidade de um laboratório de alto nível de biossegurança para seu manejo, é provável que os terroristas usem patógenos mais comuns, como a salmonela e o rotavírus ou os causadores de hepatite A, difteria, cólera, influenza – e suas variações – ou hidrofobia, de manuseio, acesso e dispersão bem mais simples (NETESOV, 2002).

Uma variação do bioterrorismo, em que o interesse comercial é o pano de fundo, é o “agroterrorismo”. Nessa variante, os alvos são plantações e rebanhos diversos, onde são introduzidas

¹² Em 1972, um peregrino retornou de Meca para a então Iugoslávia com febre. Nas quatro semanas seguintes, 150 pessoas adoeceram por todo o mundo. Chegou-se, então, ao diagnóstico de varíola.

pragas e doenças, a fim de dizimá-los ou criar embargos a sua exportação. O Brasil está exposto a quatro doenças na área vegetal: monília do cacaueteiro, besouro asiático, ácaro do arroz e cochonilha rosada. Na área animal, são riscos para o País: a febre aftosa, a “vaca louca”, e a “gripe aviária”.

• Armas Químicas

Assim como as armas biológicas e radioativas, as armas químicas são imperceptíveis aos sentidos humanos e matam indiscriminadamente. Produtos químicos estão presentes na moderna sociedade industrial e são, portanto, mais acessíveis a terroristas do que materiais biológicos ou físicos. Devido às barreiras técnicas e aos riscos envolvidos na síntese de agentes de grau militar, a obtenção de produtos utilizados nas indústrias químicas é a forma usual. Apesar de serem centenas de vezes menos letais do que os primeiros, esses produtos podem ser potencializados e causar vítimas em massa, se forem liberados em um lugar fechado, como uma estação de metrô ou uma arena de esportes *indoor*.

A maior parte dos agentes químicos se enquadra em cinco amplas categorias, a saber: *blister*¹³, como o gás mostarda; nervosos, como o gás sarin e VX; asfixiante, como gás clorídrico e fogsênio; sangüíneos, como cianeto e ácido cianídrico; e incapacitantes. Os agentes químicos variam, ainda, em persistência e volatilidade. Os não-persistentes se dissipam em poucas horas e são ameaçadores, sobretudo, se inalados. Os persistentes continuam perigosos por até um mês se depositados sobre o solo, vegetação ou objetos e são uma ameaça à contaminação cutânea (TUCKER, 2002).

Devido ao extremo perigo associado ao manuseio e à disseminação de agentes que atingem o sistema nervoso, terroristas buscam desenvolver armas binárias¹⁴, que são mais seguras de

¹³ Os agentes tipo blister provocam bolhas e destruição do tecido epitelial, tais como as queimaduras, e podem provocar danos fatais ao sistema respiratório.

¹⁴ Em um sistema binário, dois ingredientes, pouco tóxicos enquanto estiverem isolados, são armazenados de forma separada e misturados momentos antes do uso, gerando um agente letal, como o gás sarin.

produzir, armazenar e transportar. Muito do que se sabe sobre o tema se deve às ações da seita japonesa *Aum Shinrikyo (Aleph)*, que realizou ataques com gás sarin em Matsumoto, em 1994, e no metrô de Tóquio, em 1995. Seu líder, *Shoko Asahara*, planejava deflagrar uma guerra entre os EUA e o Japão. Em 2007, o sinal de alerta foi ligado: seis bombas de gás cloro foram detonadas no Iraque, até março, matando dezenas de pessoas e contaminando centenas.

Uma nova geração de armas químicas está em desenvolvimento. O único agente de que se tem conhecimento é o perfluoroisobuteno (PFIB), que é uma substância extremamente tóxica, inodora e invisível, obtida quando o polímero teflon é submetido a calor extremo, sob condições especiais. Máscaras com carvão ativado e outros equipamentos de proteção não são efetivos contra o PFIB (CORDESMAN, 2002).

Antiterrorismo e Contraterrorismo

O combate ao terrorismo envolve mais atividades do que aquelas que, em primeira análise, ostentariam esse rótulo. Inclui uma política externa articulada com governos estrangeiros, agrupamento de Inteligências e trabalho investigativo. Envolve, ainda, medidas financeiras para interromper o financiamento aos terroristas e, algumas vezes, o uso de força armada (PILLAR, 2001). Independente das formas de combate adotadas, a integração e a coordenação entre estas são fundamentais.

Kofi Annan, ex-secretário-geral das Nações Unidas, propôs uma estratégia global de combate, a qual chama de “**cinco D**”, a saber: **Desencorajar** os grupos descontentes a adotarem o terrorismo como tática; **Denegar** aos terroristas os meios que necessitam para perpetrar atentados; **Dissuadir** os Estados de apoiarem os grupos terroristas; **Desenvolver** a capacidade dos Estados no domínio da prevenção do terrorismo; **Defender** os direitos humanos e o primado do Direito (ANNAN, 2006).

Considera-se que o Brasil tem-se empenhado na questão, embora seja necessário implementar políticas efetivas de prevenção e combate. O País participa do Comitê Interamericano Contra o Terrorismo, aderiu a 12 dos 13 acordos internacionais patrocinados pela ONU e cumpriu as 28 recomendações do Grupo de Ação Financeira Internacional Contra a Lavagem de Dinheiro (Gafi).

O *Country Reports on Terrorism 2005 – April 2006* do Departamento de Estado Norte-Americano apontou a fronteira Brasil–Colômbia, onde atuam as Farc, e a tríplice fronteira Brasil–Paraguai–Argentina, onde há suspeitos de oferecer suporte financeiro a grupos como Hizballah e Hamas, como regiões de regulação e controle deficientes quanto à atuação de células terroristas. O governo brasileiro reconhece a existência de comunidades muçulmanas na tríplice fronteira, mas nega que haja presença operacional de grupos extremistas islâmicos na região (ESTADOS UNIDOS, 2006).

A reunião e a análise dos dados de Inteligência é a forma menos visível, mas não menos importante de contraposição. A Inteligência é vista, em países como os EUA, como a “primeira linha de defesa” contra o terrorismo. Todavia, as informações mais específicas são raras e de difícil obtenção. Estas requerem a infiltração em grupos, que suspeitam de estranhos e não descuidam de sua segurança operacional. A maior parte das informações obtidas, portanto, é fragmentada, imprecisa e de credibilidade duvidosa. Sua análise é, em consequência, um desafio similar à busca. Nos ataques de 11 de setembro de 2001, apesar de os serviços de Inteligência estadunidenses possuírem indícios, não havia pessoas que pensassem de forma “doentia”, como Osama Bin Laden, a fim de prever e evitar aqueles atentados (FRIEDMAN, 2005).

A função da Inteligência não é fornecer quadros abrangentes sobre ações terroristas iminentes, mas um juízo estratégico sobre as maiores ameaças, que regiões estão mais vulneráveis e que tipos de alvos e táticas serão, provavelmente, utilizados. Estas informações são utilizadas no assessoramento a decisões, sendo essenciais ao funcionamento dos outros instrumentos de combate (PILLAR, 2001).

Conclusão

A evolução do terrorismo neste início de século nos mostra que as redes internacionais fundamentadas, principalmente, em ideologias religiosas, estão substituindo os terroristas tradicionais, cuja motivação principal é política. Os fundamentalistas islâmicos têm sido os principais atores na realização de ataques. Como a intolerância é patente nesses grupos, armas de destruição em massa – químicas, biológicas e nucleares – tendem a ser utilizadas, quando disponíveis, como forma assimétrica de combate ao “Grande Satã” e a seus aliados. Ações suicidas e cibernéticas, da mesma forma, se farão presentes. Para combatê-los, é preciso pensar como eles, o que é tarefa hercúlea para os ocidentais.

Assim sendo, a fim de preservar vidas inocentes, todos os Estados devem evitar ações que aumentem o sentimento de injustiça no mundo e que fomentem o ódio entre os povos, pois este é o principal “combustível” do terrorismo. O ódio deve ser combatido preventivamente pelos governos envolvidos, de forma integrada e coordenada, com atuação extensiva da Inteligência, da diplomacia e de órgãos fiscais, evitando animosidades e difundindo uma cultura de tolerância, pois, uma vez deflagrado o terror, extirpá-lo é trabalho difícil e demorado.

Referências bibliográficas

ANNAN, Kofi. **Uma estratégia mundial de combate ao terrorismo**. Disponível em: <<http://www.un.org/av/radio/portuguese/sgmadrid>>. Acesso em: 14 abr. 2006.

BOLSHOV, Leonid; ARUTYUNYAN, Rafael; PAVLOVSKY, Oleg. Radiological terrorism. In: WORKSHOP ON TERRORISM IN A HIGH-TECH SOCIETY AND MODERN METHODS FOR PREVENTION AND RESPONSE, 2001, Moscow, Russia. **High-impact terrorism: proceedings of a Russian-American workshop**. Washington, D.C.: National Academy Press, 2002. p.135-148.

CORDESMAN, Anthony H. (Org.). **Terrorism, asymmetric warfare, and weapons of mass destruction**. Westport, C.T.: Praeger Publishers, 2002.

ESTADOS UNIDOS. Department Of State. Office of the Coordinator for Counterterrorism. **Country reports on terrorism 2005**. Washington, D.C., april 2006. Disponível em: <<http://www.state.gov/s/ct/rls/crt/c17689.htm>>. Acesso em: 20 jun. 2006.

FRIEDMAN, Thomas L. **O Mundo é plano: uma breve história do século XXI**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.

HOWITT, Arnold M.; PANGI, Robyn L. **Countering terrorism: dimensions of preparedness**. Cambridge, Mass.: MIT Press, 2003.

LIMA, Raymundo de. O suicídio-espetáculo na sociedade do espetáculo. **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá, nº 44, jan. 2005. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/044/44lima.htm>>. Acesso em: 10 jun. 2006.

MARQUES, Paulo. Considerações sobre a segurança atual das instalações nucleares. **Revista Uniandrade**, Curitiba, v.2, n.3, jul./dez. 2001. Disponível em: <<http://www.uniandrade.br/publicacoes/revista/cientifica/MontaArtigo.asp?ID=137>>. Acesso em: 1 abr. 2006.

NAPOLEONI, Loretta. **Modern Jihad: tracing the dollars behind the terror networks**. London, Sterling, Va.: Pluto Press, 2004. 336 p.

NETESOV, Sergey V. Molecular epidemiology as a new approach in detecting terrorist use of infectious agents. In: WORKSHOP ON TERRORISM IN A HIGH-TECH SOCIETY AND MODERN METHODS FOR PREVENTION AND RESPONSE, 2001, Moscow, Russia. **High-impact terrorism: proceedings of a Russian-American workshop**. Washington, D.C.: National Academy Press, 2002. p.87-101.

PILLAR, Paul R. Os instrumentos do contraterrorismo. **Agenda da política externa dos EUA**, Washington, D.C., v. 6, n. 3, nov. 2001. Disponível em: <<http://usinfo.state.gov/journals/itps/1101/ijpp/ip110104.htm>>. Acesso em: 12 abr. 2006.

PINHEIRO, Álvaro de Souza. O Combate ao terrorismo: o antiterrorismo e o contraterrorismo. **Defesa@Net**, 22 mar. 2004. Disponível em: <<http://www.defesanet.com.br/noticia/terrorismo.htm>>. Acesso em: 21 abr. 2006.

PONTES, Marcos Rosas Degaut. **Terrorismo: características, tipologia e presença nas relações internacionais**. 1999. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Universidade de Brasília, Brasília: 1999.

RAMOS JR., Antenor da Costa. **O terrorismo e a ameaça nuclear**. 2003. Monografia (Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia–CAEPE) - Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro, 2003.

SAINT-PIERRE, Héctor Luis. Em torno de uma definição de "terrorismo". **Portal Universia**, 8 jul. 2005. Disponível em: <<http://www.universia.com.br/materia/materia.jsp?materia=4890>>. Acesso em: 25 abr. 2006.

SOARES, Jorge Armando Nery. O Terror como arma de guerra. **O Anfíbio**: revista do corpo de fuzileiros navais, Rio de Janeiro, v. 21, n. 20, p. 4-12, 2001. Disponível em: <<http://www.mar.mil.br/cgcfm/downloads/oanfíbio/2001anf.pdf>>

SOFAER, Abraham D.; GOODMAN, Seymour E. **The transnational dimension of cyber crime and terrorism**. Stanford, CA.: Hoover Institution Press, 2001. 292 p.

TUCKER, Jonathan B. Chemical terrorism: assessing threats and responses. In: WORKSHOP ON TERRORISM IN A HIGH-TECH SOCIETY AND MODERN METHODS FOR PREVENTION AND RESPONSE, 2001, Moscow, Russia. **High-impact terrorism:**

proceedings of a Russian-American workshop. Washington, D.C.: National Academy Press, 2002. p. 115-134.

VARGAS, Alexandre. Hacktivismo: ideologia justifica práticas de crimes virtuais? **Módulo Security News - E-Security News**, n. 221, 01 dez. 2001. Disponível em: < http://www.modulo.com.br/arquivoboletins/2k1/msnews_no221.htm >. Acesso em: 14 abr. 2006.

VATIS, Michael A. **Cyber attacks during the war on terrorism:** a predictive analysis, 2001. Disponível em: <http://www.ists.dartmouth.edu/ists/counterterrorism/cyber_attacks.htm>. Acesso em: 10 set. 2006.

VÍDEO mostra Farc ensinando bandidos brasileiros a seqüestrar. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 4 jul. 2005. Disponível em: <http://www.defesanet.com.br/mout/oesp_farc_pcc.htm>. Acesso em: 12 set. 2006.

WITCKER, Ivan. Occidente ante las nuevas tipologías del terrorismo. **Estudios Públicos**, Santiago, Chile, n. 98, otono 2005. Disponível em: < http://www.cepchile.cl/dms/lang_1/doc_3551.html >. Acesso em: 04 jul. 2006.

WOLOSZYN, André Luís. Aspectos gerais e criminais do terrorismo e a situação do Brasil. **Defesa@Net**, ago. 2006. Disponível em: < http://www.defesanet.com.br/docs/aspectos_socio-criminais_do_terrorismo.pdf >. Acesso em: 14 set. 2006.

ZANINI, Fábio. PT discute tipificar crime de terrorismo em reação ao PCC. **O Globo**, Rio de Janeiro, 29 ago. 2006. Disponível em: <http://www.defesanet.com.br/terror/terrorismo_pt.htm>. Acesso em: 15 set. 2006.

* * *
EM DEFESA DO BRASIL

Você sabia?

A Bandeira da Agência Brasileira de Inteligência simboliza o papel de destaque exercido pela Abin - órgão responsável pelo planejamento, execução, coordenação, supervisão e controle das atividades de Inteligência do País.

Uma faixa branca divide horizontalmente a bandeira, cuja cor predominante é o azul-real. Ao centro destaca-se a logomarca da instituição, envolta em um círculo branco, centralizado horizontal e verticalmente.



POR UMA OUTRA VISÃO DO TERRORISMO

3º Of. Int. Thiago Lourenço Carvalho

Abin

Em 1948, George Orwell preconizou como em “1984” o Estado utilizaria o medo para manter a população sob estrito controle. Longe de vivermos em Estado totalitário como aquele, observa-se hoje algo parecido no cenário internacional: o espectro do terrorismo a rondar a segurança das nações. A constante ameaça do terrorismo “justifica” ações estatais como a supressão de liberdades individuais, intervenções militares preventivas em países soberanos, maiores investimentos em segurança e, sobretudo, o recrudescimento da dominação exercida pelas potências hegemônicas. O terrorismo não é, contudo, um fenômeno fora de controle, a simples execução de atos impensados, mas um método por meio do qual determinados grupos procuram atingir objetivos específicos. Análises mais aprofundadas das organizações extremistas islâmicas existentes expõem a fragilidade do discurso que rotula terroristas de loucos movidos pelo ódio, interessados em atingir qualquer país ocidental, indiscriminadamente.

Antes de adentrar o assunto, convém saber o que é terrorismo. Por ser bastante controverso, ainda não há consenso internacional sobre o tema. O Congresso Nacional, por meio do Projeto de Lei nº 6.764, de 9 de maio de 2002, ainda estuda uma definição de terrorismo para o Brasil. Entre as definições constantes do projeto, a primeira serve de exemplo de como o terrorismo pode vir a ser classificado no País:

[...] todo ato com motivação política ou religiosa, que emprega força ou violência física ou psicológica, para infundir terror, intimidando ou coagindo as instituições nacionais, a população ou um segmento da sociedade.

Esta definição genérica traz em si os questionamentos fundamentais acerca do terrorismo: que interesses os grupos extremistas têm em infundir terror, causar medo e, desta forma, coagir a população ou instituições nacionais? Coagir para quê? Que objetivos se pretende atingir ao praticar atos violentos? As respostas podem ser obtidas por meio da análise do contexto regional em que os grupos se inserem e por meio do discurso aberto dos grupos que assumem a autoria de atentados.

O brado dos líderes extremistas, bem como as declarações de guerra, devem, porém, ser analisados com ceticismo. Tome-se como exemplo o Império Britânico do século XIX, que, ao invadir terras alheias e instalar entrepostos comerciais na África e na Ásia, justificava-se sob a égide de levar a “civilização” aos povos subdesenvolvidos. No entanto, o real objetivo era, além das conquistas territoriais, consolidar a dominação econômica por meio do estabelecimento de um mercado consumidor para a produção industrial britânica. Do mesmo modo, a “guerra ao terror”, liderada pelos Estados Unidos da América (EUA), aliada à doutrina de ações preventivas, visa a evitar a ocorrência de novos atentados e, eventualmente, a implantar a “democracia” e a “liberdade”, como no caso das invasões do Afeganistão (2001) e do Iraque (2003). Especula-se, contudo, a existência de outros motivos para as referidas intervenções, como a exploração do petróleo da região; a injeção de vultosos recursos no complexo industrial bélico estadunidense, de modo a manter o conflito em andamento e a geopolítica de manutenção da hegemonia dos EUA no Oriente Médio.

Da mesma forma, o discurso divulgado de líderes de organizações extremistas talvez não seja a representação exata dos reais desígnios do grupo. O senso comum, amplamente difundido pela mídia e não raro reproduzido por órgãos governamentais, é o de que, no caso dos chamados extremistas islâmicos, a motivação para atentados advém da religião, do ódio inflamado a todos que não professam o islamismo. A este conflito chamam guerra santa ou, se aplicado o pensamento de Samuel Huntington, o “Choque

das Civilizações”. Porém, ao se analisar com mais cuidado os grupos denominados terroristas e se estudar o contexto regional e internacional no qual estão inseridos, os motivos religiosos dos atentados diluem-se em meio a claras razões históricas, políticas, econômicas e territoriais.

Dois exemplos emblemáticos ilustram outros motivos plausíveis pelos quais organizações radicais lutam. O grupo extremista Abu Sayyaf, das Filipinas, composto por muçulmanos, reivindica a criação de um Estado islâmico independente na ilha de Mindanao, ao sul do país. Para atingir este objetivo, o grupo pressiona as autoridades cometendo atentados contra a população desde 1995. Mas, se Mindanao já goza de relativa liberdade de aplicar a lei islâmica, por que criar um Estado independente? O fato desconhecido da maioria é que Mindanao possui recursos naturais abundantes, como ouro, urânio, petróleo e agricultura pujante, de modo que esta ilha responde por 65% de toda a produção das Filipinas. Neste caso, fica evidente que o grupo deseja apoderar-se das riquezas da região. Diante da importância econômica da ilha, o governo filipino reluta em ceder ao pleito separatista do grupo.

O segundo exemplo diz respeito aos conflitos na Chechênia/Rússia. O governo de Moscou tomou parte na guerra ao terror empreendida pelos EUA e afirma estar lutando contra terroristas radicais islâmicos na região. Os rebeldes chechênios, embora muçulmanos, jamais mencionaram a religião islâmica no rol de objetivos almejados pelo grupo. Aliás, o líder rebelde Movsar Brayev, quando do atentado ao teatro em Moscou, em 2002, foi explícito na mídia quanto ao que pretendia com aquele ato: a retirada das tropas federais russas da Chechênia e a independência dessa pequena República. Mais uma vez, escapa ao público em geral outros aspectos referentes à importância econômica da Chechênia, cujo território abriga refinarias de petróleo e oleodutos que abastecem os países do Leste europeu. Tanto o governo russo como os rebeldes sabem que controlar a Chechênia implica ter poder sobre

o potencial econômico da região. Portanto, rotular os separatistas de simples extremistas religiosos significa fechar os olhos para as reais questões econômicas inerentes ao conflito.

Diante de tantas razões mais evidentes, por que atribuir à religião muçulmana toda a culpa pela ocorrência de atentados? São vários os motivos que levam “terroristas” a perpetrarem atos extremistas: resistência à ocupação estrangeira; resposta à política externa de outros países, como os EUA e Israel; separatismo, ou seja, por poder e território; dinheiro, exploração de riquezas naturais, a exemplo da Chechênia e de Mindanao; entre outros. O argumento ora proposto é o de que o “terrorismo” é antes de tudo um método utilizado para alcançar algo maior. O terror não representa um fim em si, não há o “terrorismo puro”. O que há, de fato, são grupos dispostos a utilizar-se deste expediente para conseguir o que querem. O fato de boa parte das organizações extremistas possuírem em seus quadros pessoas que professam o islamismo não significa que é a religião que os instiga à violência.

De fato, líderes de determinados grupos podem utilizar-se de interpretações deturpadas do Alcorão para levar indivíduos a cometer atos extremos. Conceitos e princípios podem ser distorcidos, como é o exemplo da palavra *Jihad*, que muitos traduzem como “guerra santa” mas que também pode ser entendida como o esforço para divulgar o Islã. Também a religião muçulmana pode servir como fator de união, de identificação entre os participantes do grupo. Todavia, o livro sagrado dos muçulmanos prega o bem, a caridade e a devoção a Deus, assim como outras religiões o fazem. Mesmo o profeta Mohamed reconhece Jesus como um dos mensageiros de Deus. Não há nada de errado com a religião, mas sim com o mal uso que se faz dela.

De qualquer maneira, o terrorismo representa risco para as nações e deve ser evitado. Certos grupos podem atuar além das fronteiras nacionais, como o fez a Al-Qaeda, em 11 de setembro de 2001, ao derrubar as torres do World Trade Center, em Nova Iorque. Órgãos de Inteligência devem, portanto, pesquisar as causas profundas do terrorismo, estudar e conhecer cada organiza-

ção extremista em sua especificidade, de modo a levar às autoridades conhecimentos precisos e úteis à tomada de decisão. A simples reprodução do discurso da mídia, por vezes interessada tão somente em “vender” notícia, empobrece o verdadeiro trabalho de Inteligência e não se sustenta frente a ameaças concretas, não oferecendo resposta satisfatória ao desafio do ilícito terrorista.

Assumir posição “islamofóbica” pode nublar a vista do profissional de Inteligência e conduzir à interpretação errônea dos fatos. Saliente-se que os líderes das organizações radicais mais conhecidas são, em geral, inteligentes, bem-informados e determinados a cumprir planos meticulosamente arquitetados. Os executores de atentados suicidas são, via de regra, homens de muita fé, convencidos de que estão fazendo a coisa certa. Além disso, a comunidade muçulmana brasileira, historicamente pacífica e há décadas integrada à sociedade do País, pode vir a adquirir antipatia pelo governo caso as políticas de combate ao terrorismo se orientem pelo preconceito religioso.

Nos foros internacionais, a posição do Brasil tem sido clara quanto ao repúdio ao terrorismo, sem, no entanto, hostilizar nenhum grupo étnico ou religioso. No que tange à Inteligência, a prevenção ao terrorismo deve procurar antecipar suas ações e o combate a este fenômeno e deve pautar-se pela produção de conhecimentos precisos, sem preconceito ou distorções ideológicas. A guerra ao terror é assimétrica por natureza. Vencê-la por meio de políticas de Estado significa atacar o terrorismo em suas raízes profundas e não nos ramos mais superficiais.

Referências

BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. Projeto de lei nº 6.764, de 9 de maio de 2002. Acrescenta o Título XII, que trata dos crimes contra o Estado Democrático de Direito, à parte especial do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www2.câmara.gov.br/proposicoes/>>.



Você sabia?

Que a Abin, além da Revista Brasileira de Inteligência, também dispõe de uma publicação periódica voltada para o público infantil, a revista “Agente Jovem da Abin”. Trata-se de uma publicação em que o herói é um menino que, trabalhando para a Abin, ajuda na elucidação de casos de espionagem, terrorismo e outras ações contrárias aos interesses e à segurança do Brasil.



TERRORISMO CIBERNÉTICO E CENÁRIOS ESPECULATIVOS

Tecnologista Sênior Eduardo Müssnich Barreto

Abin

A expressão **Terrorismo Cibernético** diz respeito ao emprego, por terroristas, de técnicas de destruição ou incapacitação de redes computacionais de informação. Entre essas redes, destaca-se a internet, em razão do seu crescente fluxo de informações, importância, abrangência e extensão geográfica.

O mundo não conhece, até o presente, exemplos de atentados terroristas cibernéticos, apesar de já colecionar uma infinidade de eventos ilícitos cometidos por intermédio das redes de computadores, na forma de **ataques cibernéticos** contra bancos, empresas, órgãos governamentais e indivíduos em todo o mundo. Por isso, especialistas em Terrorismo Cibernético costumam apoiar-se na concepção de cenários possíveis, mediante avaliações feitas a partir da quantificação das (1) **vulnerabilidades** conhecidas e existentes nos sistemas informatizados, das (2) **ameaças** hipotéticas e reais que sobre eles incidem, e, finalmente, do (3) **valor** estratégico, político ou econômico das informações operadas nesses sistemas.

Em sua concepção popular mais comum, o atacante de sistemas informatizados é um jovem adolescente que pratica um ataque individual. Para o estudo do Terrorismo Cibernético, entretanto, tal conceito vem sendo ampliado, uma vez que os efeitos pretendidos buscariam impactos de longo prazo nos planos psicológico, econômico ou da segurança da população. As ações de resposta, por sua vez, deverão ser coordenadas no âmbito governamental, sob complexo gerenciamento e legislação específica. Dessa forma, o terrorista cibernético deve ser entendido não como um indivíduo, mas um **grupo**, suficientemente coordenado, especializa-

do, inteligente e disciplinado, com expressivos recursos financeiros, materiais, e disponibilidade de conhecimento e tempo. Naturalmente, a proteção contra *hackers* individuais deve ser sempre considerada, mas mantém-se importante analisar e prevenir a ameaça maior representada por adversários detentores de significativo e organizado potencial destrutivo.

Ainda para os propósitos de estudo, é relevante considerar que o Terrorismo Cibernético deverá empregar técnicas similares às utilizadas na **Guerra Cibernética**, na qual o conflito ocorre entre Estados no plano militar.

A dependência da Tecnologia da Informação e das Comunicações

A **Tecnologia da Informação e das Comunicações (TIC)** desempenha papel crítico na gestão e operação de sistemas, como os de telecomunicações, geração e distribuição de energia, controle aéreo, instituições financeiras, defesa, logística e abastecimento de bens, água e alimentos. Sistemas dessa natureza compõem as denominadas **infra-estruturas críticas**, dotadas de diferentes graus de vulnerabilidade frente a ataques de terceiros.

A crescente dependência dos setores estatal e privado mundiais a esses sistemas, assim como sua criticidade é consequência natural dos avanços tecnológicos e de confiabilidade das aplicações de TIC.

Tipos de ataque a infra-estruturas TIC

Qualquer infra-estrutura TIC poderia ser **alvo** de uma ação terrorista. Um exemplo seria a paralisação do sistema de controle de tráfego aéreo de um aeroporto importante. Por outro lado, a infra-estrutura TIC poderia ser, não mais o alvo, mas a **ferramenta** utilizada em um ataque, como uma intencional alteração de dados de vôo que objetivasse produzir um acidente aéreo.

De forma genérica, um ataque a uma infra-estrutura TIC poderia receber a seguinte classificação:

- a) ataque técnico;
- b) destruição física; e
- c) pessoa infiltrada (*insider*).

Um **ataque técnico** poderia ocorrer na forma de um programa (*software*) ilícito, a exemplo dos vírus, cavalos-de-tróia, Distributed Denial-of-Service (DDoS) e até mesmo sistemas operacionais. Os **vírus** de computador já causam prejuízos mundiais crescentes em termos de tempo e custos de reparação. Como exemplo, o notório vírus **I Love You**, de acordo com o Federal Bureau of Investigations (FBI), teria provocado dano estimado em U\$ 10 bilhões à economia estadunidense. Os **cavalos-de-tróia**, por sua vez e de forma sucinta, são programas que permitem a terceiros de má-fé o acesso a informações armazenadas em sistemas remotos. Sua modalidade mais popular e agressiva são os *spybots*, uma instalação clandestina que costuma ser realizada pela própria vítima, desinformada sobre riscos, ao clicar determinadas figuras ou *links* em e-mails recebidos. Já os **DDoS**¹ são ataques coordenados que sufocam o site-alvo com uma infinidade de pedidos de acesso simultâneos, deixando o usuário legítimo sem atendimento no momento de sua necessidade. Todas essas ameaças exploram sérias vulnerabilidades inerentes à internet, cujos protocolos de comunicação foram criados ainda na década de 1960, quando a atual internet sequer era imaginada, menos ainda seu uso para fins ilícitos.

Um outro tipo de ataque técnico envolve os **sistemas operacionais** (a exemplo do Linux, Windows e Unix). Tais *softwares* controlam integralmente a operação de computadores. Uma das modalidades de ataque consiste em uma modificação provocada

¹ Em fevereiro de 2000, repetidos ataques do tipo DDoS (Distributed Denial-of-Service) perpetrados durante quatro dias desabilitaram os sites Yahoo, Amazon, E*Trade, eBay, CNN.com e outros. Apesar de as empresas alegarem baixos prejuízos financeiros, o governo federal estadunidense reuniu especialistas para discutir as vulnerabilidades presentes na internet. As investigações custaram milhões de dólares, despertando grande interesse da opinião pública.

no sistema operacional, de forma que este passe a reconhecer o acesso do atacante e privilegie-o com permissões especiais, garantindo que seu trânsito no sistema seja absolutamente livre, inclusive não-rastreável pelas rotinas de auditoria. Essa modalidade não é hipotética, sendo há muito utilizada por *hackers* e popularmente conhecida como **rootkit**.

Eventualmente, uma das quatro novas falhas descobertas a cada dia, em média, nos sistemas operacionais existentes no planeta representa uma séria **vulnerabilidade** passível de exploração por atacantes. Essas vulnerabilidades são a matéria-prima utilizada pelos *hackers*. Daí decorre uma outra modalidade de ataque, ainda mais grave e oculta, que poderia ocorrer ainda durante a fase de desenvolvimento do sistema operacional, em que rotinas clandestinas especiais conteriam mecanismos para se realizar transferência de informações para terceiros, ou mesmo desabilitar completamente, caso oportuno, os sistemas críticos em operação. Muitos sistemas operacionais comerciais são inaudíveis até o presente, uma vez que seus códigos-fonte não são disponibilizados pelos fabricantes. Sob tal análise, poder-se-ia inferir serem tais sistemas operacionais (ditos “fechados”) ferramentas dotadas de eficácia potencial para emprego por forças armadas ou serviços de Inteligência adversos. Por exemplo, uma determinada chave criptográfica embutida secretamente em um sistema operacional poderia viabilizar o rompimento remoto de seus mecanismos naturais de segurança, como senhas e controle de portas lógicas.

A segunda classe de ataques, a **destruição física**, seria executada contra componentes da infra-estrutura, como centrais, equipamentos e conexões. A expectativa do terrorista seria infligir a indisponibilidade dos sistemas críticos, que poderia durar horas ou dias, além de criar o receio na população de que novos incidentes poderiam ocorrer a qualquer momento. No caso brasileiro, alguns desses componentes encontram-se fora do território nacional e do controle estatal, a exemplo do sistema Domain Name System

(DNS)², essencial à operação da internet e localizado no território estadunidense.

A terceira classe, **infiltração de pessoas** (*insiders*), objetiva, entre outros:

1 - disponibilização de **senhas** (obtidas inclusive com o emprego de cavalos-de-troia) que permitirão o acesso externo de terceiros não-autorizados;

2 - instalação prévia de **programas hostis** que produzam ou facilitem o ataque; e

3 - **modificações de hardware.**

A exemplo disso, no início da década, descobriu-se que um programador de sistemas navais do Japão repassara senhas de acesso às redes de computadores a integrantes da seita extremista Aum Shinrikyo, a mesma responsável pelos ataques com gás sarin no metrô de Tóquio, em 1994.

Naturalmente, ataques que contam com o acesso de *insiders* são mais difíceis de executar, por não serem pessoas de confiança para nenhum dos lados, e, logo isso, por serem menos prováveis de ocorrer. Mas é relevante mencionar que os casos de espionagem mais relevantes da história recente envolveram *insiders*, como Aldrich Ames e Robert Hanssen.

Danos possíveis às infra-estruturas de TIC

Os especialistas concordam que a obtenção da **segurança total** dos sistemas críticos de TIC, ligados ou não à internet, é consi-

² O sistema denominado Domain Name System (DNS) realiza a tradução de cada nome de domínio (por exemplo, www.dominio.com.br) para os endereços de IP (Internet Protocol) (por exemplo: 200.27.81.127) que identificam cada "nó de rede" específico na internet. Embora o DNS tenha sido projetado com redundâncias, é considerado vulnerável frente a um ataque simultâneo a seus servidores, e sua indisponibilidade pode ocorrer por vários dias.

derada **impossível**. As ações de segurança buscam tão somente identificar, controlar e reduzir as vulnerabilidades existentes, além de minimizar os possíveis efeitos de um eventual ataque.

Os danos causados às infra-estruturas recaem sobre três categorias elementares, podendo ocorrer em simultaneidade:

1 – **indisponibilidade** - nesse caso, os sistemas deixam de responder dentro de prazos oportunos;

2 – **adulteração de informações** - as respostas deixam de ser confiáveis, por terem sido alteradas; e

3 – **acesso não-autorizado** - os sistemas permitem que terceiros (pessoas ou computadores) não-autorizados acessem informações privilegiadas, ou obtenham o próprio controle operacional do sistema.

Componentes da infra-estrutura de TIC

A infra-estrutura de TIC, por sua vez, poderia ser contextualizada como possuidora de cinco componentes básicos, cada um com vulnerabilidades próprias frente a ataques cibernéticos, como será visto mais adiante:

1 – a internet;

2 – as redes de telecomunicações;

3 – os sistemas de controle em tempo real, como os empregados em controle de tráfego aéreo e distribuição de energia, bem como o sistema financeiro;

4 – os sistemas de produção, de comercialização e de prestação de serviços; e

5 – os sistemas especiais, de essência estratégica.

• Componente 1 – a internet

A internet interconecta diversas redes mediante um protocolo comum de comunicação. O roteamento (encaminhamento) dos pacotes de comunicação na rede é realizado de forma eficiente e automática, cabendo ao protocolo escolher, para a transmissão dos dados, as vias e áreas menos congestionadas e mais

confiáveis. Dessa forma, um grande número de “nós de rede” precisaria ser simultaneamente destruído para que a internet ficasse indisponível por um longo período.

Apesar das facilidades disponibilizadas pela internet, muitas organizações não lhe confiam suas operações de negócios, mantendo processos alternativos de comunicação. Por exemplo, há notícias de que, desde 5 de dezembro de 2001 (três meses após o atentado ao World Trade Center), o próprio Departamento do Interior dos Estados Unidos tem operado, em grande parte, fora da internet, por razões de segurança e independência operacional, usando *modems* e fax, alegadamente sem grande prejuízo de sua eficiência.

Meses antes, em 19 de julho de 2001, o *worm* denominado **Code Red** infectara perto de 360.000 computadores em menos de 14 horas. Em 18 de setembro do mesmo ano, o vírus **Nimda** atingia 150.000 servidores *web* e computadores nos EUA, causando expressiva lentidão nas redes corporativas. Estima-se que ambos tenham causado prejuízos mundiais da ordem de 3 bilhões de dólares em perda de produtividade, reinstalações, limpeza e testes de sistemas.

• Componente 2 – as redes de telecomunicações

A redundância presente nas redes de telecomunicações é significativamente menor que a existente na internet. Um ataque ou falha em um grande centro de comutação telefônica ou de dados poderia romper as comunicações entre regiões geográficas por tempo considerável.

Uma cidade possui diversos centros de comutação distribuídos, o que acrescenta complexidade a um ataque. Entretanto, a destruição cirúrgica de centros associados a agências governamentais, centros financeiros, e instalações críticas ou de emergência (polícia, bombeiros, hospitais) potencializaria os efeitos de uma ação terrorista maior e coordenada.

• Componente 3 – os sistemas em tempo real

Muitos sistemas computacionais, mesmo aqueles pré-implantados e que não permitam a atualização de seu *software*, podem ser corrompidos com o passar do tempo. Classificam-se aqui, por exemplo, os equipamentos de controle empregados em aeronaves (denominados aviônicos), que são passíveis de ataques precedidos da infiltração por um programador especializado (*insider*), ainda na fase de desenvolvimento dos sistemas.

Os riscos maiores, entretanto, estão nos sistemas TIC que controlam **infra-estruturas críticas** de importância local, regional ou nacional, a exemplo de:

- 1 - malha elétrica;
- 2 - sistema de controle de tráfego aéreo;
- 3 - rede financeira;
- 4 - purificação e distribuição de água;
- 5 - infra-estrutura de transportes;
- 6 - sistemas governamentais; e
- 7 - redes de notícias.

A **malha elétrica** tem uma característica de vulnerabilidade que a diferencia dos demais itens citados: é possível que uma falha em uma região geográfica se propague para outras, por efeito cascata, produzindo dimensões e danos consideráveis antes que possa ser corrigida.

Um ataque técnico contra um segmento da malha elétrica poderia resultar em dano comparável ao de um “apagão”. Ao utilizar a falta de energia em seu proveito, entretanto, terroristas poderiam infligir outros ataques físicos com maior impacto do que seria possível sem o caos implantado pelo ataque inicial. Esse mesmo ataque, por sua vez, poderia provocar um efeito cascata de desligamentos e impedir o fornecimento de energia a grandes extensões geográficas por longo tempo. Os efeitos dessas interrupções são de difícil previsão, tanto por parte dos operadores quanto dos atacantes.

Apesar da natural vulnerabilidade do sistema elétrico representada pela possibilidade de destruição física das torres de transmissão, o risco real de um ataque cibernético é maior nos países mais desenvolvidos, onde o controle do sistema é feito por redes computacionais de supervisão.

A consciência de segurança nas redes cibernéticas que apoiam **sistemas financeiros nacionais** é muito grande, o que as torna menos vulneráveis. Em razão de sua sensibilidade, os sistemas centrais (a exemplo do Banco Central) e de transações de alto volume normalmente empregam redes distintas dos sistemas públicos, de forma que o êxito em ataques a tais sistemas necessitaria, assim se prevê, de significativo acesso infiltrado (*insider*). A exemplo disso, o sistema financeiro central brasileiro, objetivando redundância, emprega atualmente dois sistemas em paralelo, simultaneamente disponíveis a seus usuários.

Por outro lado, os sistemas financeiros periféricos costumam ter menor redundância; além disso, uma parte de suas redes de telecomunicações, por razões de economia, é compartilhada com as redes públicas contratadas em concessionários de comunicações. Dessa forma, tornam-se vulneráveis a interrupções de serviços em grande escala e até mesmo a eventuais ataques à infraestrutura de telecomunicações.

Os **sistemas governamentais** permitem transações de governo, como as de planejamento, orçamento, arrecadação, despesa, controle interno e externo, defesa civil e militar, saúde, previdência e assistência social, entre outros.

Uma parte das estruturas de governo em todo o mundo vem contratando serviços terceirizados de suporte técnico, e, em alguns casos, a terceirização é absoluta, envolvendo desde o projeto dos sistemas, sua instalação, operação, manutenção e armazenamento de dados, até as decisões estratégicas periodicamente demandadas no setor de TIC. Do ponto de vista de segurança, tais empresas podem servir de canal de entrada para *insiders* ligados ao terrorismo.

A **infra-estrutura de transportes** abrange portos, aeroportos, trens, metrô e é responsável pelo deslocamento seguro e eficiente de pessoas e cargas, incluindo alimentos e combustíveis. Nos países desenvolvidos, o controle dessas infra-estruturas é crescentemente apoiado em sistemas TIC.

Quanto às **redes de notícias**, o terror poderia ser difundido na população mediante desinformação, a exemplo da divulgação de uma falsa informação sobre uma determinada ameaça.

- **Componente 4 – os sistemas de produção, comercialização e de prestação de serviços**

Os sistemas produtivos contam pesadamente com a disponibilidade e confiabilidade das TIC. As conexões existentes entre computadores e a internet permitem meios possíveis para ataques a setores funcionalmente relevantes para diversos setores da economia. Entre os meios amplamente utilizados, poderiam ser citados: a atualização de sistemas operacionais; e a disponibilização de programas *shareware*, a exemplo do compartilhamento de arquivos de música.

É relevante notar que os sistemas dotados de *firewalls* e dispositivos similares possuem melhor grau de proteção que os demais; entretanto, de acordo com registros recentes, tais medidas não garantem que terceiros não-autorizados não possam penetrá-los.

A par do ataque técnico já citado, que envolveria ferramentas do tipo cavalos-de-tróia e vírus, os grupos de estudo sobre o assunto também desenvolvem uma preocupação crescente acerca do *insider*. Isso porque organizações terroristas poderiam usá-los nas empresas de desenvolvimento de *software* e *hardware*, e introduzir **funcionalidades não-autorizadas** nos sistemas de amplo emprego, como microcomputadores e servidores padronizados de uso genérico. No caso, os alvos de ataque mais prováveis seriam aqueles computadores de instituições usuárias (empresas e até mesmo órgãos de governo) de alta sensibilidade, a exemplo de empresas de tecnologia de ponta ou ainda organismos de segurança e/ou Inteligência.

• Componente 5 – sistemas especiais

Uma categoria de sistemas bastante sensível a ser também considerada é aquela formada por sistemas estratégicos, incluindo os de defesa. São sistemas de comercialização bastante restrita e com fortes controles internacionais, como os de armas, navegação aeroespacial e marítima, vigilância aérea e meteorologia.

Tais sistemas são freqüentemente adquiridos de um pequeno grupo de países que detêm a tecnologia mais competitiva e eficaz. Eles incorporam sistemas operacionais, de comunicações e de segurança criptográfica, todos quase completamente baseados em *software*. Pode-se constatar, aqui, a vulnerabilidade já citada e bastante conhecida dos programadores de *software*: a facilidade de esconder comandos clandestinos em programas de computador. Considerando-se que tais equipamentos e sistemas dedicados são governados exclusivamente por comandos de *software*, seria possível a inserção de comandos não-documentados (ainda que ausentes dos manuais técnicos e das especificações) que tornariam possível a terceiros (mais exatamente, a seus próprios programadores ou aliados) **desabilitar ou alterar a operacionalidade** daqueles sistemas em um momento específico.

Se uma organização terrorista, por exemplo, fosse capaz de provar haver corrompido o *software* de controle de uma aeronave civil de grande porte e que poderia derrubá-la sob demanda, a confiança pública na indústria da aviação seria abalada, e o sistema de aviação poderia ser paralisado até que uma completa auditoria fosse realizada e o *software* de controle validado.

Seguindo essa lógica, haveria ainda a possibilidade de **desligamento** ou indução de erros em sistemas de localização, como o Global Positioning System (GPS). Apesar de o GPS ser disponibilizado em regime precaríssimo (uma vez que não confere qualquer direito ou garantia a seus usuários), muitos sistemas especiais, e até mesmo alguns que integram infra-estruturas críticas, dependem das informações fornecidas pelo GPS público. Uma vez desabilitado ou modificado, os diversos sistemas que

nele se apóiam ficariam instantaneamente indisponíveis ou em erro, respectivamente.

Um outro exemplo seria o de um míssil que, em curso contra seu alvo, verificaria repetidamente (mediante instrução interna não constante dos manuais) a existência de determinado código sendo transmitido a uma específica frequência eletromagnética: se o código fosse identificado, o míssil entenderia que seu curso deveria ser alterado. O que poderia parecer uma falha fortuita do equipamento, tratar-se-ia na verdade de uma **avaria planejada**, concebida na fase de projeto do equipamento. O mesmo poderia ocorrer com aviões-caça, radares, sistemas de comunicações e de telemetria, equipamentos para veículos lançadores de satélites, assim como os próprios satélites, todos demandando, da parte dos países adquirentes, a realização de processos de **auditoria** prévia de sistemas para verificação da legitimidade dos *softwares* neles embutido.

Quanto a tais sistemas estratégicos, a pergunta poderia ser: “como garantir que este sistema estará operacional no momento em que se tornar indispensável?”.

Conclusão

Em regra, as ameaças mais prováveis serão aquelas que envolverem ataques simples contra alvos complexos. Um pequeno mas experimentado grupo de *hackers* teria condições de infligir danos à infra-estrutura crítica e à credibilidade pública. O ataque cibernético, por sua vez, em razão de reduzida repercussão visual na mídia, não produziria o pânico imediato e não geraria imagens de fogo e destruição. Mesmo assim, poderia ser empregado como **multiplicador de efeitos**, ao potencializar os danos causados por um ataque físico, mediante obstaculização ou desinformação.

Caso haja apoio de retaguarda de um Estado adversário, com recursos financeiros e técnicos suficientes, um ataque poderia ser ainda maior, mais coordenado e prolongado. E poderia também,

se executado de forma sistemática, corromper uma produção de *hardware* ou *software*, como visto acima. Considera-se ainda que repetidos ataques contra a internet poderiam causar efeitos que prejudicariam as tentativas de reparo do primeiro ataque.

Se forem usados vírus de computador muito provavelmente serão novos vírus, imunes aos programas antivírus existentes. Por isso, é provável que um eventual ataque seja rápido. A existência de redes internacionais de **equipes de resposta a incidentes** tem aqui sua maior importância: ao passo que reforçam a infra-estrutura de prevenção, detecção e resposta, esses núcleos especializados terão os meios de produzir, de forma oportuna, as iniciativas de recuperação dos sistemas atingidos.

A grande dificuldade em prever-se, com precisão, o momento e a forma como se dará um ataque terrorista induz à noção da necessidade de **planos de contingência**, nos quais constem, entre outros, as responsabilidades, as medidas básicas assecuratórias do rápido restabelecimento dos serviços prejudicados, a gestão dos riscos operacionais e, importante, o plano de comunicação a ser adotado. Além do regular armazenamento de cópias de segurança dos dados (*backups*) em locais distribuídos, as entidades que dependem, de forma crítica, de sistemas computacionais já vêm optando por instalações computacionais e de comunicações em duplicidade.

Assim, as ações de segurança buscam tão-somente identificar, controlar e reduzir as vulnerabilidades existentes, além de minimizar os possíveis efeitos de um ataque. As partes sensíveis dos planos de contingência, que identificarem vulnerabilidades organizacionais, deverão ser protegidas contra o acesso dos atacantes e receber **tratamento sigiloso**.

Apesar das consideráveis dificuldades administrativas, financeiras, culturais e até mesmo legais envolvidas, os países centrais atualmente buscam a implementação da **Gestão da Segurança da Informação** em seus órgãos e empresas. Tal solução já conta com um padrão internacional, da série ISO, convertido em uma

norma brasileira em 2001, a NBR ISO/IEC 17799, e envolve a nada simples tarefa de conscientizar usuários e tomadores de decisão, em todos os níveis, das necessidades de práticas eficazes, de contramedidas, auditorias de gestão de pessoal, *hardware* e *software*, critérios de contratação de empresas e de seleção de pessoal terceirizado, enfim, alcançar as necessárias e suficientes **percepções** que permitam solver os inéditos desafios de segurança formulados, a cada novo dia, pela Tecnologia da Informação e das Comunicações.

Cabe, ainda, registrar a opinião de um segundo grupo de especialistas em segurança, que entende serem exageradas as possibilidades de uso das TIC por grupos terroristas acima mencionadas. Em sua visão, a complexidade das tarefas e o resultado pouco aparente dos efeitos do Terrorismo Cibernético seriam de reduzido interesse àqueles grupos, que teriam, à sua disposição, diversas outras mais simples e efetivas fórmulas de produção de danos, vítimas e medo.

Referências

COMMITTEE ON THE ROLE OF INFORMATION TECHNOLOGY IN RESPONDING TO TERRORISM. **Information technology for counterterrorism: immediate actions and future possibilities.** Washington, D.C.: National Academy Press, 2003. 128 p.

COMPUTER SCIENCE AND TELECOMMUNICATIONS BOARD. **Cybersecurity today and tomorrow: pay now or pay later.** Washington, D.C.: National Academy Press, 2002. 40 p. Disponível em: <http://www7.nationalacademies.org/CSTB/prepub_cybersecurity.pdf>

CONFERENCE ON INTERNATIONAL COOPERATION TO COMBAT CYBER CRIME AND TERRORISM, 1999, Stanford, California. Stanford: Stanford University, 1999.

SOAFER, Abraham D.; GOODMAN, Seymour E. **The transnational dimensions of cyber crime and terrorism.** Stanford, CA.: Hoover Institution Press, 2001. 292 p.

WORKSHOP ON TERRORISM IN A HIGH-TECH SOCIETY AND MODERN METHODS FOR PREVENTION AND RESPONSE, 2001, Moscow, Russia. **High-impact terrorism: proceedings of a Russian-American workshop.** Washington, D.C.: National Academy Press, 2002. 279 p.

* * *

EM DEFESA DO BRASIL

O HIZBALLAH E A EVOLUÇÃO DO QUADRO NO ORIENTE MÉDIO

Cmt. Int. Romulo Rodrigues Dantas

Abin

Muitas pessoas, em diferentes ocasiões e contextos, citam Sun Tzu, estrategista militar chinês que viveu no século IV a.C. Por isso seus pensamentos tornaram-se lugar-comum. Mas este texto também será iniciado com um bem conhecido deles: “Conheça seu oponente e poderá vencê-lo”.

Isso porque esse conselho continua atual, especialmente ressaltando-se que o conhecimento deve ser o mais amplo e exato possível; deve ir além dos aspectos básicos relativos a recursos tradicionais de poder – posição geográfica, efetivo, armamento, líderes, táticas, nível técnico; deve alcançar a essência da história, cultura, ideologia, relação com a população e aspectos psicológicos do oponente, a ponto de se conseguir ver e sentir o mundo e a si mesmo a partir da perspectiva dele.

Em se tratando de Oriente Médio, a tarefa de conhecer é desafiadora, pela presença de complexos atores não-estatais, um dos quais, o Hizballah, foco deste texto, identifica-se e é identificado como segmento de uma Nação, e integra formalmente a estrutura administrativa de um Estado.

Embora esteja há mais de 20 anos em atuação e seja mais conhecido em razão de ações extremistas que realiza, foi no conflito militar entre Israel e Líbano de 12 de julho a 14 de agosto de 2006¹ – ocorrido preponderantemente em áreas na fronteira entre esses países, envolvendo forças regulares israelenses seus inte-

¹ Conhecido no Líbano como Guerra de Julho e em Israel como Segunda Guerra Libanesa (consideram que a primeira ocorreu em abril de 1996).

grantes – que o Hizballah se apresentou como notável e proeminente organização do Oriente Médio. Os 34 dias de conflito ocasionaram a morte de mais de 1.500 pessoas; deslocamento de cerca de 1.5 milhão de habitantes; interrupção da normalidade em Israel e no Líbano e reações internacionais diversificadas.

As hostilidades iniciaram-se quando o Hizballah disparou foguetes *Katyusha* e morteiros contra instalações militares e cidades israelenses como manobra diversionista para permitir-lhe entrar em Israel e matar e seqüestrar soldados do Exército. A resposta israelense incluiu ações de bombardeio aéreo e de artilharia; a destruição de infra-estrutura civil; o bloqueio aéreo, naval e terrestre do Líbano e a invasão do sul do território desse país.

Como qualquer fenômeno social, o Hizballah é dinâmico, e não há interpretação única sobre ele. Análises são feitas com foco em diferentes pontos, como a militância da organização, sua transformação de organização paramilitar para partido político (NORTON, 1998), sua ideologia e estrutura organizacional.

Analistas de terrorismo tendem a identificar a gênese do Hizballah em 1982, quando o Líbano foi invado por Israel. Entretanto, é fundamental conhecer o ambiente social no Líbano antes desse fato, para compreender como a organização surgiu.

Os xiitas duodecimalistas são uma das 18 seitas² religiosas oficialmente reconhecidas no Líbano. A distribuição do poder político no país foi feita em consonância com o Pacto Nacional de 1943 – a Constituição de fato libanesa –, com base no censo nacional de 1932 e reflete a composição religiosa do país. O presidente do Líbano e o comandante do Exército são cristãos maronitas, o primeiro-ministro é muçulmano sunita e o presidente do Parlamento, muçulmano xiita.

² Cristãos maronitas, greco-ortodoxos, greco-católicos, ortodoxos armênios, católicos armênios, ortodoxos sírios, católicos sírios, católicos romanos, coptas, cristãos evangélicos (incluindo, batistas, protestantes e adventistas do sétimo dia), caldeus católicos, assírios da igreja do oriente, muçulmanos xiitas, muçulmanos sunitas, ismaelitas, drusos, alauítas e judeus.

Os xiitas residiam preponderantemente em áreas rurais ao sul e no vale do rio Bekaa e, mesmo tendo aumentado a sua população (atualmente representam cerca de 40% da população), permaneceram oficialmente relegados a um status inferior. Por carecerem de representação política adequada tiveram menos oportunidades econômicas, educacionais, sociais, e piores condições sanitárias e de infra-estrutura. Muitos aderiram a partidos nacionalistas, como a Organização para a Ação Comunista e o Partido Comunista Libanês, de ideologia antagônica à teologia xiita, o que evidenciou “sinal de desespero, e expectativa de que pudessem ser a voz política dos xiitas” (HAMZEH, 2004).

Dessa condição e nesse cenário surgiu Musa al-Sadr³, que, em 1959, tornou-se o primeiro líder dos xiitas libaneses. Sob sua liderança, os xiitas começaram a se organizar e buscar sua identidade comum. Al-Sadr criou o *Majlis al-Shii al-Aala* (Alto Conselho Islâmico Xiita), com o propósito de pressionar o governo do Líbano para que melhorasse a representação política dos xiitas.

Em 1974, a resposta do governo foi a criação do Conselho do Sul, destinado a desenvolver regiões xiitas do país. No mesmo ano, al-Sadr instituiu o *Harakat al-Mahroumeen* (Movimento pelos Despossuídos), cujo objetivo era defender a igualdade política. A iniciativa recebeu apoio e apresentou-se aos xiitas como caminho para a melhoria.



Musa al-Sadr

Entretanto, em 1968 a Organização para a Libertação da Palestina (OLP) passou a utilizar o Líbano como base de ataques contra Israel e, posteriormente, a inserir-se na política e polarizar o país já sectário. As respostas militares de Israel obrigaram as populações xiitas a se mudarem para o norte libanês. Al-Sadr pediu proteção

³ O filho de Musa al-Sadr, Muqtada al-Sadr, é um clérigo xiita iraquiano que, entre 2003-2004, liderou, em Sadr City, na periferia de Bagdá, a resistência à ocupação do Iraque pelos EUA.

governamental para os xiitas e acusou a OLP de instigar a anarquia. Na seqüência, diferenças étnicas conduziram o Líbano à guerra civil, a partir de 1975 (O'BALANCE, 1998). Durante o conflito, al-Sadr estabeleceu sua própria milícia, a *Alfwaj al-Muqawama al-Lubnaniya* – Amal⁴ (Brigadas de Resistência Libanesas). A primeira parte da guerra civil encerrou-se em 1976 devido à intervenção da Síria, que ocupou militarmente o Líbano, e os resultados do conflito afetaram desproporcionalmente os xiitas.

A continuação de ataques da OLP levou à primeira invasão do Líbano por Israel, em 1978. Pressões internacionais forçaram a retirada israelense dois meses depois e tropas da Organização das Nações Unidas (ONU) foram destacadas para a região; mas uma zona tampão israelense foi estabelecida com o apoio do Exército Libanês do Sul – milícia pró-Israel –, contra ataques futuros. Apesar disso, não foram capazes de impedir a infiltração em Israel de militantes da OLP e a introdução, na região, de armas mais letais (BARD, 2007).

Al-Sadr desapareceu em agosto de 1978 e até hoje desconhece-se seu destino⁵. Ele passou a ser venerado como mártir pelos xiitas.

Em 6 de junho de 1982, Israel invadiu outra vez o Líbano e declarou que o propósito era expulsar a OLP do país. Entretanto, considera-se que o motivo tenha sido minimizar a influência da Síria na região e apoiar os partidos políticos que lhe seriam mais favoráveis. Em 1983, a OLP deixou o Líbano e, em 1984, Israel recuou até o rio Awali. De forma geral, Israel logrou êxito militar e neutralizou a oposição à expulsão da OLP do Líbano. Todavia, o desafio passou a ser pacificar a região e torná-la segura em benefício de seus interesses, e o lugar mais difícil era o sul do país, majoritariamente xiita.

⁴ Em árabe, amal significa “esperança”.

⁵ Musa al-Sadr desapareceu durante visita à Líbia. Os xiitas libaneses responsabilizam o líder líbio Muammar al-Qaddafi por seu seqüestro e assassinato. O governo da Líbia afirma que al-Sadr embarcou em um avião com destino a Roma, Itália, fato negado pelo governo italiano. Suspeita-se que tenha sido morto pelo Mossad.

Muitos xiitas saudaram os israelenses como libertadores, gratos pelo fim do domínio palestino. Sem estes, vislumbravam-se desenvolvimento da economia e melhorias sociais. Entretanto, tal relação mutuamente benéfica lastreava-se na expectativa de que a permanência dos israelenses fosse breve. Autoridades israelenses até vislumbravam a possibilidade de cultivarem os xiitas como aliados, o que não ocorreu; ao contrário, transformaram-se em inimigos de Israel (SCHIFF; YAARI, 1985).

Já em 1983, os libaneses perceberam que Israel propunha administrar o sul do país de maneira semelhante àquela usada na Margem Ocidental do Jordão, após a guerra de 1967, qual seja, valer-se da união de comitês populares a milícias treinadas e armadas por Israel para manter a ordem e patrulhar a região e, assim, prevenir o retorno da OLP e a entrada de opositores. Para implementar essa ação, os israelenses pressionaram famílias locais para aderir ao esquema, ameaçando-as de sanções e prisões caso se recusassem. Os xiitas recusaram-se e a cooperação transformou-se em oposição.

Inicialmente, a resistência consistiu de protestos de variadas formas: boicotes a produtos de Israel, ataques a residências de quem colaborava com eles e utilização de explosivos contra militares. Tratou-se de movimento espontâneo, desvinculado de organização específica. Mas, um ano e meio após a invasão, os incidentes nos campos de refugiados palestinos de Sabra e Shatilla e em Nabatiyeh – durante o feriado religioso xiita da *Ashura* –, galvanizaram e disseminaram a resistência aos israelenses. Esses incidentes foram atribuídos aos israelenses, direta ou indiretamente (MACBRIDE, 1983).

Como consequência, o xeique Madhi Shamseddin, clérigo em Beirute, emitiu *fatwa*,⁶ conclamando resistência civil contra Israel.

Nesse contexto, ocorreu a cisão da Amal. Enquanto uma facção propunha manter o Líbano com características seculares, in-

⁶ *Fatwa* é um pronunciamento legal islâmico emitido por especialista no assunto, denominado *Mufti*.

tegrantes radicais desejavam orientar-se pela doutrina revolucionária xiita que havia sido promulgada em 1979 pelo líder iraniano aiatolá Khomeini. Assim, estes passaram a opor-se às políticas moderadas e à participação do seu líder, Nabih Berri, no governo do Líbano – por considerar que isso demonstrava boa-vontade para com Israel – e formaram o Hizballah, o Partido de Deus, cujo manifesto foi tornado público em fevereiro de 1985.



Hizballah logo

No texto, o Hizballah apresentou-se como “movimento jihadista com o objetivo de libertar o território libanês do domínio israelense”. A declaração também indicava que pretendia adotar o modelo iraniano de revolução para instituir a República Islâmica do Líbano e livrar o país de influência ocidental não-islâmica, até mesmo opondo-se à presença das tropas da ONU então presentes no país – majoritariamente francesas e dos EUA –, tidas como “extensão do colonialismo”. O Manifesto orientaria as ações do Hizballah nas décadas seguintes.

A resposta de Israel à crescente influência iraniana no Líbano foi tentar neutralizar a ação de líderes religiosos que a favoreciam. A reação do Hizballah incluiu nova arma: os “homens-bomba”, cujas famílias são sustentadas pela organização.

Na área social, o Hizballah, com recursos doados por pessoas e organizações de variados países e mesmo por governos – destacadamente o do Irã⁷ –, passou a prover escolas, hospitais, farmácias, orfanatos, mercados e clínicas dentárias para as comunidades xiitas, majoritariamente concentradas no sul do país – fronteira com Israel – e na periferia ao sul de Beirute – denominada *dahiya* (“subúrbio”, em árabe). Entre outros, a organização tam-

⁷ Serviços de Inteligência ocidentais estimam que entre 100 e 200 milhões de dólares dos EUA são doados anualmente ao Hizballah pelo governo do Irã, na forma de assistência militar, mercadorias e recursos financeiros. Valendo-se do Hizballah, o Irã aproxima-se do seu objetivo de transformar o Líbano em Estado islâmico, pró-iraniano. Haveria, ainda, evidências de que iranianos também participariam diretamente no planejamento de operações do Hizballah.

bém opera o sistema de coleta e reciclagem de lixo e o programa de reconstrução de residências destruídas durante a presença israelense no país.

Pode-se dizer que o Hizballah substituiu a ação do Estado libanês naquelas comunidades. Transformou-as e deu a elas a possibilidade de se inserir, de participar e ser fator de decisão na estrutura política libanesa. A milícia da organização assegurou aos xiitas essa capacidade. O Hizballah assegurou poder a essa minoria.

De modo geral, a ação do Hizballah refletiu-se em mais de 250 mil pessoas, além de, em 2006, ele ser o segundo maior empregador do Líbano, após o governo.

A inserção dos xiitas no processo político libanês foi formalizada a partir de 1992, quando o Hizballah disputou eleições parlamentares e conquistou 23 cadeiras⁸. Foi a primeira organização jihadista a fazer isso. Os anos de resistência e de ação social transformaram-se em apoio eleitoral, e a organização apresentou-se como “voz dos xiitas”. A combinação de falta de esperança, doutrinação política, provimento de benesses sociais, apoio externo e a capacidade da sua liderança⁹ para mobilizar a comunidade xiita com fins políticos definidos, sem a participação do governo do Líbano, foram os ingredientes para o sucesso da organização.

Entretanto, a mudança de eixo do Hizballah não deve ser confundida com moderação. Como ocorreu com outros grupos no Oriente Médio, ela foi uma maneira de a causa e seus integrantes continuarem existindo. O fim da guerra civil libanesa determinou adaptação à conjuntura, e o Hizballah precisou ajustar-se e participar do processo político em formação. Mas ele o fez sem abrir mão de sua milícia e de suas armas.

⁸ O Hizballah elegeu 17 parlamentares representantes de regiões do sul do Líbano e 6, de outras áreas. O Parlamento libanês possui 128 membros. No Executivo, a organização detém titularidade dos ministérios do Trabalho e de Água e Energia.

⁹ O Hizballah é liderado pelo *Shura* (Conselho Consultivo), com sete membros, clérigos, com a finalidade de supervisionar as atividades administrativas, de planejamento e de formulação de políticas. O presidente do Conselho é o Secretário-Geral da organização. Os membros do *Shura* são eleitos pelo *Majlis al-Markazi* (Conselho Central).

Quando das eleições parlamentares de 1992, o xeique Sayyed Hassan Nasrallah já era Secretário-Geral do Hizballah, posição que assumiu após seu antecessor, xeique Abbas al-Musawi, ter sido morto pelos israelenses, em 16 de fevereiro de 1992. Considera-se que a primeira grande decisão de Nasrallah foi ter passado de ações armadas contra Israel, França e EUA a ações políticas. De campanhas incipientes que enalteciam o martírio e os “homens-bomba”, Nasrallah passou a defender o voto¹⁰ como forma de atuação. Atualmente, ele cumpre o quarto mandato¹¹ à frente da organização.



Hassan Nasrallah

Nas comunidades xiitas, Nasrallah é um ícone, carismático, famoso pela oratória e reverenciado como “campeão” e líder.

Nasrallah nasceu em 1960 – o primeiro de nove filhos – num subúrbio cristão de Beirute e passou a integrar o Hizballah por ocasião da invasão israelense ao Líbano, em 1982. Recebeu treinamento nas mais conceituadas escolas islâmicas no Iraque e Irã e, aos 22 anos, tornou-se um dos primeiros líderes de campos de treinamento iranianos.

Credita-se ao Hizballah feito nunca antes conseguido pelos exércitos do Egito, da Síria e da Jordânia: a saída de Israel do Líbano.

Desde 1992, o Hizballah demonstrou algum tipo de contenção armada e, quando Israel saiu novamente do Líbano, em 2000, Nasrallah disse “libertamos o sul; agora, vamos libertar Jerusalém”. Entretanto, as ações restringiram-se à cidade fronteiriça de Fazenda Shebba, disputada por ambos países (ON THE MYTH..., 2005).

¹⁰ “Eles (os ‘homens-bomba’) resistiram com sangue; resista com o seu voto.”

¹¹ A organização alterou seu regimento para permitir que Nasrallah pudesse ser reeleito por mais de duas vezes consecutivas. Críticos afirmam que essa situação enseja centralizar poder numa única pessoa e não na liderança coletiva do Shura.

O Hizballah é, atualmente, a única força não estatal no Líbano, uma violação da Resolução nº 1.559 da ONU¹², que ele recusou-se cumprir. Nasrallah afirmou que a Força Aérea israelense poderia destruir o Exército libanês em poucos dias ou horas, “mas não teria condições de fazer o mesmo com o Hizballah. Exercitamos a guerra de guerrilhas, e o Líbano ainda necessita da fórmula da resistência popular”, afirmou em entrevista à televisão *al-Manar*¹³, de propriedade da organização.

Nasrallah refere-se a bin Laden e ao Talibã com desdém. Em abril de 2006, célula da al-Qaeda no Líbano tentou assassiná-lo. Abu Musab al-Zarqawi, líder da al-Qaeda morto no Iraque em junho de 2006, declarou que o movimento xiita era “inimigo dos sunitas”.

Admitir o uso de ações terroristas é algo difícil para o líder de uma organização que se definiu pela utilização de tais táticas. Foi o Hizballah o primeiro a valer-se de “homens-bombas” islâmicos na era moderna. Também foi o primeiro a realizar ataques múltiplos. A al-Qaeda, o Hamas e grupos iraquianos – sunitas – o imitam.

O assassinato do ex-primeiro-ministro libanês, Rafiq Hariri, em 14 de fevereiro de 2005, em Beirute, atribuído pela maior parte dos libaneses à Síria, agravou a divisão interna no Líbano. Com a saída da Síria, dois meses depois, o Hizballah perdeu apoio político e teve que defender seus interesses de maneira mais direta. Assim, estabeleceu aliança com seu rival xiita, o movimento Amal, do qual foi originado. Essa aliança o fortaleceu politicamente, mas gerou tensões entre os próprios xiitas e outras comunidades religi-

¹²Em 2 de setembro de 2004, a Resolução nº 1.559 do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas, entre outros pontos: reiterou apoio em relação à integridade, soberania e reconhecimento das fronteiras internacionais do Líbano; reconheceu o empenho do Líbano em retirar de seu território todas as forças não-libanesas; preocupou-se com a presença de milícias armadas no Líbano, as quais impedem a ação efetiva do governo libanês sobre seu território; reafirmou a importância da ação governamental em todoo território libanês; reafirmou o estrito respeito à soberania, integridade territorial, unidade e independência política, sob única e exclusiva autoridade do governo libanês, em todo o território; e apelou para que fossem desarmadas todas as milícias libanesas ou não atuantes no país.

¹³A al-Manar (“o Farol”) foi criada em 1991, com recursos iranianos para a divulgação de mensagens a comunidades xiitas no exterior. Transmite por satélite 24 horas por dia, sete dias por semana.

osas libanesas: cristãos, sunitas e drusos. Caso a Resolução nº 1.559 tivesse sido implementada totalmente, é provável que a polarização das facções a favor e contrárias à Síria se aprofundasse ainda mais.

Até o confronto de julho de 2006 com Israel, Nasrallah acreditaria antever atividade política pacífica para o Hizballah. “Temos ministros, parlamentares, membros de conselhos municipais, líderes sindicais. Se até agora mantemos nossas armas é em razão das constantes ameaças de Israel ao Líbano. Continuar ou encerrar a resistência não altera nossa condição: já somos um partido político completo”.

Ter autorizado que integrantes do Hizballah cruzassem ilegalmente a fronteira israelense, matassem e seqüestrassem soldados está sendo considerado o ato mais grave ocorrido desde a invasão do Líbano por Israel, em 1982¹⁴. Nasrallah o teria planejado, e desviar o foco da reunião do G8¹⁵, que tenderia a ser o programa nuclear do Irã, foi tido como o motivo principal.

Ao iniciarem os ataques contra objetivos israelenses utilizando métodos e momento semelhantes, Hamas¹⁶ e Hizballah evidenciaram coordenação até então desconhecida. Ainda que para muitos a ação tenha se caracterizado como “solidariedade com o povo palestino” e “coincidência divina”, EUA e Israel acusaram a Síria e o Irã de tê-los apoiado.

Nasrallah teria viajado a Damasco para reunir-se com o chefe político do Hamas exilado na Síria, Khaled Mashaal¹⁷ pouco

¹⁴ Pela primeira vez em 50 anos, o Hizballah e o Hamas transferiram um conflito árabe-israelense para o território de Israel, contrariando a doutrina militar israelense de combater e vencer seus inimigos em solo estrangeiro.

¹⁵ Realizada em São Peterburgo, Rússia, de 15 a 17 de julho de 2006. Reuniu chefes de estado e de governo da Alemanha, do Canadá, dos EUA, da França, da Itália, do Japão, do Reino Unido e da Rússia e de autoridades da Comunidade Européia. Brasil participou como convidado.

¹⁶ Em represália a prisão por Israel de Osama e Mustafa Muamar, filhos de um quadro do Hamas, 8 integrantes da organização – provavelmente vinculados à Brigada Ezzin al-Qassam – atacaram Israel com foguetes. Em 25 de junho de 2006 invadiram o território israelense a partir de Gaza, mataram 2 soldados, feriram 4 e seqüestraram Gilad Shalit.

¹⁷ No dia 10 de julho de 2006, em Damasco, Mashaal assumiu total responsabilidade pelo seqüestro do soldado israelense Gilad Shalit, a quem denominou “prisioneiro de guerra”.

antes da ação contra Israel, sugerindo conexão entre as operações. Conectadas ou não, as ações aproximaram as organizações de modo que só ocorrera em 1992, quando mais de 400 prisioneiros do Hamas foram deportados por Israel para o sul do Líbano. Foi nessa fase que militantes do Hamas receberam do Hizballah treinamento em explosivo, segundo a Inteligência israelense.

Embora possível que as operações tenham sido realizadas de forma estrategicamente coordenada – ainda que Hamas e Hizballah tenham agendas e objetivos próprios e, teoricamente, não coordenem suas ações militares –, não há evidências de que Irã e Síria tenham atuado operacionalmente. Ziad Abu Amr, membro independente do Legislativo da Palestina e que freqüentemente atua como mediador entre o Hamas e outros grupos palestinos, acredita ter sido possível a coordenação. Ele também afirma que “o Irã quer atingir os EUA e está utilizando o Hamas e o Hizballah para isso, e os palestinos ficaram contentes ao saberem que têm outro aliado nessa luta”. Para Amr, o Hizballah está ainda enviando uma mensagem aos EUA em nome de seus aliados regionais, Síria e Irã: “se formos pressionados, causaremos problemas”.

Um mês antes do conflito, Nasrallah estava na defensiva e sob pressão para desarmar-se e deixar o Líbano. Ele era tido como “as garras” da Síria e do Irã. Atualmente, é considerado figura controversa e agente de transformação do Oriente Médio. E é provável que ressurgirá reforçado e com mais credibilidade, inclusive entre setores sunitas – que são parte de classes dominantes em países árabes¹⁸ –, mas não de modo explícito.

O conflito de julho de 2006 transformou a imagem do Oriente Médio. Não é mais suficiente pensar a região de modo tradicional, com abordagem na qual organizações consideradas terroristas

¹⁸ Estimava-se que a ação do Hizballah contra Israel pudesse angariar apoio formal de governo de países árabes. Entretanto, ocorreu o contrário, provavelmente motivados por interesses próprios ou relutantes com a possibilidade de que os governos xiitas do Irã e Iraque combinados com a influência xiita no Líbano pudessem ocasionar desestabilização dos governos preponderantemente sunitas da região. Analistas políticos também consideram que ao menos momentaneamente o provérbio árabe “inimigo do meu inimigo é meu amigo” prevaleceu sobre a idéia do pan-arabismo.

agiriam na “sombra”, não teriam “imagem pública”, e governos buscariam desassociar-se delas.

No passado, o poder militar estatal erradicou grupos radicais. Nos anos 80, por exemplo, o Sendero Luminoso dominava partes do Peru, até ser perseguido e ter os principais líderes presos ou mortos. Entretanto, credita-se esse sucesso não apenas à ação das forças de segurança peruanas, mas à própria evolução política do país e à redução do apoio a ideologias revolucionárias na região.

Mas esse não é o caso no Oriente Médio, onde o Islã radical, nacionalismo étnico-religioso e “jihadismo” são crescentes e atuais. As vitórias eleitorais do Hamas e do Hizballah são conseqüências disso. No Egito, também é crescente a popularidade da *Gamaat Al Islamiya*, a Irmandade Muçulmana.

Houve situações em que Estados negociaram com grupos radicais. O Reino Unido, com o IRA; a Espanha, com o ETA basco; o governo do Iraque, com setores da oposição – exceto a que é orientada pela al-Qaeda. Esse é provavelmente o caminho para o Oriente Médio. Já que as campanhas militares não têm proporcionado as respostas mais eficazes; o foco deve ser em como diminuir o apelo das mensagens radicais.

Na análise de Maham Abedin, especialista em grupos islâmicos radicais do Centro para o Estudo do Terrorismo e Violência Política, em Londres, “Hizballah e Hamas são fatores que devem ser considerados no Oriente Médio, no médio e longo prazos. Israel pode enfraquecê-los e impedir que ataquem seu território. Mais do que isso implica efeitos colaterais que incluem simpatia de outros países árabes, e isso é mais forte do que o ‘soco’ israelense”.

Para Brian Jenkins, especialista da Rand Corporation, em Washington DC, “Israel não reduzirá ameaças de longo prazo de movimentos islâmicos radicais. E sempre que utiliza força desproporcional apenas fortalece seus inimigos e perde apoio popular”.

A experiência e a trajetória dos EUA no Iraque têm alguma semelhança com o que ocorre no Líbano. Ainda que tenham conseguido reduzir a capacidade operacional da al-Qaeda e de não haver poder militar que o supere, a presença dos EUA e de seus aliados não tem sido suficiente para impedir ou, ao menos, reduzir ações radicais de segmentos da população e a atração de jovens dispostos a realizá-las.

Para Mark Juergensmeyer, especialista em 'Novo Terrorismo' da Universidade da Califórnia, em Santa Bárbara, "grupos terroristas se vêem em batalhas cósmicas, de dimensões religiosas. E até mesmo gostam de lutas abertas e de longa duração. Sentem-se cercados é exatamente o que querem e os motiva".

Assim, considera-se ser prioritário pensar estratégias mais amplas para o cenário político.

A história evidenciou que as campanhas israelenses de ocupação do Líbano tiveram papel decisivo para o surgimento de novos inimigos. Analistas crêem que o conflito de 2006 e as tentativas do país de tentar "ajustar" a sociedade libanesa a seu favor gerou ações¹⁹ e inimigos ainda mais hostis ao Estado judeu.

A evolução do quadro no Oriente Médio modifica e redefine as forças que tradicionalmente caracterizavam a área. E, apesar dos esforços para divulgar e implementar valores democráticos,

¹⁹ Em 22 de setembro de 2006, durante concentração popular em Beirute denominada "manifestação da vitória", Nasrallah – em seu primeiro discurso público feito após o conflito – afirmou não existir nenhum Exército no mundo que possa obrigar o Hizballah a desarmar-se, mas que a organização não estará permanentemente armada. Nasrallah justifica afirmando ser necessário resolver a incapacidade do Exército libanês de defender o país. Nasrallah defendeu a unidade nacional e reafirmou que a resistência previne o ressurgimento da guerra civil no Líbano. Autoridades israelenses ressaltaram que "Nasrallah não só lança uma afronta ao Governo do Líbano, mas a toda a comunidade internacional, que não pode permitir esta cusparada extremista financiada pelo Irã na cara da comunidade de nações civilizadas." Nasrallah ressaltou que "a primeira coisa que é preciso fazer é construir um Estado forte, justo, que proteja a pátria e seus cidadãos, e vocês verão que o problema das armas se resolverá." Cerca de 800 mil pessoas, a maioria xiitas, participaram da manifestação. Em 24 de setembro de 2006, o líder cristão maronita Samir Geagea realizou manifestação pública e, em tom de desafio, negou que o Hizballah tivesse sido o vencedor no confronto com Israel. Geagea destacou que "não houve vitória, porque a maioria do povo libanês não percebe essavítoria e nem foi consultada se desejava o conflito; em vez disso, uma catástrofe unilateralmente provocada faz o presente e o futuro incertos", afirmou, destacando a divisão étnica no Líbano. Geagea foi líder da milícia cristã Forças Libanesas (FL).

têm sido constatado acirramento de disputas e aprofundamento de divisões.²⁰

É possível que o “tribalismo”²¹ que caracteriza a cultura local – e não “extremismo” – seja a maior barreira aos conceitos ocidentais de democracia vislumbrados para o Oriente Médio.

A história recente demonstra que Israel – como qualquer ou outro país – não consegue vencer redes terroristas de modo permanente e, sim, apenas reduzir por algum tempo a capacidade de elas operarem. Mas, tem conseguido deter Estados. Por exemplo, apesar de a Síria e o Irã afrontarem Israel, nenhum deles realizou o que o Hizballah fez.

Por isso, é provável que na ótica de estrategistas israelenses livrar o Líbano e Palestina de atores não-estatais indesejáveis seja a maneira de fortalecer seus governos e, assim, proteger Israel. Entretanto, a desordem que as ações militares israelenses criaram no Líbano potencialmente “nutrem” a solidariedade de outros grupos e podem comprometer o futuro dos dois países.

Hamas, Hizballah, Irã e Síria são atores que têm a intenção de alterar o cenário geoestratégico do Oriente Médio, e não estão à margem de processos políticos locais. O primeiro constitui o governo eleito da Autoridade Palestina; o segundo integra o Parlamento e a estrutura ministerial libaneses; e o terceiro e quarto são Estados soberanos.

²⁰ Em 24 de setembro de 2006, vazaram para a imprensa informações sigilosas contidas na Estimativa Nacional de Inteligência (National Intelligence Estimate – NIE) produzida em abril de 2006 pelo Conselho Nacional de Inteligência dos EUA. A NIE apresenta a formuladores de políticas a visão consensual das 16 agências que compõem a Comunidade de Inteligência. Segundo o documento, a ameaça terrorista aumentou desde 11 de setembro de 2001 e cita que a invasão do Iraque piorou o problema representado pelo terrorismo em todo o mundo e ensejou o surgimento de nova geração de extremistas islâmicos. (MAZZETTY, 2006).

²¹ O “tribalismo” deriva da mais antiga organização social, cujas virtudes são obediência, fidelidade, orgulho, respeito pelos ancestrais, hostilidade para com estrangeiros e disposição para matar ou morrer pela crença. Os valores do cidadão são sua liberdade e seu desejo de respeitar direitos da comunidade, de sorte a proteger seus próprios. Na hierarquia tribal, desacordo não é tido como dissenso. A tribo existe por si só e permanentemente está em guerra com outras tribos, mesmo se de sua própria raça ou religião. Já o cidadão é um ser autônomo e livre e possui capacidade de avaliar fatos, projetar situações e tomar decisões orientado por sua consciência, sem coerção de autoridade. (PRESSFIELD, 2006).

E nesse contexto, o discurso e as ações do Hizballah são desafiadores e indicam que o mundo deve considerar mudanças no quadro de poder no Oriente Médio.

Referências

BARD, Mitchell. The Lebanon War. In: **Jewish Virtual Library**. Chevy Chase, MD.: American-Israeli Cooperative Enterprise (AICE), 2007. Disponível em: (www.jewishvirtuallibrary.org/jsource/History/Lebanon_War).

HAMZEH, Ahmed Nizar. **In the Path of Hezbollah**. Syracuse: Syracuse University Press, 2004.

MACBRIDE, Sean. **Israel in Lebanon: the report of the International Commission to enquire into reported violations of international law by Israel during its invasion of Lebanon**. London: Ithaca Press, 1983.

MAZZETTY, Mark. Spy agencies say Iraq war worsens terrorism threat. **The New York Times**, New York, sept. 24, 2006. Late edition, section 1, p.1, column 5.

NORTON, Augustus Richard. Hizballah: From radicalism to pragmatism? **Middle East Policy**, Washington, DC, v. 5, n. 4, jan. 1998. Disponível em: <http://www.mepec.Org/journal_vol5/9801_norton.asp>.

O'BALANCE, Edgar. **The Civil War in Lebanon, 1975-1992**. New York: St. Martin's Press, 1998.

ON THE MYTH that Hezbollah Forced Israel Out. **Emperor's clothes newsletter**, 21 jul. 2005. Disponível em: <<http://emperors-clothes.com/archive/hez.htm#forced>>

PRESSFIELD, Steven. Why we will never see democracy in the Middle East. **ABC News**, New York, 11 set. 2006. Disponível em: < <http://abcnews.go.com/International/story?id=2384603&page=1>>

SCHIFF, Zeev; YAARI, Ehud. **Israel's Lebanon War**. Cambridge Press: London, 1985.



Você sabia?

Que a ABIN agora dispõe de uma Ouvidoria?

A Ouvidoria da ABIN, criada em dezembro de 2005, serve aos públicos interno e externo, podendo ser contatada acessando a homepage da ABIN (www.abin.gov.br) ou pelo telefone (61) 3445-8352. Denúncias, reclamações, sugestões, críticas e etc, podem ser dirigidos à Ouvidoria.



REPERCUSSÕES DA CONTENÇÃO DA AMEAÇA DO TERRORISMO INTERNACIONAL NA ECONOMIA BRASILEIRA

Cmt. Adj. Int. Ricardo Zonato Esteves

Abin

As medidas implementadas em vários países para a contenção da ameaça do terrorismo de matiz islâmico, principalmente nos Estados Unidos da América (EUA), após os atentados de 11 de setembro de 2001, têm ocasionado uma série de revezes para os países que vêm se beneficiando do processo de globalização econômica, possibilitado pela crescente evolução tecnológica dos meios de produção, pelas facilidades de comunicação e de transporte de produtos e pessoas.

O novo contexto das relações internacionais e de percepção da ameaça terrorista gerou consequências não apenas para os governos nacionais, instados a maior grau de cooperação entre si e a esforços de atualização de suas legislações e estruturas administrativas voltadas para o enfrentamento do terrorismo, mas também para as pessoas e empresas, que passaram a se deparar com novos obstáculos à movimentação de passageiros e produtos entre países.

No campo das relações multilaterais, os organismos internacionais foram chamados a atualizar o arcabouço de normas jurídicas internacionais para o enfrentamento da nova ameaça. No âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU) e seus organismos especializadas, são treze as convenções, além de resoluções do Conselho de Segurança que, por seu caráter obrigatório, vinculam os Estados-membros da organização ao cumprimento e implementação das mesmas. No âmbito regional, a Organização dos Estados Americanos (OEA) possui três convenções sobre o tema. O Brasil assinou e ratificou todas essas convenções e começou processo de adaptação de sua legislação nacional ao que nelas é preconizado.

Entre as normas internacionais adotadas, deve-se destacar, por seu impacto na vida das empresas e das pessoas, os novos padrões de segurança impostos por dois dos organismos da ONU. A Organização Marítima Internacional estabeleceu o Código Internacional para a Proteção de Navios e Instalações Portuárias (International Ship and Port Facility Security – ISPS Code). Em relação à aviação civil, a Organização de Aviação Civil Internacional (International Civil Aviation Organization – ICAO) também impôs novos padrões de segurança. Além disso, até o início de 2008, os passageiros de vôos com destino aos EUA terão seus nomes cotejados com listas de terroristas, ou suspeitos de terrorismo, antes da partida, em vez de após a decolagem, como ocorre atualmente. A mudança faz parte de uma reformulação em andamento cujo objetivo é fazer com que o Departamento de Segurança Interna estadunidense assuma o controle sobre as investigações com base nas listas de suspeitos, relativamente a todos os vôos comerciais internacionais e domésticos.

O ISPS Code, implementado por iniciativa dos EUA, valendo-se da sua posição de maior economia mundial e do seu peso específico nas relações internacionais, visa a aumentar a segurança do comércio marítimo internacional diante das ameaças terroristas. Prevê uma série de critérios de avaliação de riscos à proteção marítima, tais como compartilhamento de informações; manutenção de protocolos de comunicação; controle de acesso aos navios e às instalações portuárias; combate ao crime organizado; alarme em caso de ameaças à segurança marítima e portuária; planos de proteção de navios e portos, baseados na avaliação de riscos; e treinamento de pessoal. Os níveis de segurança estabelecidos para navios e portos são: nível 1 (risco de atentado mínimo); nível 2 (não há ameaça aparente de terrorismo); e nível 3 (risco iminente de atentado).

Apesar de a implantação do Código não ser obrigatória, a não-adequação dos navios e portos brasileiros poderia restringir a participação do País no comércio internacional. Essa restrição seria extremamente prejudicial à economia brasileira, pois a maior

parte das exportações e importações ocorre por via marítima (81% do total das exportações em 2005, de acordo com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior).

Além dos prejuízos para o comércio externo, a não-implantação do ISPS Code pode causar ao Estado brasileiro o aumento da vulnerabilidade ao crime organizado, ao terrorismo, ao narcotráfico, ao tráfico de armas, à entrada de epidemias, ao contrabando de cargas, à biopirataria, e à entrada de imigrantes ilegais. Ademais, os navios estrangeiros podem se recusar a atracar nos portos brasileiros que não possuam a certificação exigida.

No Brasil, a autoridade responsável por certificar os portos de acordo com o Código é a Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis (Conportos). O processo de certificação envolve a avaliação dos riscos à proteção marítima, a elaboração de um plano de segurança baseado na avaliação e a definição de um Supervisor de Segurança. Se a instalação portuária está adequada ao ISPS Code, recebe a Declaração de Cumprimento (DC); se ainda não implementou todas as medidas previstas no plano de segurança, recebe o Termo de Aptidão (TA).

A certificação não é permanente e pode ser revogada se o porto ou navio descuidar dos procedimentos de segurança. Desde 2006, todos os navios de bandeira brasileira que operam no comércio exterior estão certificados. Esse processo de certificação dos navios foi realizado pela Marinha do Brasil, por meio da Diretoria de Portos e Costas.

Para a obtenção de tal conjunto de certificações, têm sido necessários vultosos investimentos, realizados pela Administração Pública. Os dez principais portos do país são controlados pelos governos federal (por intermédio das Companhias Docas), estaduais ou municipais. Apesar desses investimentos, os principais portos brasileiros, que concentram cerca de 90% das exportações por via marítima e são administrados pelo Estado, ainda não estão totalmente adequados às normas de segurança do ISPS Code.

Os principais entraves à implementação do código referem-se a problemas de gestão pública, como demora na liberação de recursos e ineficiência na condução dos processos de licitação. Além disso, ocorre a resistência de sindicatos de trabalhadores portuários às novas medidas.

Por outro lado, a importância do mercado consumidor estadunidense para muitas das grandes empresas exportadoras brasileiras faz com que a adequação dos terminais geridos pela iniciativa privada esteja mais adiantada do que naqueles geridos pelo Estado. Esse bom desempenho na implementação do código decorre da disponibilidade e maior agilidade na aplicação dos recursos e da visão empresarial dos administradores privados, que percebem as despesas com segurança portuária como um investimento para melhoria dos negócios.

Assim sendo, deve-se esperar que a importância do comércio externo para o País induza ao aceleração do processo de certificação dos portos brasileiros, sob o risco de os produtores nacionais perderem mercados importantes, e o Brasil, conseqüentemente, divisas essenciais para o seu desenvolvimento. Nesse sentido, é necessário tornar a gestão dos recursos investidos pelo governo federal mais eficiente e melhorar a comunicação entre os portos e os órgãos de segurança pública, promovendo ações conjuntas. A total adequação dos portos brasileiros ao ISPS Code pode tornar o País mais competitivo na economia e menos vulnerável à ocorrência de ilícitos por via marítima.

O comércio externo brasileiro também foi afetado pela implantação da Lei de Bioterrorismo dos EUA (Bioterrorism Act). Essa lei, promulgada em junho de 2002 e posta em vigor em 12 de dezembro de 2003, em resposta à possibilidade de atentados bioterroristas, estabeleceu uma série de rigorosas regras para a comercialização e importação de alimentos destinados ao consumo nos EUA, tais como: necessidade de registro no Food and Drugs Administration (incluindo nomeação de agente estadunidense para empresas estrangeiras), exigência de manutenção de arquivos específicos, necessidade de aviso prévio para cada partida de ali-

mentos destinados ao país e, por último, possibilidade de detenção administrativa dos alimentos importados que estejam em desacordo com a legislação.

O Brasil, mesmo não tendo sido atingido diretamente pelo flagelo do terrorismo internacional, tem de se adequar às novas condições da conjuntura internacional, caso queira manter e ampliar a sua condição de *global trader*, comerciando uma grande variedade de produtos e serviços com o maior número possível de países. Apesar de parte da opinião pública brasileira, ingenuamente, acreditar que o País não tem papel a desempenhar no atual combate ao terrorismo liderado pelos países protagonistas do cenário mundial, isso está longe ser verdade. Indiretamente, a falta de visão de algumas lideranças públicas pode nos causar transtornos na área mais essencial para a estabilidade de um Estado moderno: a economia.

* * *
ABIN
EM DEFESA DO BRASIL

Você sabia?

Que a Abin é o único órgão de inteligência brasileiro criado por lei?

A Abin foi criada pela Lei 9.883, de 7 de dezembro de 1999 e é o único órgão que tem a atividade de Inteligência como fim e não como subsidiária ou coadjuvante.

Que os servidores da Abin fazem um compromisso moral, quando assumem seus cargos, em defesa dos interesses nacionais e do Estado Democrático de Direito?

O compromisso da Abin:

“Como integrante da Agência Brasileira de Inteligência e perante a Bandeira do Brasil, a Constituição Federal e pela minha honra, prometo fiel observância às leis, normas e regulamentos; lealdade aos seus princípios, valores e tradições; e dedicação integral ao serviço da Pátria.”

Que o ingresso na carreira de Inteligência se faz por meio de concurso público? A carreira de Inteligência se inicia na titularidade de Comissário de Inteligência, pós-conclusão do Curso de Formação de Inteligência (CFI), da Escola de Inteligência, com remuneração inicial de R\$ 4.908,65. Neste ano de 2007, a Abin deverá lançar edital para o provimento de cargos de nível superior e intermediário. Se você está interessado, fique atento às novidades no site www.abin.gov.br.

O PARTIDO DE DEUS NO LÍBANO: histórico e atividades

Cmt. Int. Eliane Schroder de Moura
Abin

O grupo Hizballah¹, nome em árabe composto pelas palavras *Hizb* (partido) e Allah (Deus), foi criado em 1982/83 por militantes xiitas e membros da Guarda Revolucionária iraniana, no Vale do Bekaa, leste do Líbano. O objetivo, à época, era lutar contra a invasão israelense, sendo que sua condição de entidade política foi reconhecida somente em 1989. Além dos muçulmanos xiitas, este grupo abriga também drusos, sunitas e cristãos. A organização atua no sul do Líbano e em alguns subúrbios mais pobres de Beirute.

A instância suprema da organização é o Conselho Consultivo de Decisão, com onze membros, presidido por Hassan Nasrallah, secretário-geral, um radical carismático que esteve envolvido em várias operações terroristas. Esse conselho elabora a agenda político-militar no exterior, em cooperação com Teerã/Irã. O Conselho Consultivo possui, em última instância, o poder de decisão e julga todos os assuntos em razão de sua gravidade, em particular, as questões de segurança. O líder máximo da organização é o aiatolá iraniano Ali Khamenei.

No campo espiritual, a figura mais importante da organização é o xeque Mohamad Hussein Fadllalah, que desfruta de status especial, o de guia supremo. Ele ocupa o cargo mais elevado na hierarquia religiosa islâmica, o que lhe faculta grande influência sobre os ativistas do Hizballah.

Os membros combatentes do Hizballah recebem treinamento, apoio, ajuda financeira e material da Guarda Revolucionária

¹ Variações: Hezbollah, Hizbollah, Hizbolá ou Hizbullah.

iraniana. O grupo raramente reivindica para si atos terroristas específicos, mas sim para seus codinomes, tais como Jihad Islâmica, Jihad Islâmica para a Libertação da Palestina, Organização dos Oprimidos sobre a Terra, Organização da Justiça Revolucionária.

O Hizballah mantém relações externas, notadamente, com o Irã e a Síria, de quem recebe apoio político, militar, econômico e civil. Além das relações externas, mantém contatos com outros grupos radicais islâmicos fora do Líbano, como o Hamas, na Palestina.

O grupo foi muito atuante no início da década de 1980, tendo atingido seu ápice no período de 1984 a 1989. Em seguida, limitou suas ações e concentrou suas forças no combate aos israelenses no sul do Líbano.

O Hizballah mantém células em várias partes do mundo, com ampla infra-estrutura no Oriente Médio, na África Ocidental e na Europa. Devido à existência de expressiva colônia na América Latina, pode dispor de eventual apoio neste continente. Em razão das inúmeras ações terroristas desenvolvidas pelo Hizballah, no curto período de sua existência, além de outros eventos descobertos antes de sua execução, fica patente a capacidade de organização e mobilização de suas células.

Internamente, o Hizballah está empenhado em remover do Líbano a influência dos Estados Unidos da América (EUA) e da França, combater a atuação política dos cristãos e neutralizar definitivamente a interferência israelense nos assuntos internos libaneses. Outros objetivos são estabelecer um Estado islâmico no país e encontrar uma solução consensual para os problemas resultantes da pluralidade religiosa nacional.

A população libanesa de, aproximadamente, 4,5 milhões de habitantes é bastante fragmentada em termos religiosos, com 38% de cristãos (26% de católicos maronitas e 12% de ortodoxos) e 62% de muçulmanos (34% xiitas, 21% sunitas e 7% drusos). Esse

mosaico cria várias dificuldades à governabilidade do país e a sua própria estabilidade institucional.

Com a aquiescência do governo libanês, o Hizballah, desde seu surgimento, não apenas se consolidou no sul do país como também se fortaleceu com armas e munições vindas da Síria e do Irã. Pelo menos um terço da população libanesa é xiita e se identifica com o grupo, e parte dos dois terços restantes passou a apoiar a milícia após os ataques israelenses de 2006. As atividades do Hizballah concentram-se em três frentes: política, assistência social e resistência armada.

A participação do partido na política libanesa é ativa. No ano de 1992, em sua primeira disputa por vagas nas eleições libanesas, conquistou 12 das 128 cadeiras no Parlamento. Em 1996, foram dez assentos e em 2000, oito. Nas eleições gerais de 2005, das seis cadeiras que ainda possuía, o Partido de Deus passou a um total de 25 e, após uma aliança com o grupo xiita Amal, que conquistou dez outras cadeiras, o Hizballah passou a contar com 35 deputados no Parlamento Libanês.

O trabalho social realizado pela organização abrange não apenas os xiitas, mas também sunitas e cristãos libaneses. Essas atividades filantrópicas visam a obter o apoio da população muçulmana, com destaque para a administração de hospitais e escolas; financiamento de pensões às famílias de mártires² e atividades de reconstrução do Líbano após os ataques de Israel.

Não obstante a atuação política e social, o Hizballah continua sendo uma força de resistência à intrusão de tropas israelenses no sul do Líbano. Apesar da retirada de Israel dessa região, ocorrida em maio de 2000, Tel Aviv ainda mantém ocupada uma área de aproximadamente 25 km² denominada Fazendas de Shebaa. Confrontos nessa região entre as forças israelenses e militantes do Hizballah são freqüentes.

² Mártir é o muçulmano que entrega sua vida na luta pela disseminação do Islã, não importando a maneira como essa morte possa vir a ocorrer.

O último confronto ocorreu em julho de 2006, quando um comando do grupo libanês seqüestrou dois soldados israelenses, desencadeando uma operação de resgate e retaliação. A ofensiva israelense baseou-se no argumento de que o Líbano descumprira os dispositivos da Resolução nº 1.559 do Conselho de Segurança das Nações Unidas, que determina o desmantelamento e desarmamento do Hizballah e o estabelecimento do exército regular libanês na fronteira.

O governo israelense explicou que as ações militares não visavam ao governo ou à população libaneses, mas sim ao Hizballah, que estava infiltrado no sul do território do Líbano, de onde atacava seu país. Desde a retirada das tropas israelenses daquele local, o exército libanês nunca ocupou efetivamente a região, deixando um vácuo de poder que fora ocupado pelo Hizballah.

Desde agosto de 2006, um frágil cessar-fogo entre Israel e o Hizballah vem sendo mantido. A Organização das Nações Unidas (ONU) já iniciou o envio de força de paz, porém é improvável que esta se arrisque para desarmar a milícia xiita, embora seja esse o propósito da missão.

O Hizballah é considerado terrorista por Israel, pelos EUA, pelo Canadá, alguns países da Europa e pelo Parlamento Europeu. Numerosas ações violentas contra alvos estadunidenses e israelenses são atribuídas ao grupo, tais como os ataques contra a Embaixada dos EUA e o acampamento do Corpo de Fuzileiros Navais dos EUA em Beirute (outubro de 1983); o ataque ao anexo da embaixada americana em Beirute (setembro de 1984); os seqüestros de 17 estadunidenses e outros ocidentais (1984 a 1988) e do vôo 847 da TWA (1985); os atentados à Embaixada de Israel na Argentina (1992) e à Associação Mutual Israelita Argentina (1994).

Atualmente, após o confronto entre o Hizballah e Israel, este país se encontra em situação mais delicada que a anterior aos bombardeios de julho de 2006. Primeiramente, porque o grupo xiita libanês sobreviveu a essa guerra e, por isso, passou a ser considerado vitorioso, angariando mais adeptos e recursos para

suas ações, que podem retornar com mais força no futuro. Em segundo lugar, a existência de Israel, um país com seis milhões de habitantes, cercado por 350 milhões de muçulmanos, sempre dependeu da crença na invencibilidade de suas forças de defesa. Esse mito foi derrubado, pois o objetivo inicial de “eliminar o Hizballah” não foi atingido, podendo encorajar outros grupos e até exércitos de países muçulmanos a um futuro embate contra o país.

O governo libanês enfrenta, no momento, uma difícil escolha, pois, se não encontrar uma forma de desarmar o Hizballah, pode se tornar alvo de outras ações militares israelenses e de isolamento internacional. Se confrontar o Hizballah e tentar tirar suas armas, arrisca rachar o governo recém-formado e gerar nova guerra civil.

Devido à determinação das partes, mesmo que Israel retire seus soldados da pequena faixa de terra conhecida por Fazendas de Shebaa, área reclamada pelo Hizballah, este continuará provendo ajuda a grupos palestinos. Desta feita, mantém sua característica de movimento de resistência, arrastando este tipo de guerra por anos.

Referências:

BYERS, Ann. **Lebanon's Hezbollah**: inside the world's most infamous terrorist organizations. New York, NY: Rosen Publishing Group, 2002.

COUNCIL ON FOREIGN RELATIONS. **Hezbollah (a.k.a. Hizbollah, Hizbu'llah)**. New York, NY, Jul. 17, 2006. Disponível em: <www.cfr.org/publication/9155/>

GLOBAL SECURITY.ORG. Washington, DC. Disponível em: <www.globalsecurity.org/military/world/para/hizballah.htm>

ISLAMIC resistance: Lebanon. Disponível em: <<http://www.moqawama.org/english/index.php>>



Você sabia?

Que há um programa para divulgar a Abin?

O Programa Conhecendo a Abin tem como objetivo apresentar às gerações futuras o que é a Abin e como ela trabalha visando a conscientizar e a valorizar a atividade de Inteligência junto aos jovens e buscando despertar o interesse pela carreira de Inteligência. Os Programas “Escola Visita a Abin”, destinado às crianças e estudantes de ensino fundamental e médio, e “Universidade Encontra a Abin”, destinado aos estudantes do ensino superior, apresentam, anualmente, a centenas de jovens brasileiros, o papel do órgão responsável pela coordenação da atividade de Inteligência no Brasil. Contatos por meio de: acom@abin.gov.br

Que em 7 de dezembro de 2006, a Abin inaugurou, em Brasília, o Museu da Inteligência? Do acervo do Museu constam objetos e documentos relativos aos cinco períodos históricos da atividade de Inteligência no Brasil que, em 2007, está completando 80 anos de atuação. Além das peças em exposição, há banners, painéis e exposições áudio-visuais sobre a atividade de Inteligência.

Visitas guiadas ao Museu de Inteligência podem ser agendadas pelo telefone (61) 3445-8549 ou pelo e-mail museudainteligencia@abin.gov.br.

USO DA INTERNET POR GRUPOS EXTREMISTAS

Cmt. Int. Rômulo Baptista de Souza

Abin

A rede mundial de computadores possui características que podem torná-la espaço ideal para diversas atividades, inclusive suspeitas e ilícitas, tendo em vista a facilidade de acesso, a velocidade de transmissão de dados, a regulamentação legal deficiente, dentre outros pontos. Os usuários utilizam-se de salas de bate-papo, grupos de discussão, correio eletrônico, ambientes que possibilitam, além de outras facilidades, a comunicação no anonimato e a utilização de identidade falsa.

Nos últimos anos, vem-se observando incremento da utilização da internet por grupos extremistas, o que resulta num aumento do número de *websites* que possuem algum vínculo com essas organizações, os quais podem estar disponíveis no idioma do país de origem e no idioma de domínio da comunidade internacional, a língua inglesa.

Todavia, o conteúdo textual e visual do *site* para ambos os públicos não necessariamente é o mesmo. No idioma do país de origem, por exemplo, as imagens e o texto podem passar a idéia de alta capacidade operacional de um grupo extremista. No idioma dirigido à comunidade internacional, a organização pode enfatizar a necessidade de uma política de diálogo com autoridades do governo, rejeitando o uso da violência.

Essa estratégia de criação de *websites* direcionados a públicos específicos tem sido desenvolvida por integrantes de organizações como os Tigres de Libertação do Eelam Tâmil (LTTE), do Sri Lanka, que podem divulgar conteúdos em cingalês, por exemplo, transmitindo a informação com uma idéia de força, enquanto o *site* em língua inglesa pode divulgar a importância da negociação e da busca do diálogo para a solução política.

Por serem divulgados em idiomas de difícil compreensão para o mundo ocidental, as *homepages* tornam-se ambiente virtual perfeito para que grupos extremistas encontrem refúgio e propaguem seu ideário, superando, inclusive, os limites da censura.

A Al-Qaeda, por exemplo, não é mais uma organização fechada. Com o uso da internet, o grupo liderado pelo saudita Osama bin Laden passou a conectar-se virtualmente com outras organizações dedicadas à denominada jihad (“guerra santa”) global, garantindo êxito na divulgação de sua ideologia e na realização de recrutamento, sem a necessidade de seus militantes se exporem geograficamente e, assim, terem seus objetivos monitorados e frustrados por autoridades governamentais.

Da propaganda ao treinamento de militantes, a rede mundial de computadores possibilita àquela organização, por exemplo, desenvolver atividades e transmitir orientações e conhecimentos que eram exeqüíveis somente se os recrutados estivessem fisicamente em campos de treinamento terroristas.

Nesse sentido, há dois anos aproximadamente, a Al-Qaeda divulgou anúncios na internet visando a recrutar pessoas que possuíssem experiência em elaborar textos e realizar a cobertura, a produção e a edição de vídeos visando a mostrar os locais onde militantes de grupos extremistas estivessem atuando, a exemplo do Iraque e da Chechênia. A partir do interesse manifestado por esses potenciais “candidatos”, eles eram contatados por integrantes da organização via *e-mail*.

Até 1998, havia perto de uma dúzia de *sites* que divulgavam conteúdo de cunho extremista na internet. Todavia, após os atentados ocorridos em Nova York e Washington, nos Estados Unidos da América, em 11 de setembro de 2001, esse número aumentou significativamente. Organizações consideradas terroristas pelo governo estadunidense (aproximadamente 40) mantêm perto de 4 mil *sites* na *web*. Segundo o professor Gabriel Weimann, da Universidade de Haifa/Israel, autor do livro “Terror na Internet”, existem páginas destinadas a integrantes da Al-Qaeda, a potenciais simpatizantes, a inimigos da “causa” e à opinião pública em geral.

Orientações diversas são passadas a interessados, mediante divulgação de manuais para se produzir, por exemplo, agentes químicos e biológicos, explosivos e venenos, e se montar e desmontar, entre outros, o fuzil de assalto AK-47, utilizado por militantes de organizações radicais. Além disso, em alguns *sítes*, há, inclusive, histórico e missão do grupo e comércio de variados produtos (*bottons*, camisetas, canetas).

A internet tornou-se, pois, importante ferramenta tecnológica para grupos extremistas tendo em vista que o mundo virtual propicia um ambiente seguro para estes.

Entretanto, não se pode determinar, ainda, a capacidade real da rede de computadores para, entre outras ações, promover um processo de radicalização de indivíduos que participam dessa comunidade virtual e de interessados em perpetrar atos extremistas contra alvos em qualquer parte do mundo.

Referências:

ESTADOS UNIDOS. Department of Defense. **Terrorist group profiles**. Washington, DC: Government Printing Office, 1988.

SEMANA do terrorismo. In: **Discovery Channel**, 6 a 12 de março de 2006.



Você sabia?

Que as datas comemorativas da Abin são:

07 de dezembro de 1999 - Criação da Abin

Pela Lei 9.883/99, foi criada a Agência Brasileira de Inteligência, após vinte e cinco meses de estudos, como proposta, no âmbito do Executivo, seguidos de vinte e sete meses tramitando como Projeto de Lei, nas duas Casas do Congresso Nacional.

Neste ano, em 07 de dezembro, a ABIN completa oito anos de existência, com a responsabilidade pelo legado de oitenta anos de atividade de inteligência no Brasil.

29 de novembro: Dia do Veterano de Inteligência

O dia 29 de novembro é a data mais longeva que a crônica histórica situa registro do início formal da atividade de Inteligência de Estado no Brasil. Por isso, foi escolhida para homenagear todos aqueles que labutaram durante anos no anônimo, disciplinado e silencioso mister de servir ao Brasil na Agência Brasileira de Inteligência e demais órgãos do SISBIN.

06 de setembro: Dia do Profissional de Inteligência

O dia 06 de setembro foi escolhido para homenagear a todos os profissionais que, anônima e silenciosamente, trabalham em benefício da segurança da sociedade e do Estado brasileiro e dos interesses nacionais na Agência Brasileira de Inteligência e em todos os órgãos do Sistema Brasileiro de Inteligência.

A escolha da data é uma referência ao dia da criação do Serviço Federal de Informações e Contra-Inteligências (SFICI), em 06 de setembro de 1946, pelo então Presidente Eurico Gaspar Dutra. O SFICI é um dos órgãos antecessores da ABIN.

 **Resumo**

TENET, George J. **At the center of the storm: my years at the CIA**. New York: Harper Collins, 2007. 576p.

pelo **Cmt. Int. Romulo Rodrigues Dantas**

Abin

Segundo o livro *At the center of the storm: my years at the CIA*, de George J. Tenet – diretor da Agência Central de Inteligência (CIA) entre julho de 1997 e junho de 2004 –, autoridades da Casa Branca e do Pentágono, particularmente o vice-presidente Dick Cheney, estavam determinados a atacar o Iraque desde o início da administração Bush, antes das ações terroristas de 11 de setembro de 2001, e, para justificar a ação, distorceram a inteligência disponível.

Ainda que Tenet não questione a ameaça potencial que Saddam Hussein representava ou a sinceridade da crença do governo nos fatos, ele se recorda dos esforços de auxiliares de Cheney e do então secretário de Defesa, Donald H. Rumsfeld, para disseminar inverdades sobre Hussein para a opinião pública e assim justificar a guerra. Tenet também descreve o temor despertado na Comunidade de Inteligência dos Estados Unidos da América (EUA) quanto à intenção da administração Bush de “descaracterizar inteligência complexa”.

Tenet afirma desconhecer que tenha havido “qualquer debate sério em relação à iminência da ameaça iraquiana. O debate que houve foi sobre a necessidade de agir antes que Saddam agisse”.

Em apresentações sobre ameaças aos EUA para integrantes da administração Bush em formação, no final de 2000, Tenet escreve que funcionários da CIA sequer fizeram menção ao Iraque.

Mas Cheney teria solicitado informações sobre esse país ao então secretário de Defesa do governo Clinton, William S. Cohen.

Em agosto de 2002, Cheney proferiu um discurso “cujo conteúdo foi muito além do que as avaliações da CIA podiam suportar”, diz Tenet. Entre outras coisas, Cheney afirmava que Saddam Hussein teria reiniciado seu programa nuclear “e brevemente teria armas nucleares, talvez dentro de um ano”. Pego de surpresa por essas declarações – ainda não confirmadas pela CIA –, Tenet afirma no livro ter pensado em confrontar Cheney, mas não o fez. “Teria esse fato alterado a futura abordagem desse tema?”, Tenet questionou-se à época. Ele acredita que não, “mas não deveria ter permitido que seu silêncio pudesse ser tido como concordância implícita”. Para Tenet, “formuladores de políticas têm o direito de ter suas próprias opiniões, mas não seu próprio conjunto de fatos”.

Novos detalhes sobre as origens da atual ameaça terrorista – e a maneira como as administrações Clinton e Bush lidaram com ela – somam-se à crescente quantidade de informações sobre o final da década de 90 e os primeiros anos do novo século. Para o futuro, Tenet descreve que seu maior temor é o de “natureza nuclear”, e está convencido de que é esse “o caminho que Osama bin Laden e seus seguidores desesperadamente desejam tomar, pois sabem que bombas em veículos, aeronaves e barcos lhes proporcionam manchetes em jornais; mas é o cogumelo nuclear que os faria entrar para a história”. Tenet afirma que “a al-Qaeda está aqui nos EUA, aguardando”, apesar dos esforços para combatê-la.

O livro rompe o silêncio público de Tenet, auto-imposto desde que ele deixou o poder, especialmente pelo fato de que considerou tentativas da Casa Branca em transformá-lo em “bode expiatório”.

Tenet diz que, em maio de 2003, Bush conversou sobre ele, Tenet, deixar o governo. Mas esse fato só se concretizou nove meses depois, com a publicação do livro *Plan of Attack*, escrito em 2004 por Bob Woodward, editor assistente do The Washington

Post, sobre os preparativos para a guerra. No livro, Woodward cita que Bush lhe dissera que a expressão *slum dunk*¹ – utilizada por Tenet, em 2002, para assegurar que a inteligência disponível justificaria a invasão do Iraque – “fora muito importante” para a sua tomada de decisão.

Tenet admite ter utilizado a expressão, mas ela foi retirada de contexto mais amplo e subseqüentemente utilizada pela administração para culpá-lo por produzir inteligência deficiente. Tenet escreve que não seria sensato exonerar-se por algo que apareceu num livro, “mas já não vislumbrava maneira de poder ou continuar no governo, e Bush não fez nada para que ele permanecesse”.

Tenet culpa-se, entre outras coisas, pela Estimativa Nacional de Inteligência de outubro de 2002, a qual teria sido compilada sem muito critério. A estimativa – assinada na véspera da sessão do Legislativo convocada para autorizar a guerra – concluiu que o Iraque possuía armas químicas e biológicas. Tenet diz reconhecer que o documento foi produzido “sem muito cuidado em pontos-chave e, muitas vezes, embasou-se em fontes únicas, as quais posteriormente evidenciaram estar erradas”. Um problema constante, escreve Tenet, “é a tendência de analistas de inteligência assumirem como suas idéias de outras pessoas”.

Tenet recorda que um dos momentos da sua gestão em que se sentiu “mais por baixo” foi durante audiência pública em maio de 2004, quando um congressista disse-lhe: “Todos dependíamos de você, e você nos deixou na mão.”

Os relatos de Tenet sobre seus sete anos dirigindo a CIA incluem explicações, acusações, defesas e apologia ocasional. Quando se tornou diretor em exercício da CIA, em dezembro de 1996, Tenet diz ter-se deparado com “uma agência em frangalhos”, com orçamento deficiente e métodos anacrônicos e “morbundos” de recrutamento de funcionários, cujo moral “estava no

¹ Jogada de basquetebol na qual o jogador lança-se para o alto e intercepta a trajetória da bola, “enterrando-a na cesta”, usualmente pendurando-se no aro. No contexto, significa algo certo.

porão”. Os setores de análise e operações estavam deteriorados e não havia plano de ação gerencial de longo prazo coerente, integrado e mensurável, e para reverter essa situação ele focou sua energia, desde o primeiro dia.

Muito do conteúdo da primeira metade do livro descreve o que Tenet considera seus esforços e de auxiliares para fazer frente à crescente ameaça da al-Qaeda e para convencer a Casa Branca a adotar ação mais agressiva. Rejeitando críticas posteriores sobre alegada “letargia” da CIA, Tenet diz que após 11 de setembro de 2001 alguns funcionários da alta gerência do governo afirmaram “ter-se surpreendido com a extensão e natureza dos ataques. Talvez tenham ficado surpresos, mas não deveriam ter ficado, pois nós os vínhamos alertando sobre essa ameaça em todas as oportunidades”.

Um dos capítulos do livro é denominado “Oportunidades Perdidas”. Mas ele próprio não perdeu a oportunidade de “ajustar o placar” com Cheney, Rumsfeld e seus assessores de mais alto nível, com o assessor de Segurança Nacional do primeiro governo Bush, e com a secretária de Estado, Condoleezza Rice – que ele define como “figura distante que conhece bem o pensamento do presidente, mas que tende a não se envolver em confrontos políticos”.

Tenet escreve que, na gestão de Rice, o Conselho de Segurança Nacional falhou por não ter explorado opções e alcançado consenso, e que Rumsfeld recusava-se a reconhecer a deterioração do quadro no Iraque e, também, em várias ocasiões, atrapalhou o trabalho da CIA, por tratar informação secreta de maneira irresponsável.

De maneira contrastante, o tratamento de Tenet a Bush – que o condecorara com a Medalha da Liberdade, seis meses após ter deixado o governo – é relativamente gentil, “mas jamais esquecerá que, a despeito da inexistência de inteligência conclusiva contra o Iraque, o presidente, Cheney, Rumsfeld e Rice já haviam decidido pela suposta legitimidade e oportunidade de invadir o

país, e os preparativos da Casa Branca para a guerra estavam adiantados, com planos militares e de logística praticamente prontos”. Tenet escreve a descrição do quadro iraquiano pela alta gerência do governo como “a coisa mais desprezível que já aconteceu comigo, pois não se lança uma pessoa ao mar só por vontade. Isso é honrável? Isso não é honra para mim”. Tenet admite que ele e outros algumas vezes falharam ao não prover Bush da informação que ele precisava. “O presidente não estava bem servido de informações”, escreve.

Tenet escreve defensivamente em relação ao controverso programa de interceptação nos EUA de comunicação telefônica, em situações envolvendo suspeitos de terrorismo. “O programa foi idéia de Cheney, e ele informou, doze vezes, os líderes dos comitês de Inteligência do Senado e da Câmara dos Deputados, antes de o programa ter-se tornado público, no final de 2005.”

O livro reitera a declaração do ano passado feita por Bush de que os métodos da CIA para interrogar prisioneiros da al-Qaeda “ajudaram a inibir outras ações terroristas já planejadas nos EUA, no Reino Unido, no Oriente Médio e no sul e centro da Ásia”. Tenet admite que a CIA utilizou técnicas “as mais agressivas” – as quais ele não detalhou –, contra “um punhado dos piores terroristas do planeta”. Tais interrogatórios eram “cuidadosamente acompanhados todo o tempo, para assegurar a segurança do prisioneiro”.

Tenet considerou “papo furado” declaração feita no livro *The One Percent Doctrine*¹, escrito em 2006 pelo jornalista Ron Suskind, que afirmou que a CIA superestimou o valor da inteligência obtida do militante da al-Qaeda, Abu Zubaida, o qual Suskind considerou “mentalmente instável”. Tenet esclarece que Zubaida era figura central para muitas das operações da al-Qaeda e “compartilhou” informações valiosas com seus interrogadores.

² Nesse livro, o substituto de Tenet, John E. McLaughlin – que também participou da conversa entre Bush e Tenet – afirma não recordar ter Tenet utilizado a expressão. Tenet inicialmente negou ter utilizado a expressão, mas em 2005, em palestra na Universidade de Kutztown, no estado da Pennsylvania, disse estar arrependido por tê-la utilizado para descrever o caso contra o Iraque, considerando-a “as duas palavras mais estúpidas” que jamais dissera.

Ao ser preso, Khalid Sheik Mohammed, mentor dos atentados de 11 de setembro de 2001, disse que só falaria após encontrar-se com um advogado nos EUA. Tenet escreve que se o governo tivesse atuado de forma diferente e consentido o encontro, a CIA não teria obtido “nenhuma informação que ele possuía sobre ameaças iminentes contra o povo dos EUA”.

Para Tenet, a resposta da al-Qaeda ao foco da atenção da Inteligência dos EUA – homens jovens e árabes como riscos primários – “tem sido o recrutamento de *jihadistas* com perfis diferentes”. Ele está convencido de que “o próximo grande ataque contra os EUA poderá perfeitamente ser realizado por pessoas com feições asiáticas ou africanas, e não aquelas para as quais muitos estão alerta”.

No livro, Tenet destaca a proatividade da CIA em relação à al-Qaeda e bin Laden, mas considerou deficiente a reação da burocracia da Comunidade de Inteligência em relação aos documentos e alertas produzidos.

Por fim, o livro de Tenet disponibiliza ao público sua versão de fatos relativos aos atentados de setembro de 2001 e à invasão do Iraque. O certo é que o centro da tempestade muitas vezes concentra silêncio ensurdecedor.

* * *
EM DEFESA DO BRASIL

A BATALHA DE ARGEL¹

Robert J. Kee

Três mortos. Vinte feridos. Edifício demolido. Assim reza o relatório datado de 30 de setembro de 1956 sobre o primeiro ataque terrorista da Frente de Libertação Nacional (FLN), na cidade de Argel, na então Argélia francesa. A cena ocorreu no Café Métropole, um lugar de encontro de argelinos, tanto de origem europeia, quanto árabe. Despercebidamente, um terrorista da FLN havia entrado, feito seu pedido e partido, deixando um pacote de aparência inocente. Com uma explosão terrível, a guerra havia chegado.

Com início em setembro de 1956, a FLN, através do terror, paralisou progressivamente a cidade. Por volta de janeiro de 1957, o controle havia sido virtualmente arrancado das mãos da administração civil francesa. Reconhecendo o fato de que as autoridades locais não podiam conter a FLN, o governo em Paris deu a seguinte missão ao Exército francês: “Restaurar a ordem em Argel e destruir a organização terrorista da FLN”.

Este artigo avalia a eficiência dos métodos empregados pelo Exército francês no cumprimento dessas missões².

Estabelecendo a cena

Em 1 de novembro de 1954, quatro meses após o cessar-fogo na Indochina, os primeiros tiros da insurreição argelina ressoaram nas Montanhas Aures, cerca de 160 km ao sul da cidade de

¹Artigo publicado na Revista Coletânea L. Brasília: EsNI, ano I, n. 4, jan. 1977. p. 79-101. Tradução revista e atualizada.

² Ver também o filme “A Batalha de Argel”, de 1965, de Gillo Pontecorvo.

Constantina. Em questão de horas, a FLN atacou mais de 70 vezes — lançamento de bombas, incêndios, emboscadas e incursões contra postos policiais. Começou assim a insurreição que a maioria dos especialistas considera como sendo um modelo clássico da guerra revolucionária. Não está dentro dos parâmetros deste artigo discutir todos os aspectos da guerra franco-argelina de oito anos. O período compreendido entre novembro de 1954 a agosto de 1956 é resumido pelos seguintes acontecimentos: sucesso inicial para a FLN; reação lenta dos franceses; disputas internas e reorganização por parte dos rebeldes; reforço do Exército Francês; e, finalmente, por volta de agosto de 1956, uma situação de impasse em todo o país.

Tentando encontrar um meio de romper esse impasse, em 30 de agosto de 1956, a liderança da FLN reuniu-se no Vale de Soumman, relativamente seguro, localizado cerca de 160 km a oeste de Argel. Esta reunião reorganizou e expandiu a liderança revolucionária, formalmente designou o exército rebelde como Exército de Libertação Nacional (ELN) e criou uma estrutura de comando e estado-maior. Como um passo na direção de uma rápida vitória, a liderança da FLN adotou como linha de ação uma campanha terrorista dentro da cidade de Argel. Para atingir o objetivo de rapidamente dominar Argel, a Conferência de Soumman estabeleceu uma organização terrorista independente para a cidade. O nome que lhe foi dado — Zona Autônoma de Argel (ZAA) — é geralmente considerado como um exemplo clássico para a estruturação de um movimento de insurreição urbana. Como esta seria a organização que o Exército francês teria que destruir, para cumprir com êxito a sua missão de restaurar a ordem na cidade, merece um exame mais minucioso.

A ZAA era dirigida por um conselho de quatro membros: o líder político-militar; o auxiliar; o assistente militar; e o assistente de ligação externa e imprensa. Teoricamente iguais, o líder político-militar era, na realidade, o membro predominante. A cidade foi dividida em três regiões e estas subdivididas em 10 seções. Finalmente, estas 10 seções foram repartidas em 34 distritos. Cada

distrito tinha sua própria organização política, cuja finalidade era a coleta de impostos, suprimentos, Inteligência e a doutrinação da população.

A estrutura baseava-se na meia célula de três homens, na célula, no meio grupo, no grupo, e no sub-distrito. Normalmente, com 127 homens, todos ficavam sob o controle do líder de distrito.

A organização militar do distrito, cuja finalidade era a proteção da FLN e a realização de missões terroristas, consistia de 35 homens. O comandante do distrito e seu subcomandante chefiavam três grupos armados, cada um com um líder e três células de três homens cada.

Um elemento importante e final da organização da ZAA era a sua rede de lançamento de bombas, diretamente subordinada ao Conselho Zonal. Conservada afastada de outros elementos da organização, a rede compunha-se de diversos ramos bastante compartimentados. Cada um desses ramos ligava-se apenas com o chefe da rede através de um sistema de caixas postais.

Desta forma, por volta de janeiro de 1957, a organização terrorista em Argel compreendia aproximadamente 1.200 homens armados (ELN) e 4.500 pessoas pertencentes à FLN. Opondo-se a essa força formidável havia somente 1.000 policiais municipais apenas equipados para combater criminosos comuns em tempo de paz. Surpreendida por um adversário, que desconhecia totalmente, a polícia não pôde resolver a situação. À proporção que pioravam as condições em Argel, o governo francês foi forçado a uma decisão difícil: deveria o terror ser combatido por meios comuns ou pelo contra-terror? A intervenção, em último caso, pelo Exército Francês, era indesejável, mas inevitável.

O papel do terror

A *conditio sine qua non* para o sucesso na guerra revolucionária é que, para obtê-lo deve-se conquistar os corações e mentalidades do povo. Um corolário disso poderia ser se você deseja

impor a sua vontade a outro: faça com que ele tema por sua própria vida. Essa era a filosofia por trás da campanha de terror urbano desenvolvida pela ZAA. Na rua, no trabalho, em casa, o cidadão de Argel vivia continuamente sob a ameaça de morte violenta. Frente a esse perigo permanente, ele tinha o sentimento deprimente de ser um alvo isolado e indefeso. O fato de que as autoridades não mais podiam garantir a sua segurança, aumentava o seu desânimo. Perdendo a confiança no Estado, era mais e mais levado para o lado dos terroristas — os únicos que pareciam poder garantir a sua segurança.

Os objetivos declarados da ZAA em sua campanha de terror eram:

Primeiro: Forçar os muçulmanos francófilos e aqueles que serviam com funcionários governamentais a se voltarem contra os franceses. Isto foi conseguido através de numerosos casos de mutilação e assassinato. Por volta de janeiro de 1957, a oposição à FLN foi eficientemente silenciada e a administração francesa perdeu o apoio de grande parte da população muçulmana. Como benefício complementar, o prestígio da FLN aumentou, porque um terrorismo dessa natureza oferecia provas tangíveis da sua eficiência.

Segundo: Criar uma atmosfera de ansiedade e desconfiança entre *colons* (argelinos de origem européia) e muçulmanos. Isto foi conseguido pelo bombardeio e fuzilamento indiscriminado de *colons*. As duras contramedidas da polícia francesa — antagonizaram ainda mais a população muçulmana e aprofundaram a brecha entre as duas comunidades.

Talvez o terrorismo possa ser definido como a utilização sistemática da intimidação para finalidades políticas. Esta definição parecia ajustar-se a situação argelina. Embora não declarado, pode-se supor que um objetivo posterior da campanha era persuadir o governo francês de que havia se tornado demasiado dispendioso manter a Argélia. Além disso, uma campanha terrorista atrairia a atenção mundial e possivelmente obteria um apoio externo adicio-

nal para a causa rebelde. Certamente, provocaria discórdia no debate político francês.

A eficiência geral da campanha de terror em Argel é bem conhecida. No início, entre setembro e dezembro de 1956, houve uma média de 100 incidentes por mês. Quando se considera que cada ataque teve o efeito de aterrorizar não apenas as vítimas, mas também as milhares de pessoas que liam a respeito dos incidentes nos jornais, pode-se verificar a eficácia do terror urbano. A eficiência da rede de terror da ZAA pode ser estimada pelo fato de que, durante os primeiros quatro meses de campanha, nenhum terrorista foi preso pela polícia francesa. Este fato não passou despercebido à população muçulmana da cidade.

Assim, por volta de janeiro de 1957, Argel estava quase caindo nas mãos da FLN. Em virtude da incapacidade da polícia municipal de conter a maré da FLN sobre a cidade, a missão de restaurar o controle da França sobre Argel foi dada ao Exército. Este compreendeu que, se o objetivo da guerra revolucionária é o controle da população, o primeiro objetivo deve ser garantir a segurança dessa população contra atos terroristas. A ZAA, por sua vez, sabia que o terrorismo é a única ação que o revolucionário urbano nunca pode abandonar. O palco estava assim armado para o que a História passou a chamar de “A Batalha de Argel”.

A greve

Com o terrorismo em Argel tendo atingido graus sem precedentes, a FLN decidiu testar o seu domínio sobre o povo. Uma greve geral foi anunciada para 28 de janeiro de 1957. A população foi informada de que a greve duraria oito dias, que durante a greve todos os muçulmanos deveriam permanecer em casa, que todas as lojas deveriam permanecer fechadas e que todas as infrações seriam punidas, inclusive com a morte. Além de demonstrar o controle da FLN sobre o povo de Argel, a greve deveria chamar a atenção da Assembléia-Geral das Nações Unidas quanto ao pro-

blema argelino. Contudo, uma nova cartada seria jogada pelos franceses.

Em 8 de janeiro de 1957, a 10ª Divisão Pára-Quedista, tropa de elite, sob o comando do General-de-Brigada Jacques Massu, recebeu a missão de restaurar a ordem em Argel. Três dos quatro grupamentos de combate da Divisão imediatamente se deslocaram para a cidade. O quarto permaneceu em reserva fora dos limites urbanos. Não estando bem preparada para esse tipo de operação, a divisão experimentou um período inicial de hesitação em relação a que métodos deveria empregar no cumprimento de sua missão. Entretanto, não podendo deixar a iniciativa nas mãos do inimigo, Massu decidiu que a propalada greve geral seria esmagada. Em 14 de janeiro de 1957, declarou:

“No caso de uma greve, todas as lojas permanecerão abertas. Se necessário, serão abertas a força e, nesse caso, a segurança da mercadoria não pode ser garantida”.

Em 18 de janeiro, afirmou: “Argel será cercada, compartimentada, rigorosamente controlada, isto é, protegida e desinfetada”. Estava claro que uma nova liderança chegara a Argel.

Entretanto, recuar em face deste novo comandante resultaria numa perda de prestígio inaceitável para a ZAA e, em 28 de janeiro, uma greve geral na cidade de Argel foi declarada. No primeiro dia, a greve experimentou um certo sucesso. No segundo, a eficiência da greve foi acentuadamente reduzida. No terceiro dia, houve apenas uma participação mínima. No quarto dia, de acordo com as palavras de Massu, a greve havia sido esmagada. E o que é mais importante, a organização da ZAA havia começado a se desintegrar e, em pouco mais de duas semanas, seria tornada impotente. Por volta de 14 de fevereiro, 23 pistoleiros, 51 chefes de células terroristas e 174 coletores de impostos da FLN haviam sido presos. De forma significativa, a liderança da ZAA havia sido forçada a fugir para a Tunísia. No final de março, o controle total de Argel estava novamente nas mãos dos franceses. Nas palavras de um dos líderes da FLN: “A organização que tão penosamente

conseguimos construir foi destruída”. Como esta notável reviravolta ocorreu?

Métodos do tigre

Dois dias após assumir a responsabilidade por Argel, Massu recebera autoridade policial total. Assim armadas, as tropas da 10ª Divisão Pára-quedista começaram a intimidar, interrogar, estabelecer processos de controle estrito da população, instalar seus próprios agentes entre a população, e planejar diversas técnicas novas de guerra anti-revolucionária urbana. Consideremos mais pormenorizadamente estes métodos:

- **Interrogatório** - O rompimento inicial da infra-estrutura da ZAA ocorreu quase por acaso. Após diversos dias de um patrulhamento essencialmente ineficaz pelos pára-quedistas, uma sentinela foi morta a tiro, quando de guarda no posto de comando de um dos grupamentos de combate da 1ª Divisão. Furioso, o Coronel Bigeard tomou medidas drásticas. Uma faixa do Casbah, o território muçulmano encravado em Argel, foi isolada. Literalmente, os primeiros 100 homens que as tropas do Coronel Bigeard encontraram foram trazidos ao PC do grupamento e interrogados. Como se poderia esperar, esses homens não deram muitas respostas. Entretanto, dez dos mais prováveis foram selecionados e interrogados com mais rigor. (A questão da tortura será discutida posteriormente). Destes dez, dois cederam e informaram sobre uma célula da FLN. Iniciava-se o fim da ZAA.

O Coronel Bigeard começou a organizar todo o seu grupamento de acordo com a estrutura de um órgão de Segurança Interna. Centros de interrogatório foram estabelecidos em cada uma das seis companhias. O comandante de companhia era o interrogador-chefe, com o concurso de seu subcomandante e sargentos auxiliares dos pelotões. Grupos de combate ficavam de prontidão para explorar imediatamente qualquer informação obtida pela unidade de interrogatório. No PC do grupamento, o S2

coordenava as atividades das seis companhias. Notando a eficiência da unidade de Bigeard, Massu ordenou que todos os grupamentos adotassem esse sistema. Embora operando durante 24 horas diárias, deve-se observar que a maioria das prisões ocorreu durante a noite. Isto reduzia a possibilidade de qualquer aviso que atingisse o membro da ZAA exposto, e também diminuía a probabilidade de qualquer reação adversa por parte dos muçulmanos não envolvidos.

• **Intimidação** - Como mencionado acima, Massu havia declarado que a segurança de quaisquer lojas que participassem da greve geral não poderia ser garantida. De acordo com as suas palavras, diversas lojas que ficaram fechadas em 28 de janeiro foram arrombadas pelas tropas francesas e realmente saqueadas. Este terrível uso da força mostrou claramente aos proprietários que, independentemente de suas tendências políticas, corriam um grande risco financeiro cooperando com a ZAA. Não é surpreendente que o número de lojas fechadas em 29 de janeiro fosse significativamente menor do que em dias anteriores.

Além disso, Massu suspendeu todos os direitos legais de qualquer um que fosse preso, e o menor sinal de resistência ao soldado francês era base suficiente para prisão. Uma vez preso, o muçulmano sabia que, após um interrogatório completo, estava sujeito à detenção indefinida em um dos diversos Campos de Re-educação recentemente criados. O impacto destas novas regras do jogo não deixou de influenciar mesmo os não solidamente vinculados à ZAA.

• **Controle da População** - Embora o fato de que o QG da ZAA estivesse localizado na Casbah fosse de conhecimento geral, os franceses haviam obtido pouco êxito em penetrar nesta parte mais antiga da cidade. Com uma população de mais de 80.000 habitantes, a Casbah, um labirinto de ruelas estreitas e casas interligadas, havia demonstrado ser virtualmente impenetrável a operações policiais normais. Com as primeiras rupturas da organização da ZAA, entretanto, Massu deslocou-se a fim de isolar essa parte da cidade.

O seu primeiro passo foi cercar a Casbah com tropas e permitir a entrada e a saída apenas em pontos específicos. Permanecer em longas filas de modo a ter os seus cartões de identidade verificados, logo se tornou uma forma de vida para os habitantes do Casbah. Uma vez que este sistema começou a funcionar, Massu pôde empregar eficientemente os informantes muçulmanos que estavam começando a aparecer. Guardados por tropas francesas, os informantes permaneciam nos pontos de controle de entrada ou de saída. Quando um homem que era conhecido pelo informante como pertencendo à ZAA passava pelo ponto de controle, era indicado e preso. Para evitar represália, o informante ficava normalmente coberto por uma manta de modo que a sua identidade permanecesse secreta. Além de serem irritantes para a maioria dos muçulmanos, as longas filas de entrada e saída mostraram ser fatais para muitos membros da ZAA.

Junto com o isolamento da Casbah, houve um censo e a expedição de novos cartões de identidade. Foram distribuídos livretos a cada família de modo a facilitar o controle de casa a casa, e o chefe da família era responsável pela comunicação das mudanças posteriores. Este procedimento foi uma importante fonte de Inteligência, porque o censo indicava o parentesco mútuo. Como na maioria das outras insurreições, a adesão à causa rebelde muitas vezes era de acordo com a linha de parentesco. Como era de esperar, os membros da ZAA tentavam falsificar os dados que forneciam ao encarregado do censo. Para impedir esta prática, Massu exigia que todos os homens sujeitos ao censo fossem abonados por dois fiadores que não pertencessem à sua família. Estes fiadores eram responsáveis, sob penalidades severas, pela veracidade de suas declarações. Uma outra medida adotada foi a de considerar como delito grave o fato de um indivíduo não possuir um cartão de identidade válido. Uma importante vantagem obtida com esta providência foi a de dar a todos os muçulmanos um alibi no caso de serem pressionados pela ZAA por terem participado do censo francês.

Uma vez realizado o censo, Massu pôde instituir o seu Sistema *Ilot*. Sob este sistema, uma pessoa em cada família era responsável por saber a localização de todos os seus membros. O chefe de cada família era responsável perante um chefe de pavimento (em um edifício de apartamento), que, por sua vez, era responsável perante o chefe do edifício. A cadeia se estendia através de uma série de líderes de quarteirão, de distrito e assim por diante. Empregando esta técnica, os militares franceses podiam determinar, em minutos, o paradeiro de qualquer um dos 80.000 habitantes da Casbah.

• **Agentes** - Embora os métodos mencionados acima fossem bem eficientes para a obtenção de informes sobre a ZAA, Massu desejava um sistema mais ativo. Tomou, portanto, prontamente medidas para estabelecer uma rede de informantes clandestinos. Com o rápido aumento da eficiência das forças francesas em proteger a população, os informantes começaram a aparecer em número cada vez maior. Pelo final de fevereiro de 1957, um grande número de muçulmanos trabalhava ativamente como agentes para o Exército francês. Essa rede funcionava como se segue. O Agente A, no edifício de apartamentos, relatava os fatos de interesse ao Agente C. O Agente B também vivia no edifício, mas ligava-se com o Agente D. Os Agentes A e B não sabiam, mutuamente, que o outro era membro da rede de informantes de Massu. O mesmo acontecia com os Agentes C e D que se ligavam ao agente E. Assim, o sistema progredia subindo a hierarquia da rede. Este *modus operandi* foi eficiente em descobrir qualquer possível agente falso, porque Massu tinha dois agentes independentes em cada nível. Qualquer traição, em geral, era rapidamente detectada e, inversamente, muito poucos agentes, identificados pela ZAA. Esta rede constituía uma arma muito potente no arsenal anti-insurreição de Massu.

• **Quadriculação**. Com os seus métodos de controle da população funcionando bem e com sua rede de informantes começando a atuar, Massu decidiu que estava na hora de partir para a ofensiva. A tática empregada foi a da Quadriculação. Basicamente,

esta técnica consistia em destacar unidades de combate para cada nível de administração civil, (por exemplo, um distrito poderia ter um pelotão, uma região teria uma companhia e assim por diante). A missão dessas unidades era dar segurança para permitir o funcionamento normal da administração civil. Embora fosse dada ênfase a segurança, as tropas de quadriculação conduziam também operações de guerra psicológica. A quadriculação tentava colocar as tropas francesas até o último homem em contato direto com os muçulmanos, transformando cada um em uma espécie de embaixador junto a população muçulmana. As unidades remodelaram escolas, criaram clínicas e patrocinaram orfanatos. Foram organizadas equipes especiais para propiciar trabalho e alojamento aos milhares de refugiados que se aglomeravam em favelas. Essas equipes procuravam também reforçar os serviços sociais e mobilizar a população para servir a causa francesa. Chamadas de Seções Administrativas Urbanas (SAU), essas unidades serviam como intermediárias entre as unidades de combate e a população muçulmana. Assim, constituíam parte muito importante do Sistema de Quadriculação.

Entretanto, a missão principal das tropas de quadriculação continuava sendo a segurança do distrito. Era cumprida através de patrulhamento constante, da guarda de locais de negócio e edifícios essenciais, e do emprego de uma tática conhecida como operação de esquadrinhamento: durante a noite, uma casa, edifício de apartamentos, ou um quarteirão inteiro era cercado e uma busca completa era realizada. A operação poderia ter sido provocada por informes ou o alvo escolhido ao acaso. De qualquer forma, quem parecesse suspeito era preso e levado ao PC da companhia para interrogatório. Esta técnica muitas vezes prejudicava os objetivos do programa de ação cívica, mas eram feitos todos os esforços para que as pessoas compreendessem que estas medidas severas não tinham outra finalidade senão a rápida destruição do inimigo, melhorando assim a situação de segurança do distrito.

O Sistema de Quadriculação teve um efeito tremendo sobre a organização da ZAA. Embora exigisse um grande efetivo, conte-

ve com eficiência a expansão da ZAA e propiciou um alto grau de segurança a todos os cidadãos de Argel.

• **Tortura** - As operações realizadas contra uma organização de terrorismo urbano são muitas vezes baseadas em Informações oportunas. Em Argel, onde o tempo era em geral crítico, os métodos de interrogatório, que se baseavam em recompensas, patriotismo, suborno e mesmo ameaças como incentivo, mostraram ser demasiado lentos. A solução desse problema foi, em muitos casos, submeter o suspeito à tortura. O fato de que a tortura foi usada em caráter geral, e não excepcional, durante a “Batalha de Argel” foi repetidamente declarado por oficiais que tomaram parte nas ações. A própria Comissão Governamental de Salvaguarda dos Direitos e Liberdade Individuais, estudando posteriormente a situação em Argel, declarou que havia encontrado provas inofismáveis de desrespeito francês às Leis da Guerra. Mas, como aplicar exatamente as Leis da Guerra a uma insurreição urbana? O próprio Massu declarou: “A tortura deve ser condenada, mas gostaríamos de ter uma resposta precise quanto a em que ponto a tortura realmente começa”. Esta dúvida pode ser melhor ilustrada pela descrição de um incidente ocorrido em fevereiro de 1957. Foi preso um terrorista que portava uma bomba. Os franceses tinham certeza que ele possuía Informações a respeito de diversos outros terroristas que estavam prontos para lançar suas bombas. O que deveriam os franceses ter feito? Dar ao terrorista alguns momentos desagradáveis ou por 300 vidas inocentes em perigo? Quando nos lembramos de que muitas famílias de oficiais franceses viviam em Argel, a dificuldade do dilema se torna evidente.

Entretanto, se é possível abusar do emprego da tortura, deve-se dizer que as tropas de Massu o fizeram. O tratamento brutal de prisioneiros, recém-capturados ou não, era muitas vezes motivado por outras considerações que não a obtenção de Informações. Os argelinos eram torturados em represália a ações da FLN como um meio de aterrorizar os rebeldes e influenciar a população.

A questão é, portanto: “Pode um exército que diz defender a sociedade ocidental e a ética humanística empregar métodos que comprometem os valores que procura manter? Pode institucionalizar a atrocidade?” A experiência de Massu em Argel indicaria que a resposta é não. Embora mostrando ser eficiente num sentido tático, o emprego permitido de tais métodos resultou em uma perturbação séria para o Exército. É de se imaginar o impacto que a política de tortura autorizada teve sobre a eficiência das equipes de guerra psicológica. Imagine-se o efeito sobre o jovem oficial recém-egresso de St. Cyr, que recebe ordem de executar sumariamente um prisioneiro e depois é instruído para declarar no relatório oficial que o prisioneiro foi morto ao tentar evadir-se. Considere-se o sentimento de degradação das tropas que administravam pancadas, torturas de água e fogo, choques elétricos, e descobriam então que o suspeito era inocente. Essas coisas ocorreram em Argel, e a consciência pesada e sentimentos de culpa resultantes, a perda de respeito por superiores e a profunda divisão de opiniões sobre a tortura, tiveram influência poderosa no estado de disciplina e moral de todo o exército. O emprego da tortura pode ter sido taticamente lógico, mas para muitos muçulmanos, a adoção de brutalidade física e psicológica sistemática pelos franceses era uma admissão de derrota em última análise.

Julgamento

Os métodos empregados por Massu foram eficientes? Se o critério de eficiência é o cumprimento da missão (como é normal em operações militares), então o veredicto é um sim retumbante. Ao final de fevereiro de 1957, a pressão sobre a ZAA era tão grande que todos os membros do Conselho Zonal, junto com muitos líderes menos importantes, haviam fugido para a Tunísia em busca de segurança. A 10ª Divisão, de Massu, tinha conseguido eliminar virtualmente o potencial da FLN para ação direta em Argel. Algumas estatísticas dão uma indicação da extensão dos danos sofridos pela ZAA: após apenas quatro semanas da contra cam-

panha de Massu, 23 pistoleiros, 51 chefes de células terroristas e 174 coletores de impostos da FLN haviam sido presos; por volta de setembro de 1957, mais de 3.000 membros da ZAA estavam mortos e mais de 5.000 muçulmanos eram mantidos em campos de prisioneiros; e quase 40% da população masculina da Casbah havia sido interrogada.

Poderia parecer, certamente, que a Batalha de Argel fora desastrosa para a causa rebelde. A campanha de terror alienou a opinião pública francesa durante anos. Levou à introdução dos pára-quedistas de Massu na cidade. Forçou as autoridades a suspender os direitos civis normais dos muçulmanos. Resultou, finalmente, no esmagamento da ZAA.

E, entretanto...

- **Interrogatório e Tortura** - Um exército pode racionalizar as contravenções institucionalizadas das Leis de Guerra, declarando que:

... a questão crítica não é a de quem estava certo mas o que era certo. Esta é uma forma de encarar que os combatentes intensamente empenha dos não podem tolerar. Eles devem estar certos e o que está certo é o que funciona.

Para mim, este argumento é capcioso. As sementes do erro que estes métodos ilegais plantaram no Exército francês levaram à realização de tentativa do Golpe dos Generais, em 1961, e foram a origem da OAS (organização terrorista francesa secreta que tentou prejudicar a política argelina do General De Gaulle. Os membros da OAS eram particularmente militares franceses).

- **Controle da População** - Certamente, graças ao Sistema *llot*, os franceses puderam localizar qualquer habitante da Casbah em questão de minutos. As lojas ficaram abertas durante o período de greve geral. A entrada e a saída controladas da parte muçulmana da cidade facilitou a identificação dos terroristas. Cada edifício era eficientemente vigiado pelos agentes secretos de Massu. Entretanto, estes são métodos de um estado policial. Acreditar que

um povo concordará permanentemente com as condições de 1984, de Orwell, é ignorar milhares de anos de história.

• **Quadriculação** - A eficiência desta técnica foi descrita anteriormente. Entretanto, quando aplicada a todo o país, os franceses descobriram que muitas vezes uma dúzia de guerrilheiros podia forçar ao emprego de muitas companhias. Apesar de atingir a proporção de 10 para 1, os franceses verificaram que a segurança permanente era impossível de manter. Mesmo em Argel, quando a 10ª Divisão foi retirada, em setembro de 1957, houve um ressurgimento de atividades terroristas.

Dispensa demonstração o fato de que esse sistema é financeiramente custoso. Entretanto, havia também outras despesas. O emprego desta técnica exigia a presença de milhares de convocados em além-mar. Mesmo durante o conflito na Indochina, isto não fora necessário. O efeito final dessa política sobre o apoio popular para o esforço de guerra foi muito semelhante à experiência americana no Vietnã.

• **Considerações Políticas** - O estudo da Batalha de Argel pela liderança da FLN resultou em uma mudança de seu conceito estratégico.

A FLN decidiu deixar de se basear numa insurreição geral dentro da Argélia e se apoiar na manutenção de um impasse militar e no exercício de pressão diplomática sobre os franceses a fim de negociar um cessar-fogo com base na independência argelina.

A História nos mostra a sabedoria dessa mudança de estratégia.

Do lado francês, o triunfo de Massu sobre a rede rebelde deu a energia cinética necessária ao esforço de pacificação e criou uma sensação de vitória final. Argel permaneceria francesa! Esta sensação colaborou para o desenrolar dos acontecimentos de 13 de maio de 1958. Nesse dia, o exército e a população de *colons* de Argel, sentindo que o Governo Gaillard em Paris havia se tornado demasiado flexível a respeito da questão de

independência argelina, organizou demonstrações que resultaram na queda da Quarta República e no retorno ao poder do General Charles de Gaulle. Após certa vacilação, De Gaulle, concluindo que um estado argelino independente era inevitável, iniciou o processo que resultou nessa independência em 1962.

Deve-se dizer que Massu cumpriu sua missão. Mas, considerando os custos financeiro, político e moral de seus métodos, conclui-se que o preço foi demasiado elevado.

Nota explicativa: A Argélia, oficialmente República Democrática e Popular da Argélia, localizada no norte da África, foi colônia da França de 1830 até 1962. Em 1945, em razão da ocupação francesa, houve o primeiro levante popular a favor da libertação, momento no qual se iniciou a organização do movimento anticolonial Frente da Libertação Nacional (FLN). A luta pela independência estendeu-se de 1954 a 1962, entre a FLN e os colonizadores franceses. Destes, que foram apoiados por ações militares da França, surgiu a Organização do Exército Secreto (OAS), que se opunha à emancipação. Em março de 1962, através dos Acordos de Evian, o presidente francês Charles de Gaulle reconhece a independência argelina.

* * *
EM DEFESA DO BRASIL

Livros Recomendados

Em português:

DIREITO INTERNACIONAL, TERRORISMO E AVIAÇÃO CIVIL

Autor: CASELLA, PAULO BORBA

Editora: QUARTIER LATIN

2006 - 191 p.

ISBN : 8576741687

ISBN-13: 9788576741688

“ ... A política internacional sempre pôde ter sido integrada por componentes de discutível, se não planejadamente negativo, conteúdo ético, mas a hegemonia contemporânea do terror instaura mundo de sombras sem paralelo histórico. Nesse lúgubre universo, discussões a respeito do tema, sempre sistemáticas na unânime e taxativa condenação e proscricção do fenômeno, trouxeram, no seu conjunto, antes palavras belas do que resultados concretos.”

(http://www.livrariart.com.br/produtos/produtos_detalhes.aspx?id=14530)

Este trabalho divide-se em quatro partes e catorze capítulos, precedidos da presente introdução, e seguidos pela conclusão, pelo anexo e pela bibliografia. Para a presente edição foi feita a atualização legislativa, abrangendo textos convencionais e normas nacionais. Assuntos da obra: Do Terror; Terror no Ar; Regulação Internacional; Regulamentação no Ordenamento Nacional, no Sistema Interamericano e no Sistema Europeu.

(http://www.livrariadoadvogado.com.br/progres.asp?page=liv_detalhes.asp&cod=857674168)

A FABRICA DO TERRORISMO
Autor: BERNARD, FRANÇOIS DE
Editora: NOVA HARMONIA
2006 - 86 p.
ISBN : 8589379280
ISBN-13: 9788589379281

Do terrorismo nós sabemos muito e quase nada. Ele reveste nosso presente de maneira maciça e deixa-nos, no entanto, sem voz diante de seus atos. Ele atinge com uma violência inaudita os alvos em pequena escala, mas ganha uma audiência planetária graças à mundialização midiática. Sua ameaça permanente mobiliza a opinião pública internacional e ocupa um lugar crescente na agenda dos governos. Seu fenômeno interroga as consciências, desordena as certezas, escurece o horizonte. Cada um se expressa sobre ele, mas as propostas concretas para combatê-lo são raras e a controvérsia é incessante. Esses são os temas tratados neste livro.

(<http://www.livrariacultura.com.br/scripts/cultura/resenha/resenha.asp?nitem=5053840>)

PODER, TERROR, PAZ E GUERRA - OS ESTADOS UNIDOS E O MUNDO CONTEMPORÂNEO SOB AMEAÇA
Autor: MEAD, WALTER RUSSELL
Editora: JORGE ZAHAR
2006 - 248 p.
ISBN : 8571109427
ISBN-13: 9788571109421

Cinco anos após os atentados de 11 de setembro de 2001, as perguntas e os problemas originados naquele momento histórico permanecem mais atuais do que nunca. Os Estados Unidos têm um papel fundamental nesse contexto, pois ao mesmo tempo em que o país se encontra numa posição de proeminência e hegemonia, inéditas em sua própria história, o grau de antiamericanismo atinge em todo o mundo níveis sem precedentes.

(<http://www.livrariacultura.com.br/scripts/cultura/resenha/resenha.asp?nitem=1753427>)

TERRORISMO E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Autor: COMUNICAÇÕES DA CONFERÊNCIA ORGANIZADA PELA FUNDAÇÃO C. GULBENKIAN

Editora: GRADIVA

2006 - 304 p.

ISBN : 9896161348

ISBN-13: 9789896161347

Terrorismo e relações internacionais: [...]O terrorismo deixou de ser regional para se internacionalizar e é hoje ideológico e não simplesmente nacionalista. Do mesmo modo, não toma para adversário países determinados, mas um modo de viver e pensar que, por comodidade, poderemos chamar ocidental. Possuindo ele próprio uma dimensão quase-planetária, o seu impacto é igualmente internacional. E, citando o ex-comissário europeu António Vitorino, este novo terrorismo veio para ficar - tornou-se uma constante geopolítica do presente e do futuro tanto quanto é possível imaginá-lo. Tal é a perspectiva em que se coloca a nossa conferência.

Esta inicia-se por uma análise dos itinerários terroristas. As biografias dos protagonistas e as redes que formam, de natureza assaz diversa, são diferentes do estilo de organização dos terrorismos tradicionais. Por outro lado, a simples ameaça terrorista obriga a uma vigilância permanente: não é fácil prever onde, quando e como uma operação terrorista pode surgir; evitar um único ato levado a efeito por um pequeno número de terroristas requer uma atividade de defesa altamente dispendiosa em recursos humanos e materiais. Esta assimetria multimoda entre o terrorismo e os meios de proteção faz com que os custos do combate antiterrorista se tenham multiplicado e que, tal como o terrorismo, também a ação antiterrorista se tenha internacionalizado.

A internacionalização do terrorismo comporta variados aspectos, dos quais retivemos dois. Como tem sido frequentemente observado, o terrorismo combina uma utilização «moderna» da mídia com a difusão de ideologias pré-modernas; e, à sua maneira, inscreve-se no movimento de globalização que arrasta as sociedades contemporâneas, ao mesmo tempo que a ele se opõe ideologicamente. O terrorismo conduz ainda a difíceis revisões do direito internacional e das legislações nacionais em matéria de direitos humanos.[...]

Fernando Gil

(<http://www.criticaliteraria.com/9896161348>)

TRATAMENTO PENAL DO TERRORISMO

Autor: GUIMARÃES, MARCELO OVIDIO LOPES

Editora: QUARTIER LATIN

2007 - 192 p.

ISBN : 8576741865

ISBN-13: 9788576741862

“Trata-se de obra pioneira no Brasil uma vez que, introduzido o termo terrorismo na Constituição de 1988, não havia lei instituindo a prática como crime, pelo menos com essa denominação, de modo que a primeira dificuldade seria e é sua definição legal”.

(http://www.livrariart.com.br/produtos/produtos_detalhes.aspx?id=15193)

São objeto de análise, as funções do tribunal Penal Internacional, a supremacia da ordem jurídica internacional, o terrorismo na legislação pátria através dos tempos e seu tratamento na legislação estrangeira. Por fim, são lançadas algumas propostas para um novo ou para alguns novos tipos penais referentes ao crime de terrorismo, no intuito de não manter o ordenamento jurídico pátrio desguarnecido de tipificação relativa a essa infração penal tão grave, atual, relevante e de efeitos transnacionais. É, sem dúvida, obra de grande utilidade para a formulação do conceito do tema, inclusive para evitar o ‘terrorismo’ legal do ‘direito penal do inimigo’, redução das garantias processuais, inversão do ônus da prova e outras sugestões que a doutrina e a prática estão perigosamente apontando. (<http://bdjur.stj.gov.br/dspace/handle/2011/8921>)

Em outras línguas:

CULTURE, CRISIS AND AMERICAS WAR ON TERROR

Autor: CROFT, STUART

Editora: CAMBRIDGE - USA

2006 - 312 p.

ISBN : 0521867991

ISBN-13: 9780521867993

The war on terror discourse continues to develop as it becomes evident in so many aspects of American life through the media, music, novels, television and film. This book explores how a social process of crisis can be mapped out and how it might be applied to other cases.

(<http://www.livrariacultura.com.br/scripts/cultura>)

ECONOMIC COSTS AND CONSEQUENCES OF TERROR, THE

Organizador: MOORE, JAMES ELLIOTT

Organizador: RICHARDSON, HARRY WARD

Autor: GORDON, PETER

Editora: EDWARD ELGAR

2007

ISBN : 1845427343

ISBN-13: 9781845427344

This landmark book covers a range of issues concerning the consequences of terrorist attacks. Beginning with a discussion of new policies and strategies, it then delves into specific areas of concern, modeling a range of possible scenarios and ways to mitigate or pre-empt damages. Top researchers from around the world discuss issues such as: airport security, urban terrorism, Coast Guard operations, and the need to balance freedoms with security. New policies for deterring terrorism are also proposed. Later chapters model the economic impacts of terrorist attacks on the food industry, major US ports, and US theme parks. The final chapters provide an in-depth look at the effects of interruptions to electricity supply and how to improve resiliency. Using specific locations and situations, the volume details in a concrete way the long and short-term economic effects of possible future attacks. The cutting-edge research and provocative conclusions

make this a must-read for policymakers, public sector economists, urban planners, aviation officials, insurance industry analysts and those charged with disaster management.

(<http://www.bokus.com/b/1845427343.html>)

**FIGHTING THE WAR ON TERROR
A COUNTERINSURGENCY STRATEGY**

Autor: CORUM, JAMES

Editora: MOTORBOOKS INTERNATI

2007 - 304 p.

ISBN : 0760328684

ISBN-13: 9780760328682

Insurgents and terrorists now pose the greatest threat to America - and how to fight and defeat such 'non-state' enemies is the single most urgent and vexing question confronting our military today. This book has some answers. James Corum offers an account of how circumstances and our actions (or inaction) have contributed to our present dilemma. And then, with the lessons of recent history in clear view, it lays out a workable strategy for meeting the insurgent threat. Critical to understanding the nature of modern-day warfare, 'Fighting the War on Terror' has broad implications for the future course of military, intelligence, and foreign policymaking. No one with an interest in the nation's security can afford to overlook it.

(<http://www.livrariacultura.com.br/scripts/cultura>)

The threat of terrorism and insurgency is one that dominates the world, and how to fight and defeat these "non-state" enemies is the most urgent and vexing question to confront the military and politicians of today. Drawing on his experience of decades of counterinsurgency, Corum brings an unique insight to the problems faced, and offers credible answers and solutions. He offers a deeply informed, closely reasoned account of how actions and inactions have contributed to world situation; with the lessons of History clearly in view, it lays out a workable strategy for meeting the insurgent threat. For anyone wishing to understand the changing nature of modern warfare, "Fighting The War On Terror" has broad implications for foreign policy making, military, intelligence, and security operations across the globe - no one interested these areas can ignore it.

(<http://www.amazon.co.uk/>)

**GLOBAL SECURITY AND THE WAR OF TERROR
ELITE POWER AND THE ILLUSION OF CONTROL**

Autor: ROGERS, PAUL

Editora: ROUTLEDGE-USA

2007

ISBN : 0415419387

ISBN-13: 9780415419383

As the 'War on Terror' evolves into the 'Long War' against Islamo-fascism, it demands an enduring commitment to ensuring the security of the United States and its allies. This policy is based on the requirement to maintain control in a fractured and unpredictable global environment, while paying little attention to the underlying issues that lead to insecurity. It is an approach that is manifestly failing, as the continuing problems in Afghanistan and Iraq demonstrate. Moreover, 'control' implies the maintenance of a global order that focuses on power remaining in the hands of a transnational elite community, principally focused on North America and Western Europe, but extending worldwide. This elite largely ignores socio-economic divisions and environmental constraints, and sees continuing stability as being best achieved by the maintenance of the status quo, using force when necessary. This collection of essays by Professor Paul Rogers argues that this post-Cold War security paradigm is fundamentally misguided and unsustainable. It concludes with two new essays on the need for a new conception of global security rooted in justice and emancipation. "Global Security and the War on Terror" will be essential reading for students and scholars of security studies, the Cold War, international relations and development studies.

(<http://www.amazon.co.uk/>)

HAMAS IN POLITICS: DEMOCRACY, RELIGION, VIOLENCE

Autor: JEROEN GUNNING

Editora: C. HURST & CO

2007

ISBN-10: 1850658765

In January 2006, Hamas, an organization classified by Western governments as terrorist, was democratically elected to govern the Palestinian territories. The inherent contradictions in this situation have left many analysts at a loss. Hamas uses terror tactics against Israel, yet runs on a law and order ticket in Palestinian elections; it pursues an Islamic state, yet holds internal elections; it campaigns for shar'iah law, yet its leaders are predominantly secular professionals; it calls for the destruction of Israel, yet has reluctantly agreed to honour previous peace agreements. In "Hamas in Politics", Jeroen Gunning challenges the assumption

that religion, violence and democracy are inherently incompatible and shows how many of these apparent contradictions flow from the interaction between Hamas' ideology, its local constituency and the nature of politics in Israel/Palestine. Drawing on interviews with members of Hamas and its critics, and a decade of close observation of the group, he offers a penetrating analysis of Hamas' own understanding of its ideology and in particular the tension between its dual commitment to 'God' and 'the people'. The book explores what Hamas' political practice says about its attitude towards democracy, religion and violence, providing a unique examination of the movement's internal organization, how its leaders are selected and how decisions are made.

(<http://www.amazon.co.uk/>)

**IN THE WAKE OF TERROR
CLASS, RACE, NATION, ETHNICITY IN THE POSTMODERN W**

Autor: SAN, E.

Editora: ROWMAN & LITTLEFIELD

2007 - 218 p.

ISBN : 073911722X

ISBN-13: 9780739117224

"In the wake of terror" focuses on the controversies over the linkage of class exploitation and the ideology of racism, the role of nationalism in postcolonial politics, and ethnic exclusion.

(<http://www.amazon.co.uk/>)

**PRELUDE TO TERROR: THE ROGUE CIA AND THE LEGACY OF AMERICA'S
PRIVATE INTELLIGENCE NETWORK**

Autor: TRENTO, JOSEPH J.

Editora: PUB GROUP WEST

2006 - 408 p.

ISBN : 0786717661

ISBN-13: 9780786717668

A leading investigative reporter on American intelligence and national security reveals the dramatic story of the nation's private intelligence network, tracing the corrupt practices of a splinter spymaster group to reveal their role in presidential elections, the arms-for-hostages plan, and the alliance between the U.S. and extreme Islamic faction

(<http://www.amazon.co.uk/>)

PSICOLOGIA DEL TERRORISMO: CÓMO Y PORQUÉ ALGUIEN SE VUELVE TERRORISTA

Autor: HORGAN, JOHN

Editora: GEDISA

2006 - 272 p.

ISBN : 8474325463

ISBN-13: 9788474325461

La importancia de los movimientos terroristas, que comenzaron en los años sesenta, ha llegado a su punto máximo con los atentados del 11 de septiembre de 2001. Actualmente, el terrorismo se ha convertido en la forma más efectiva y virulenta de hacer la guerra y en el principal foco de interés y temor de la ciudadanía mundial. Los estudios dirigidos a su explicación son increíblemente numerosos (sólo en inglés, se publicaron 800 trabajos relacionados con el atentado de las Torres Gemelas durante el año siguiente). A pesar de esta prodigalidad, la literatura centrada en el fenómeno del terrorismo adolece en general de una falta de información de primera mano, consecuencia directa de las características del propio objeto de estudio; los corpúsculos terroristas están formados por sujetos volátiles, ocultos, inaprensibles conceptual y moralmente desde una óptica estrictamente occidentalista. En opinión de su autor, los analistas han centrado su interés y esfuerzo en todo tipo de causas explicativas externas cuando buena parte de su resolución radica en conocer las leyes internas, el porqué, la psicología, en definitiva, que anima a determinadas personas a convertirse en armas letales al servicio de una ideología de carácter fundamentalista.

(<http://www.livrariacultura.com.br/scripts/cultura/resenha/resenha.asp?nitem=1821574>)

En este conciso estudio, John Horgan comienza por centrarse en aquellas herramientas que la psicología puede aportar para una comprensión verdadera del fenómeno. Conocer los procesos que impulsan a los individuos a sostener una conducta de violencia. Investigar cuál es la relación entre el individuo y su entorno político, ideológico y religioso. Preguntarse cómo suele afectar el terrorismo a los ciudadanos y a las instituciones, y qué opinan quienes cometen las acciones terroristas. Basado en entrevistas reales con terroristas y en evidencia documental, el corazón de este ensayo lo constituye un modelo del proceso que siguen la mayoría de aquellos que se adhieren a organizaciones terroristas: cómo ingresan al grupo, cómo lo viven y cómo es que, finalmente, lo dejan detrás. Para Horgan, conocer el pensamiento terrorista y construir su análisis sin prejuicios es la principal vía para comenzar a comprender el fenómeno más aciago del siglo que comienza.

(<http://www.qproquo.com/libros/LA-PSICOLOGIA-DEL-TERRORISMO/12220/978-84-7432-546-1>)

**THE PUNISHMENT OF VIRTUE: WALKING THE FRONTLINE OF THE WAR
ON TERROR WITH A WOMAN WHO HAS MADE IT HER HOME**

Autor: SARAH CHAYES

Editora: PORTOBELLO BOOKS LTD; NEW ED EDITION

2007 - 400 p.

ISBN-10: 1846270758

ISBN-13: 978-1846270758

Readers of George Packer's "The Assassin's Gate", Asne Seierstad's "The Bookseller of Kabul", Christina Lamb's "The Sewing Circles of Herat", Jason Burke's "Al Qaeda", Rory Stewart's "The Places In-Between", and Samantha Power's "A Problem from Hell Tribal rivalries", the bluff cunning of the warlords, the jihadist insurgents, the opium traders, the politicians and police chiefs: they all come under Chayes' unblinking gaze, and her book yields telling and mesmerizing insights into how the imperially mighty American occupiers are outwitted and outdanced at every turn by lesser forces. The dazzling villain of this story? ISI, Pakistani intelligence, to whom every other group is but a puppet.

(<http://www.amazon.co.uk/>)

SPECTRUM OF TERROR

Autor: DEKMEJIAN, R. HRAIR

Editora: CQ PRESS

2006 - 370 p.

ISBN : 1933116900

ISBN-13: 9781933116907

Dekmejian places terrorism within a spectrum of political violence, creating a typology of terror based on scale and intent as well as by type of actor from isolated attacks by individual bombers, to large scale attacks against state targets by organized networks, to state-sponsored genocide and politicide thereby allowing easy comparisons across multiple cases. The book's model of conflict is informed by game theory, enriched with explanations of psychological, cultural, and historical contexts, helping students focus on the strategies and desired outcomes of different parties to conflict. This analytical approach enables students to trace the changes in mutual perceptions and preferences between terrorists and their targets and leads to a fuller understanding of the causes and dynamics of political violence. The book's uniquely comprehensive coverage of terrorism includes extended cases on the IRA, the Tamil Tigers, Chechen rebels, Al Qaeda, Aum Shinrikyo, Hizbullah, and Hamas.

Richard Dekmejian is at the University of Southern California.

(<http://www.amazon.co.uk/>)

STATE, DEMOCRACY AND ANTI-TERROR LAWS IN, THE

Autor: SINGH, UJJWAL KUMAR

Editora: SAGE-USA

ISBN : 0761935185

ISBN-13: 9780761935186

This book examines the implications for Indian society and politics of laws that are made to tackle events and situations out of the ordinary. By reviewing public debates, comparing specific clauses of the laws and noting how they have been interpreted over time in judicial pronouncements, the author shows how notions like nation, national identity and patriotism get entrenched in discourses on terrorism, conspiracy and national security; observes how extraordinary measures become 'normal' and acquire a place of permanence in the practices of the state; and concludes that extra-ordinary laws serve as instruments through which the hegemonic structures of the nation state are maintained.

(<http://www.amazon.co.uk/>)

TEACH YOURSELF: UNDERSTANDING TERRORISM (TEACH YOURSELF)

Autor: KEITH SUTER

Editora: TEACH YOURSELF BOOKS

2007 - 224 p.

ISBN-10: 0340928867

ISBN-13: 978-0340928868

Teach Yourself: Understanding Terrorism is the essential guide for all those seeking to understand this global issue that affects each one of us. The events of the last five years have ensured we consider the complexities of 'terrorism'. The justification for the war in Iraq, the 7/7 London bombings carried out by members of our own society and the introduction of new laws on holding terrorist suspects all illustrate how entwined 'terrorism' is with religion, race, human rights, globalization, civil liberties and the media. This book considers each one of these aspects, looking at the history of terrorism, the events of the past five years and the international responses to 'terrorism'. Keith Suter is an internationally renowned economic and social commentator, strategic planner, conference speaker, author and broadcaster. This is an objective and yet thoroughly engaging book - you will soon gain a more in-depth understanding of the complexity, history and context of terrorism.

(<http://www.amazon.co.uk/>)

TERROR
HOW ISRAEL HAS COPED AND WHAT AMERICA CAN LEARN
Autor: COLE, LEONARD A.
Editora: INDIANA UNIVERSITY P
2007 - 224 p.
ISBN : 0253349184
ISBN-13: 9780253349187

A gripping narrative offers valuable lessons on preparedness and coping for the United States in an incisive study of how different segments of Israeli society have coped with the trauma of terrorism.

(<http://www.amazon.co.uk/>)

TERROR IN BLACK SEPTEMBER
THE FIRST EYEWITNESS ACCOUNT OF THE INFAMOUS 1970
HIJACKINGS
Autor: RAAB, DAVID
Editora: PALGRAVE USA
2007 - 288 p.
ISBN : 1403984204
ISBN-13: 9781403984203

On Sunday, September 6, 1970, the Popular Front for the Liberation of Palestine (PFLP) hijacked four airliners bound from Europe for New York. One, a brand new Pan Am 747, was taken to Cairo and blown up only seconds after its passengers escaped. The attempt to hijack a second plane, an El Al flight, was foiled and the plane landed safely in the UK. Two other planes, one TWA and one Swissair, were directed to the desert floor thirty-five miles northeast of Amman, Jordan, where a twenty-five day hostage drama began. With the additional hijacking of a British airliner, over four hundred and fifty hostages had landed in the Jordanian desert. David Raab was on the TWA flight with his mother and siblings but was separated from them and taken to a refugee camp and then to an apartment in Amman where he was held hostage through a civil war. This is his story.

(<http://www.palgrave-usa.com/catalog/product.aspx?isbn=1403984204>)

**UNDERSTANDING, ASSESSING, AND RESPONDING TO TERROR
PROTECTING CRITICAL INFRASTRUCTURE AND PERSONNEL**

Autor: BENNETT, BRIAN T.

Editora: JOHN WILEY PROFESSIO

2007

ISBN : 047177152X

ISBN-13: 9780471771524

Assessment and Response to Terrorism provides readers with a thorough understanding of how to conduct a meaningful vulnerability assessment and apply protective measures to secure personnel and facilities. By using easily customized templates for the vulnerability analysis, security procedures, emergency response procedures, and training programs, the book offers a practical step-by-step process to help reduce risk.

(<http://www.livrariacultura.com.br/scripts/cultura>)

*This book provides readers (including facility managers, safety engineers, and emergency responders) with a thorough understanding of how to conduct a meaningful vulnerability assessment and apply the necessary protective measures to ensure the safety of both personnel and facilities. * Outlines techniques for improving personnel safety through the implementation of counter-terrorism programs. * Unites the emergency response/public sector community with the private sector over infrastructure protection, thus allowing for easier communication between them. * Has a unique perspective from an author with exhaustive experience in the field.*

This book provides readers (including facility managers, safety engineers, and emergency responders) with a thorough understanding of how to conduct a meaningful vulnerability assessment and apply the necessary protective measures to ensure the safety of both personnel and facilities. It outlines techniques for improving personnel safety through the implementation of counter terrorism programs. It unites the emergency response/public sector community with the private sector over infrastructure protection, thus allowing for easier communication between them. It has a unique perspective from an author with exhaustive experience in the field.

(<http://www.amazon.co.uk/>)

VIRTUE AND TERROR

Autor: ZIZEK, SLAVOJ

Autor: ROBESPIERRE, MAXIMILIEN

Editora: WW NORTON

2007 - 154 p.

ISBN : 184467584X

ISBN-13: 9781844675845

Robespierre's defense of the French Revolution remains one of the most powerful and unnerving justifications for political violence ever written, and has extraordinary resonance in a world obsessed with terrorism and appalled by the language of its proponents. Yet today, the French Revolution is celebrated as the event which gave birth to a nation built on the principles of enlightenment... So how should a contemporary audience approach Robespierre's vindication of revolutionary terror? Zizek takes a helter-skelter route through these contradictions, marshalling all the breadth of analogy for which he is famous.

(<http://www.livrariacultura.com.br/scripts/cultura>)

 **Cartas do leitor**

20 Nov 2006

Prezados Senhores,

O Curso Superior de Inteligência Estratégica da Escola Superior de Guerra (CSIE/ESG) tem contribuído para o aprimoramento da Doutrina de Inteligência em níveis operacional e estratégico, no interesse da Defesa e na preparação de recursos humanos para o SISBIN e no SINDE.

Sendo assim, esta Escola gostaria de receber os exemplares da Revista Brasileira de Inteligência como forma de cooperação na área de inteligência, já que alguns profissionais da Agência são constantemente convidados para proferir importantes palestras aos estagiários do referido curso na ESG.

Gen. Nass

Chefe do Departamento de Estudos/ESG

23 Nov 2006

Cara Coordenadora,

Fico muito agradecido de me incluírem na mala direta para envio da revista. Atitudes como esta de divulgar a atividade de Inteligência são de extrema importância para quebrarmos paradigmas e mostrar como trabalha esta área.

(...)

Muito agradecido pela atenção, nos colocando ao inteiro dispor, bem como a Superintendência de Inteligência da Secretaria de Justiça do Estado de Goiás.

Geyson Alves Borba

Superintendente de Inteligência da Secretaria de Justiça do Estado de Goiás

22 Jan 2007

Comissão Editorial da Revista Brasileira de Inteligência,

Em primeiro lugar gostaria de parabenizá-los pela iniciativa que, acredito, renderá muito bons frutos e já torna-se uma excelente fonte de discussões dos temas inerentes à área.

(...)

Desde já grato,

Gerson da Silva Velasques,

Capitão de Infantaria servindo no Batalhão de Polícia do Exército de Brasília

26 Fev 2007

Prezados,

Tomei conhecimento da Revista no A2 do V COMAR. Parableno toda a equipe que a produz. A equipe sabe que a cada nova edição é mais uma missão bem sucedida, mas também que antes deste sucesso muito trabalho, dedicação e amor ao que se faz se antecede.

Gostaria de receber a Revista que é quadrimestral e me colocar à disposição para colaborar no que for necessário para que a Revista continue existindo para o aprimoramento dos profissionais de inteligência

Saudações,

Romulo Amaral F

Assessor Especial de Inteligência

CSEG/GSE- Grupo de Segurança Estratégica

Diretoria da Procergs

Governo do Estado do Rio Grande do Sul

18 Abr 2007

Olá ...

Quero primeiramente agradecer por ter me enviado os números 2 e 3 da revista, achei os artigos excelentes, serão uma ótima fonte de referências bibliográficas para as pesquisas que estou fazendo.

A propósito, gostei muito dos artigos do Sr. Fernando do Carmo e Sr^a Josemária, na revista nº 3.

(...)

Obrigado por sua atenção

Fabio Fonseca
Escrivão de Polícia Judiciária

19 Abr 2007

Acuso o recebimento dos exemplares 2 e 3..., publ. 2006, da Revista Brasileira de Inteligência. Ao agradecer pela gentileza dessa remessa, gostaria solicitar para completar a coleção, a remessa do número 1, e também a continuidade de envio dos próximos exemplares dessa excelente revista quadrimestral...

A linguagem é claríssima e bem objetiva, exercendo uma atração fantástica do leitor visualizando o mundo também fantástico do universo da inteligência, cuja atração e fascínio é exercida aos apaixonados pela área, como é o meu caso...

... envolvendo o universo imenso da área de inteligência, cuja definição comparando-a com a informação, foi bem abordada nas publicações, no seu amplo sentido. Portanto, renovando meus agradecimentos e cumprimentos por essa grande inovação da ABIN, ao fazer a difusão dessas obras num sentido prático...

... da Revista Brasileira de Inteligência, INTELIGENTEMENTE CRIADA POR QUEM É MESTRE NA ÁREA...

Oldemar Silva de Jesus
Servidor Público Federal Aposentado - IBGE - Técnico de Informações - Geog. Estat.

Você sabia?

Que em 2007 a atividade de Inteligência no Brasil completa 80 anos?

Em 29 de novembro de 1927, o então Presidente Washington Luiz, por Decreto nº 17999, criou o Conselho de Defesa Nacional com o encargo, entre outros de “coordenar as informações sobre todas as questões de ordem financeira, econômica, bélica e moral, relativas à defesa da Pátria”. Trata-se do primeiro instrumento tratando do exercício da ora denominada atividade de Inteligência de Estado no país. A Abin, herdeira das tradições dos órgãos de Inteligência que a antecederam, comemora neste ano o 80º aniversário da atividade de Inteligência de Estado no Brasil.

Normas Editoriais

A Revista Brasileira de Inteligência é uma publicação da Agência Brasileira de Inteligência que tem como principais objetivos: divulgar a atividade de Inteligência; promover a difusão e o debate de idéias acerca de temas relacionados com a atividade de Inteligência; servir como veículo para promoção da cultura dessa atividade de Estado destinada a assessorar o processo decisório nacional.

A Revista Brasileira de Inteligência aceitará a participação de colaboradores, internos e externos, por meio da inserção de artigos que atendam aos objetivos acima fixados e às seguintes regras:

1 Tipos de colaboração aceitos

Trabalhos relacionados com a atividade de Inteligência que se enquadrem nas seguintes modalidades:

1.1 Ensaio: composição em que o autor expressa, mediante a organização de dados, informações e idéias, sua visão crítica e analítica sobre determinada questão;

1.2 Crônica: texto redigido de forma livre e pessoal, que tem como temas fatos ou idéias da atualidade ou da vida cotidiana;

1.3 Conto: narrativa concisa, que contém unidade dramática e cuja ação concentra-se num único ponto de interesse;

1.4 Anedota: relato sucinto de fato jocoso ou de particularidade engraçada de figura histórica ou lendária;

1.5 Lenda: narração em que fatos históricos são deformados pela imaginação popular ou pela imaginação poética;

1.6 Mito: narrativa de significado simbólico, sem correspondente na realidade, geralmente enfocando a origem de determinado fenômeno, instituição, etc., transmitida de geração em geração e considerada verdadeira por um grupo;

1.7 Entrevista: texto reproduzindo diálogo do autor com pessoa(s) de notório saber ou reconhecida competência, no caso específico, em área de interesse da atividade de Inteligência;

1.8 Resenha: revisão crítica de texto relevante;

1.9 Resumo: apresentação, concisa e de forma isenta (sem emissão de juízos de valor), do conteúdo de artigo, livro, filme, tese, dissertação e outros documentos;

1.10 Informativo: apresentação de notícias e eventos, no caso específico, de interesse da Atividade de Inteligência;

1.11 Carta: manifestação de impressão, opinião, sugestão ou crítica relativas a matérias publicadas na Revista;

1.12 História em quadrinhos: narração, baseada em fato ou ficção, feita por meio de desenhos e legendas dispostos em pequenos quadros; e

1.13 Charge: representação pictórica, de caráter burlesco e caricatural, em que se satiriza um fato específico, em geral de caráter político e de conhecimento público.

2 Envio de colaboração

2.1 As matérias devem ser enviadas para o endereço eletrônico revista@abin.gov.br, via Internet ou Intranet Abin, acompanhadas da Ficha de Identificação do Autor (Anexo I) preenchida.

2.2 Solicita-se Declaração de Responsabilidade (de conformidade com o Anexo II), que, após preenchida e assinada, deve ser encaminhada para o seguinte endereço:

Comissão Editorial da Revista Brasileira de Inteligência
SPO, Área 5, Quadra 1, Bloco K
Brasília – DF – Brasil
CEP: 70.610-200.

2.3 Textos para apreciação devem consistir de no máximo 10 laudas e estar acompanhados de resumo informativo de até cinco linhas, ambos redigidos no formato *Word* (ver item 5).

2.4 Textos nos idiomas inglês e espanhol também serão aceitos.

3 Procedimentos da Comissão Editorial

3.1 A seleção de artigos e a definição quanto à conveniência e à oportunidade de publicação competem à Comissão Editorial da Revista.

3.2 Durante o processo de avaliação, a Comissão Editorial assegura o anonimato dos autores e dos avaliadores, permitindo a estes últimos liberdade para julgamentos e avaliações.

3.3 Em sua avaliação, a Comissão considerará aspectos éticos e relativos a conteúdo e apresentação da matéria. Ela poderá: aceitar integralmente o trabalho (sem necessidade de reparos de conteúdo); aceitá-lo em parte, propondo alterações, correções ou complementação no conteúdo; ou recusá-lo.

3.4 Correção gramatical do trabalho poderá ser feita independentemente de consulta ao autor.

3.5 Os trabalhos selecionados pela Comissão Editorial serão enviados para aprovação do Conselho Editorial da Abin, que poderá fazer uso de consultores *ad hoc*, a seu critério.

3.6 Os autores serão notificados da aceitação parcial ou total ou da recusa de sua contribuição.

4 Outras informações

4.1 As matérias, mesmo que não publicadas, não serão devolvidas aos autores.

4.2 A Revista não remunera pelas colaborações.

4.3 Cada autor receberá dois exemplares do número da revista em que sua matéria for publicada.

4.4 Todos os direitos sobre a Revista são reservados e protegidos pela lei de direitos autorais.

4.5 A publicação de matérias na Revista condiciona-se à assinatura, pelo autor ou responsável, de termo de cessão dos direitos autorais à Abin.

4.6 A publicação, em outros meios de comunicação ou obras literárias, de artigos da Revista, bem como de partes de textos que excedam 500 palavras e de tabelas, figuras, desenhos ou ilustrações, está condicionada à autorização expressa da Abin.

4.7 A reprodução total ou parcial de artigos da revista é permitida, desde que citada a fonte.

4.8 A citação dos artigos, em outras obras ou qualquer outro meio de comunicação, é permitida desde que citada a fonte.

4.9 Artigos enviados à Revista que contiverem partes extraídas de outras publicações deverão obedecer às normas relativas a direitos autorais, para garantir a originalidade do trabalho.

4.10 Recomenda-se evitar reprodução de figuras, tabelas, desenhos ou ilustrações copiados de outras publicações. Caso não seja possível, é necessário citar a fonte do trabalho original.

5 Forma de apresentação dos textos

5.1 Os trabalhos deverão seguir os critérios da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), os quais, durante a editoração, serão adaptados ao projeto e formato editorial da Revista.

5.2 Formatação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO
Formato do papel	A4 (210 mm x 297 mm)
Fonte	Arial
Tamanho	Título e subtítulo: 14, caixa baixa, negrito, justificado à esquerda Título das subdivisões: 12, caixa baixa, negrito, justificado à esquerda
	Texto: 12
	Nota de rodapé e citação bibliográfica: 10
Estilo	Normal
Margem	Superior: 2,0 cm
	Inferior: 2,0 cm
	Direita: 2,0 cm
	Esquerda: 2,5 cm
Espaçamento	De 1,5 entre linhas; espaço simples nos textos de citação.
Parágrafo	Reco de 2 cm.
Abreviatura	Ao ser inserida no texto pela primeira vez, deverá estar entre parênteses e precedida de seu significado por extenso. Quando for composta de mais de três letras e pronunciada como palavra (acrônimo), apenas a inicial deverá ser maiúscula. Exemplos: Departamento de Polícia Rodoviária Federal (DPRF); Agência Brasileira de Inteligência (Abin).
Palavra estrangeira	Grafar em itálico. Exemplo: <i>ad doc</i> Nomes de agências, entidade e organismos devem ser traduzidos ou adaptados para o português (em fonte normal), seguidos da sigla original, entre parênteses. Exemplo: Agência Central de Inteligência (CIA).
Referência bibliográfica	Observar a NBR 6023/2002 da ABNT. Apresentar referência completa em lista ao final do texto. Exemplos de referência: GROTIUS, Hugo. O direito da guerra e da paz . Ijuí: Unijuí, 2004. LAFOUASSE, Fabien. L'espionage em droit international. In: Annuaire française de droit international . Paris: CNRS, 2001. v. 57, p. 63-136. BAKER, Christopher D. Tolerance of international espionage : a functional approach. Disponível em: < http://inteldump.powerblogs.com/files/espionage.pdf >. Acesso em: 13 jun. 2005. BRASIL. Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil , Poder Executivo, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Seção 1, p.28.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO
Citação	<p>Observar a NBR 10520/2002 da ABNT. Citação é a menção, no texto, de informação extraída de outra fonte. Pode ser:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Citação direta – transcrição textual literal de parte da obra do autor consultado. A citação no texto, se ocupar até 3 linhas, deve ser transcrita entre aspas duplas, incorporada ao parágrafo.; se ocupar mais de 3 linhas, deve ser apresentada em parágrafo isolado, com recuo de 4 cm, sem aspas, e letras tamanho 10. Incluir o sobrenome do autor, data, volume, página da fonte consultada. <p>Exemplos: "A morte é a fronteira da liberdade. Ela não é o alvo da vida, mas o seu ponto final." (GIANNETTI, 2005, p.61)</p> <p>Paoli e Almeida (1996, p.190) chamam a atenção para a presença desses segmentos no espaço da cidade, a partir das soluções que encontram em sua ocupação. [...] O próprio espaço urbano se redesenha: antigos bairros são reinventados em sua ocupação, as ruas se enchem de ambulantes, mendigos, vendedores itinerantes, pequenos golpistas, crianças de rua, todos com estratégias próprias de sobreviver que incluem um conhecimento sofisticado dos próprios recursos técnicos da cidade.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Citação indireta ou livre – O autor reproduz com suas próprias palavras o pensamento de, outrem, não necessitando de aspas. A citação de páginas é opcional. <p>Exemplos: Tal é a visão política de Toni Negri (1993) ao considerar – como estratégia de novas realizações – o poder constituinte.</p> <p>Este processo é cíclico e deve ser realimentado constantemente (CHOO, 1998).</p>
Nota de rodapé	<p>Observar a NBR 10520/2002 da ABNT. Destina-se a prestar esclarecimentos ou tecer considerações, que não devem ser incluídas no texto, para não interromper a seqüência lógica da leitura. A nota deve aparecer na mesma página em que ocorre a chamada numérica no texto. A numeração deve ser única e consecutiva para cada capítulo ou parte. Ela deve ser separada do texto por um traço de 3 cm. Utilize letra tamanho 10. A nota de rodapé pode ser de referência ou explicativa. Pode ser usada para:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Indicar a fonte de uma citação, ou seja, uma obra da qual se extraiu uma frase, ou da qual se utilizou uma idéia ou informação; • Fornecer a tradução de uma citação ou sua versão original; • Fazer observações e comentários adicionais; • Indicar trabalhos apresentados em eventos, mas não publicados; • Indicar dados obtidos por meio de contatos informais. <p>A primeira nota de referência deve ser na íntegra. As subseqüentes citações da mesma obra podem ser referenciadas de forma abreviada, utilizando as expressões: idem (mesmo autor), ibidem (na mesma obra), apud (citado por) e outros</p>